

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 60 - Série VII - N.º 884
29 de Novembro de 1990
Preço: 80\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Nota da Comissão Política

- O acordo entre o Governo, o patronato e a UGT
- PSD bloqueia regionalização
- A grave situação no Ensino Superior

Na sua reunião de 26 de Novembro a Comissão Política do PCP procedeu à análise da situação política e social, tendo estabelecido a posição do Partido em relação a diversas questões. Destaque, das conclusões, para os seguintes pontos:

1. A Comissão Política considera que a apresentação pelo Governo, do Pacote Laboral, na sequência do Acordo Económico e Social estabelecido entre o Governo, Confederações patronais e a UGT, veio confirmar as prevenções do PCP, de que o grande objectivo do Governo continua a ser a intensificação da desregulamentação das relações de trabalho e atingir mais profundamente os direitos dos trabalhadores.

O Pacote Laboral, agora apresentado pelo Governo, retoma objectivos antigos do patronato, nomeadamente com a introdução do famigerado conceito de inadaptação para efeitos de despedimento e uma nova forma de organização da duração do tempo de trabalho, o que se traduz objectivamente no seu alongamento. Se viesse a ser aprovado constituiria um sério revés para os trabalhadores.

A Comissão Política do PCP, consciente da gravidade da situação criada com este novo Pacote Laboral, apela a todos os trabalhadores, às forças democráticas, para o empenhamento e a conjugação de esforços no combate ao Pacote Laboral, pela salvaguarda dos direitos dos trabalhadores.

2. No dia 9 de Novembro o Governo e o PSD deram mais uma prova da sua orientação autoritária e centralizadora ao recusar a proposta de calendário para o processo de regionalização que foi apresentada pelo PCP e ulteriormente pelo PS.

O prosseguimento do bloqueio da regionalização, configurando-se como uma inadmissível inconstitucionalidade por omissão, prejudica a democraticidade do Estado e da Administração Pública e o desenvolvimento regional e a criação de condições para enfrentar os problemas colocados pela integração europeia.

3. A Comissão Política assinala o facto de os municípios terem recusado a tentativa de o Governo os dividir em municípios rurais — urbanos e litoral-interior, desviando-os assim das suas reivindicações fundamentais, em particular da verba de 180 milhões de contos a título de Fundo de Equilíbrio Financeiro (mais 22,5 milhões de contos do que o Governo propôs).

O PCP prosseguirá a defesa, dentro e fora da Assembleia da República, das propostas que têm vindo a ser apresentadas pelos municípios e freguesias portuguesas.

4. Comissão Política concluiu igualmente ser grave a situação que se vive no Ensino Superior: universidades à beira da ruptura financeira (caso de Coimbra, e do Porto onde não foram recebidas verbas para os salários de Dezembro) e escolas em sérias dificuldades de assegurar o seu funcionamento; carências graves em matéria de instalações; obstáculos ao recrutamento de pessoal docente e graves insuficiências no que respeita ao quadro de pessoal administrativo e auxiliar; falta de bibliotecas ou sua completa desactualização e ausência de outros meios auxiliares de ensino; problemas de baixo rendimento escolar; acção social muito insuficiente e in-comportáveis aumentos nas cantinas para muitos estudantes.

Esta situação é uma consequência directa da continuada política do Governo do PSD de desvalorização e asfixia do Ensino Superior Público (realizada a par do apoio à proliferação de escolas privadas em muitos casos de duvidosa qualidade), tal como ficou mais uma vez patente no recente Orçamento apresentado na Assembleia da República. Na realidade as dotações para o Ensino Superior no PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) totalizaram apenas um terço do que havia sido aprovado na

Assembleia da República como previsão para 91, ou seja menos cerca de 22 milhões de contos, ao mesmo tempo que os números fornecidos pelas universidades apontam para verbas do Orçamento de funcionamento com crescimento inferior a 10% para o ensino universitário, portanto com redução do seu valor real.

A Comissão Política do PCP saúda os estudantes de Coimbra, Porto e Lisboa, e os responsáveis escolares, que nas últimas semanas têm vindo a lutar pela satisfação das reivindicações universitárias face à política do Ministério da Educação.

A Comissão Política chama a atenção para o real significado das declarações do ministro da Educação no sentido de pretender deixar funções governativas. Além das contradições e conflitos no seio do Governo e do descalabro da política da direita de que Roberto Carneiro é há mais de sete anos um dos principais executores, que elas patenteiam, trata-se de uma evidente tentativa para atrasar e conter as manifestações de descontentamento e procurar desresponsabilizar-se da resolução dos graves problemas com que está a ser confrontado.

5. A Comissão Política do PCP considerou as questões que se prendem com o anunciado Acordo Ortográfico.

O PCP manifesta-se favorável em relação ao objectivo de negociação de um Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, por entender que ele poderá valorizá-la na sua expressão internacional e fortalecer e consolidar as relações culturais que unem os sete países que nela oficialmente se exprimem.

O PCP considera porém indispensável que o conteúdo desse Acordo, pela sua natureza e importância, deve ser objecto de indispensável e alargado debate público e a nível dos especialistas da Língua Portuguesa, antes de finalmente ser adoptado a nível político.

Nesta linha o PCP:

1.º Não pode deixar de criticar o facto de o Governo do PSD manter em segredo os resultados das negociações recentemente conduzidas com os outros países de língua oficial portuguesa e de reclamar a sua divulgação;

2.º defende que seja estabelecido um período para a realização de um alargado debate público do conteúdo do projecto de Acordo;

3.º e considera que findo esse período, dado que o Acordo assume a forma de tratado internacional, a Assembleia da República deve ser chamada, no exercício das suas competências, a adoptar a decisão política final sobre o assunto.

6. A Comissão Política procedeu igualmente à apreciação da actividade e da intervenção do Partido.

No que respeita à candidatura de Carlos Carvalhas à Presidência da República, a pré-campanha tem vindo a desenrolar-se da melhor forma, com o desenvolvimento de um intenso programa de iniciativas e contactos e uma boa e muito ampla receptividade às posições políticas do candidato.

No que respeita à vida e actividade das organizações, são de salientar o número, importância e resultados das Assembleias que têm vindo a ser realizadas nas últimas semanas, e que traduzem um significativo e positivo ambiente de participação e empenhamento dos militantes e organizações na vida partidária, bem como a realização de muitas outras iniciativas de natureza sectorial e temática.

Foram ainda consideradas algumas outras questões relacionadas com a programação de actividade futura, designadamente para o período posterior às eleições presidenciais, e com a necessária melhoria da imprensa do Partido.

A Comissão Política do
Partido Comunista Português

27 de Novembro de 1990

Mais injustiça fiscal menos justiça social

COMÍCIO

30 - NOV'90 - 6ª FEIRA
21.30 HORAS
LISBOA - CINEMA IMPÉRIO
(Metro Alameda)

Participação de
LUIZA BASTO com BandaSphera

ÁLVARO
CUNHAL

Secretário-Geral do PCP

CARLOS
CARVALHAS

Secretário-Geral Adjunto do PCP
e Candidato
à Presidência da República

PCP 2

Anos 90

Portugal pode ser Melhor!

ASSEMBLEIAS

Prestar contas e fazer o balanço do trabalho realizado, definir e aprovar linhas de acção, tendo em conta, nomeadamente, as grandes batalhas políticas de 1991, eleger os novos organismos de direcção (as DORs), reforçar a ligação do Partido às massas e às realidades locais, são objectivos de primeiro plano das Assembleias das Organizações Regionais (ORs) do PCP, marcadas em todos os distritos.

No próximo fim-de-semana vão realizar-se as

Assembleias das ORs de Santarém e Évora (ambas no sábado) e de Beja (domingo).

O secretário-geral do Partido, Álvaro Cunhal, participará na 2.ª Assembleia dos comunistas de Évora. Também aí estará presente o candidato do PCP às Presidenciais de 91, Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do Partido, que, depois, se deslocará a Beja, para participar na 2.ª Assembleia daquela Organização Regional.

Págs. 7 a 11 / Semana



PCP recebe trabalhadores da TAP

O secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, acompanhado de Agostinho Lopes e José Cassanova, da Comissão Política, receberam na Soeiro Pereira Gomes, no passado dia 26, uma delegação de representantes dos trabalhadores da TAP

Serviço Militar Obrigatório

Um pólo de debate

Em Foco /

Questões centrais da hora actual

A um mês da abertura oficial da campanha das presidenciais de 1991 o sobreaquecimento do «climax» político é um facto insofismável da actualidade portuguesa numa conjuntura internacional onde importantes factores de distensão coexistem com perigosos focos de natureza oposta numa atmosfera escaldante.

Quatro candidatos se movimentam em plena pré-campanha eleitoral de que o primeiro a formalizar a sua candidatura foi Carlos Carvalhas, secretário-geral-adjunto do PCP.

De modo insólito, não é porém a eleição do Presidente da República - um acto de inegável importância institucional e política - o principal «leitmotif» que dá o tom à pré-campanha e com todas as probabilidades à própria campanha para as eleições de 13 de Janeiro.

Paradoxalmente o que lhe dá o tom é a preparação da batalha das legislativas na segunda metade do ano.

A movimentação eleitoralista do Governo e do partido do Governo - reforça a importância decisiva das eleições para a Assembleia da República, que polarizam as atenções de todas as forças políticas e que podem ser determinantes para uma nova arrumação de forças a nível do poder, inclusive para a viabilização de uma alternativa à direita governante.

O PCP e o seu candidato definiram já com liminar clareza as razões e os objectivos essenciais da candidatura comunista, independente da decisão última da ida ou não até à boca das urnas: contribuir para o aprofundamento político e a clarificação das grandes questões da actualidade; para uma intervenção mais dinâmica do órgão de soberania Presidente da República na vida política e institucional do País no quadro das suas competências constitucionais; abrir caminho a uma necessária convergência das forças democráticas para uma alternativa credível ao Governo PSD/Cavaco Silva e à sua política.

O Governo e o partido do Governo - que por incapacidade de apresentar um candidato presidencial e por razões ocultas que um dia não deixarão de vir a público se declararam apoiantes de Soares - desenvolvem desde os primeiros meses do ano em curso uma frenética e não declarada campanha eleitoralista visando as legislativas de 91.

A desesperada maratona do Primeiro-Ministro e da sua ministerial corte nos dias actuais a quase um ano do termo normal da legislatura chega a comover as pedras da calçada.

E a fazer reflectir...

O que faz correr o Primeiro-Ministro?

Vendo-o com o seu séquito de ministros e secretários de Estado, usando os meios do Estado, correr de uma «inauguração» para outra, umas vezes de uns tantos quilómetros de estrada ou de uma qualquer lápida de edifício público ainda em acabamento para a re-inauguração de uma escola ou o lançamento de uma «primeira pedra»;

Ouvindo-o proclamar, como se terminado já estivesse, o plano de um qualquer melhoramento público ou surpreendendo-o, esmoler, com uma grande cobertura da TV, a abrir os cordões do «saco azul» para um óbulo generoso aos reformados e pensionistas, aos cidadãos retirados do trabalho activo que insistem e exigem por reformas e pensões que lhes garantam um mínimo da dignidade existencial que lhes é devida e pelo poder lhes é negada;

Admirando as suas correrias de Lisboa para Paris ou para S. Tomé, ou para Bissau, ou para Aveiras de Cima, diante de tudo isso não podem os portugueses deixar de se interrogarem:

O que faz correr o Primeiro-Ministro?

E vai-se tornando claro aquilo que o faz correr: o medo da derrota nas eleições para a Assembleia da República, o medo do sentido do voto dos portugueses que ele, Cavaco Silva, previa anteontem no programa «Primeira Página» da TV darem-lhe ou não o voto que lhe garante de novo a maioria parlamentar absoluta, a posse segura e exclusiva do Governo, a hipótese da cobertura por um Presidente da República condescendente, o medo de que até lá os portugueses tomem consciência do enganador e efémero da demagogia eleitoralista e da dura realidade concreta das suas condições de vida e contra ela se levantem.

As declarações de anteontem de Cavaco Silva ao «Primeira Página» são um monumento da perfídia eleitoralista.

Disse ele que o parâmetro da taxa de inflação - muito abaixo, como se tem comprovado, do seu valor real - é um problema técnico e não político!

De facto, para o tecnocrata consumado que é o Primeiro-Ministro, decretar uma taxa de inflação fictícia para as despesas sociais e guiarse pela taxa real de inflação pela alta para as receitas fiscais e outras do Estado, não é de admirar o critério tecnicista dos parâmetros de vida da população portuguesa.

As tentativas de impor tectos salariais na base de taxas de inflação fictícias - que só por meio da luta, por vezes da dura luta, os trabal-

hadores conseguem romper (em um ano, de Março de 1989 a Março de 1990 graças às suas lutas com recurso frequente à greve os trabalhadores conseguiram arrancar um aumento médio mensal dos salários de 16,5 por cento) - têm por vítimas mais directas os próprios servidores do Estado, os trabalhadores da Função Pública cuja elevação dos salários e vencimentos vem desde logo inquinada pela fictícia taxa de inflação inscrita no Orçamento do Estado.

Na reunião de anteontem o Conselho de Ministros perante a decisão do recurso à greve na Função Pública que encontrou acolhimento em sectores dos mais diversificados, recuou parcialmente, elevando para 13 por cento os aumentos inscritos no Orçamento do Estado para 1991, apesar de se prever não a descida mas a subida para mais de 14 por cento da taxa de inflação.

Cavaco Silva voltou a exaltar a superioridade da taxa do nosso crescimento económico relativamente aos restantes países da CEE.

Calou porém o facto de o défice comercial ter atingido de Janeiro a Setembro mais de 857 milhões de contos (contra os 710 milhões em igual período de 1989, ou seja, mais 27 por cento) e de pela primeira vez nos dois últimos anos a taxa do aumento das importações ter ultrapassado o das exportações (19,8 contra 19,4 por cento) sem falarmos na crescente diferença de valor absoluto entre as importações e as exportações que em Setembro atingia já cerca de 860 milhões de contos, o que dá uma medida de grandeza da nossa dependência externa.

Exalçou também a subida dos investimentos mas não disse uma palavra sobre a crescente alienação das empresas portuguesas mais lucrativas do Sector Empresarial do Estado e de recursos nacionais a favor do grande capital estrangeiro (de um total de 377,8 milhões de contos de investimento estrangeiro nos oito meses de 1990 (contra 353 milhões em 1989) foi investimento directo 231,2 milhões de contos (contra 119,6 milhões em 1989).

Calou também o facto de o acicate estrangeiro para o investimento directo não assentar no progresso tecnológico mas na conquista do lucro máximo obtida à custa do baixo custo da mão-de-obra portuguesa relativamente aos restantes países da CEE que varia de uma quinta parte dos salários mais altos da Comunidade a cerca de metade do país que nos segue na escala descendente dos rendimentos do trabalho - a Grécia.

Resumo

21 Quarta-feira

Os candidatos à Presidência da República, Carlos Carvalhas, Carlos Marques e Mário Soares, encontram-se pela primeira vez num frente-a-frente nesta pré-campanha ■ É assinada a Carta de Paris pelos chefes de Estado e de Governo dos 34 países membros da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa, que consagra o fim da confrontação e o início de uma nova era de relacionamento dominado pela cooperação ■ O Ministério da Saúde vai beneficiar de um por cento do imposto sobre o tabaco para tratamento de cancerosos, segundo é anunciado no segundo dia de debates sobre o Orçamento para 1991 ■ O presidente da Câmara de Loures, Severiano Falcão, renuncia em definitivo ao seu mandato como autarca do concelho ■ O presidente em exercício da Comunidade, Giulio Andreotti, defende em Estrasburgo um aumento dos poderes do Parlamento Europeu ■ O presidente George Bush chega à Arábia Saudita para visitar as tropas norte-americanas estacionadas naquele país ■ O presidente Eduardo dos Santos reconhece em Luanda que o sistema de economia centralizada não vingou em Angola nem em parte nenhuma ■ Michael Milken, o criador do mercado das acções de alto risco da Drexel, é condenado a dez anos de prisão.

22 Quinta-feira

O Governo aprova dois diplomas que definem o regime jurídico do acesso de entidades privadas ao serviço de produção e transporte e distribuição de energia eléctrica para consumo público ■ As propostas do Orçamento do Estado e Grandes Opções do Plano para 1991 passam o seu primeiro exame parlamentar ■ A eurodeputada Maria Santos anuncia em Estrasburgo que pretende desvincular-se de «Os Verdes» ■ O Parlamento Europeu condena a instalação de redes de influência e de acção de forma clandestina na Europa Ocidental, numa resolução sobre o caso Gládio ■ Os ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e dos Cinco iniciam esta tarde em Bissau uma conferência «a seis», o primeiro encontro do género desde a independência das colónias ■ A Associação Nacional de Municípios é recebida pelo PR para expor o que considera a iniquidade e violência da nova Lei Eleitoral para as autarquias ■ Margaret Thatcher anuncia a sua demissão da chefia do governo e da liderança do Partido Conservador ■ A guerrilha salvadorenha prossegue a sua ofensiva contra a capital do país.

23 Sexta-feira

O grupo parlamentar do PCP anuncia que vai interrogar o Governo acerca da eventual actividade da rede Gládio em Portugal ■ Inicia-se o II Congresso da Associação para o Desenvolvimento Económico e Social (SEDES) ■ O PS exige do Governo a realização de um balanço do impacto da adesão à Comunidade Europeia ■ A oposição sérvia anuncia a decisão de boicotar as primeiras eleições multipartidárias que se deverão realizar a 9 de Dezembro ■ Quatro milhões de eslovacos iniciam a escolha dos seus presidentes de câmara e conselheiros municipais ■ O presidente soviético, Mikhail Gorbachov, afirma que se a situação se agravar na URSS poderá surgir a necessidade de uma ditadura para retomar o controlo ■ George Bush encontra-se na Suíça com o Presidente da Síria, Hafez Al-Assad, para conversações sobre o Golfo.

24 Sábado

Os socialistas acusam o Governo de ter orçamentado para o sector da habitação em todo o País cerca de metade das verbas que a Câmara Municipal de Lisboa destinou para esse fim ■ O Presidente da República afirma os princípios que inspiraram os caminhos para a independência de numerosos Estados africanos francófonos ■ Apoiantes de partidos da oposição búlgara confrontam-se com manifestantes pró-governamentais ■ Falece aos 61 anos Michel Giacometti, conhecido etnomusicólogo corso que desenvolveu um importante trabalho de pesquisa e recolha em Portugal.

25 Domingo

Carlos Carvalhas critica o Governo e Presidente da República e algumas vacilações do PS sobre o processo de regionalização ■ Basílio Horta afirma em Aveiro que as eleições presidenciais vão resolver-se com uma segunda volta ■ Cerca de três mil agricultores e pecuaristas aprovam na manifestação convocada pela CAP uma moção exibindo do Governo do PSD uma resposta imediata a um conjunto de reivindicações ■ A Comissão Política Nacional do Movimento Democrático Português (MDP/CDE) decide apoiar a candidatura de Mário Soares à Presidência da República ■ Lech Walesa vence com 39,2 por cento dos votos, a primeira volta das presidenciais na Polónia, mas terá de disputar uma segunda volta com um candidato ainda não definido ■ Realizam-se as primeiras eleições legislativas e multipartidárias da Costa do Marfim ■ A China faz saber que está pronta a dis-

cutir uma resolução da ONU em forma de ultimato a Bagdad ■ Residentes kwaitianos matam o governador designado por Saddam Hussein, na sequência da invasão daquele emirato pelo Iraque.

26 Segunda-feira

O comissário Cardoso e Cunha avverte as autoridades portuguesas para o cumprimento dos regulamentos dos fundos estruturais, numa referência ao concurso para o terminal de gás natural ■ Tadeus Mazowiecki demite-se juntamente com todo o governo polaco, um dia após a primeira volta das eleições presidenciais ■ O Instituto de Defesa Nacional promove um seminário subordinado ao tema «A Defesa Nacional para os Anos 90» ■ Princípio no Cairo a Conferência sobre Cooperação no Mediterrâneo ■ Mais de meio milhão de pessoas, segundo o sindicato independente Podkrepa, entra em greve na Bulgária, para forçar o primeiro-ministro Andrei Lukianov a demitir-se ■ Os cinco membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas e o vice-presidente da Conferência de Paris para o Camboja chegam a um consenso sobre o projecto de acordo político para o país ■ Dois grupos oposicionistas, o Movimento Nacionalista Moçambicano (Monamo) e o Comité para a União Moçambicana (Cunimo) anunciam a formação de uma coligação para concorrer às eleições em Moçambique ■ O Fórum Cívico, que governa a Checoslováquia, vence as eleições autárquicas mas os resultados revelam percentagens inferiores às obtidas nas de Junho passado.

27 Terça-feira

Cavaco Silva é entrevistado no programa «Primeira Página» no Canal 1 da RTP. Anuncia a aprovação dos termos do concurso para a TV privada em Dezembro, concurso esse que decorrerá, depois, entre Janeiro e Março. Cavaco mostra a sua incapacidade para controlar a inflação e deixa em branco numerosos assuntos de actualidade, fugindo às perguntas colocadas por Mário Crespo ■ O secretário de Estado da Cultura, Pedro Santana Lopes, recusa pedidos de demissão no IPPC (Instituto do Património Cultural), onde reinou o mau-estar depois de declarações daquele titular do Governo contra a direcção do Instituto ■ Em Praga é anunciada a visita do presidente da Checoslováquia, Vaclav Havel, a Portugal. Data da visita: 13 e 14 de Dezembro ■ «Renovação» (do nome) na continuidade (da política da «Dama de Ferro») parece ser o destino da situação política na Grã-Bretanha, onde os conservadores confirmam John Major no cargo de Primeiro-Ministro.

No caso da carga fiscal que ele classificou de maior justiça social calou o aumento de 20 por cento no OE de 1991 relativamente ao de 1990 com o agravamento da tributação indirecta que vai pesar ainda mais sobre a imensa maioria dos portugueses.

Cavaco Silva e o seu Governo que arrecadam vultosas verbas no seu saco azul com as «vacas gordas» das injeções externas nada disse das imprevidências governamentais para o período em curso que ameaça ser de «vacas magras» o que vem perturbar os seus cálculos de grandes receitas com as reprivatizações cuja queda brusca foi já assinalada na da Centralcer e pode vir a verificar-se nas próximas operações, de imediato na venda do principal Banco comercial do País - o Português do Atlântico.

E nestas contrariedades e nos seus efeitos reais na vida do nosso povo e do nosso país reside o medo de Cavaco Silva.

É no esclarecimento da verdadeira situação nacional e na luta contra esta política que se pode tornar nefasta para Portugal nos meses mais próximos e no enfrentamento das grandes questões da actualidade (de que são exemplo as duas notas da Comissão Política do CC do PCP que noutra local publicamos) que se centra toda a acção multiforme do PCP, das suas organizações e do seu grupo parlamentar na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, nos locais de trabalho, na frente económica e social, nas autarquias locais, na frente cultural.

Enfrentando a hostilidade e as calúnias de certa comunicação social manipulada, os comunistas portugueses tomam a iniciativa, arrostam corajosamente com as dificuldades e obstáculos da hora actual e lutam com tenacidade contra a política da direita governante, pela sua derrota nas eleições legislativas de 1991, pela convergência, a unidade e a acção comum de todos os democratas visando uma alternativa que aproxime e reúna principalmente os dois maiores partidos democráticos - o PCP e o PS.

É disso um índice positivo o crescente acolhimento e audição do nosso candidato às presidenciais - o camarada Carlos Carvalhas - nos seus diversos contactos à escala do País.

E constituem uma incomparável prova de vitalidade as inúmeras reuniões e assembleias de organização (locais, distritais e regionais) onde cresce a vontade do nosso grande colectivo partidário de dar resposta às questões e desafios dos dias que vivemos.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido
Comunista Português. Rua Soeiro
Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua
Sоеiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
EDITORIAL «AVANTE!», SA
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
1200 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00
CRC matriculada: 47059
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL. Serviços Centrais:
Av. Santos Dumont, 57 - 2.º -
1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa, Rua do
Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:
Rua de São Bernardo, 14
1200 Lisboa. Tel. 67 01 93/7

ALTERAÇÕES
DE ÚLTIMA HORA
Das 22 às 2 horas - Tel. 90 00 44

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
Tel. 67 01 93

Porto - Rua do Almada, 18-2.º,
Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto
R. Miguel Bombarda, 578
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

Composto e Impresso na Heskla
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Orçamento do Estado e GOP's distantes do que o País necessita

Concluído o debate na generalidade, onde passou com os votos apenas da maioria PSD, o Orçamento do Estado encontra-se agora em comissão especializada para apreciação das propostas de alteração, subindo de novo a plenário nos próximos dias 10 e 11 para exame e votação final.

Demonstrar pela positiva que existem outras orientações e soluções que permitam dar resposta aos problemas actuais em oposição à política governamental que tem norteado os destinos do País, tal é, neste momento, o sentido da intervenção que anima os parlamentares comunistas presentes no debate na especialidade. Trata-se, no essencial, através de um conjunto de propostas coerentes e alternativas, de dar expressão a algumas das preocupações já evidenciadas no debate realizado na semana finda, nomeadamente em domínios como o da habitação, saúde, educação e autarquias locais.

Áreas onde se tem mais feito sentir precisamente a «inconsistente e injusta política económica do Governo», como observou o líder da bancada comunista, Carlos Brito, no discurso que proferiu no encerramento do debate na generalidade.

Uma intervenção onde foi sintetizado o fundamental das posições da bancada comunista ao longo do debate, posições essas que, a exemplo do que sucedeu com a generalidade dos partidos da oposição, foram severamente criticas relativamente às opções do Executivo e à condução da sua política em matéria económica e social.

Agravamento das desigualdades

Criticas que tiveram a sua razão de ser, em primeiro lugar, como o debate comprovou, pelo facto de o Orçamento do Estado e as GOP's não contribuírem para atenuar as desigualdades sociais e regionais, antes favorecerem o seu agravamento, por não serem portadores de mais justiça e solidariedade, mas levarem à sua redução; por não garantirem um melhor desenvolvimento, ao contrário, comprometerem-no.

Este seria aliás um dos motivos mais desenvolvidamente tratados pela bancada do PCP, para o qual Carlos Brito chamaria também a atenção, começando justamente por desmontar a prosápia governamental em torno das suas alegadas vitórias, como sejam a «situação privilegiada da economia portuguesa», os quatro anos de crescimento, a abundância de fluxos comunitários e o quadro existente de «virtual pleno emprego».

«É claro que o Governo esquece-se de dizer que a chamada situação privile-

giada da economia — recordou Carlos Brito — tem contemplado essencial e crescentemente os privilegiados da sociedade e que o exaltado crescimento económico não se tem traduzido em desenvolvimento do País.»

Em matéria de fundos da CEE, designadamente quanto à falta de informações prestadas à Assembleia sobre a execução dos programas comunitários, Carlos Brito foi impiedoso no juízo, havendo, em sua opinião, apenas uma explicação para o procedimento do Executivo: «a imperiosa necessidade que tem de não dar conhecimento público do fracasso que representa o baixíssimo nível de execução dos referidos programas em meados do ano (17 por cento para o FEDER e 19 por cento para o FSE) e das situações de clientelismo, de esbanjamento, de desvio e até corrupção que lamentavelmente continuam a acompanhar a atribuição e a utilização dos fundos comunitários».

Entre o mau emprego e o desemprego

Detendo-se a analisar o chamado «virtual pleno emprego», tão propalado pelos responsáveis governamentais, o dirigente comunista salientou à este respeito que o que caracteriza a situação neste domínio não é o quadro descrito pelo Executivo mas sim a «precariedade do emprego como fenómeno generalizado e massivo», compreendendo centenas de milhares de trabalhadores, que, como referiu no debate Jerónimo de Sousa, «oscilam entre o mau emprego e o desemprego», sujeitando-se a «situações absolutamente ilegais e a formas de exploração medievais».

• Mais injustiça fiscal, menos justiça social

Mas seria na projecção da taxa de inflação que incidiriam com particular acuidade as críticas da bancada comunista. Octávio Teixeira não hesitou em afirmar que é nesta área que o Governo «mais diverge da realidade previsível», acentuando que as «optimistas metas governamentais para a inflação perderam credibilidade», desde logo pela circunstância de o aumento da inflação externa vir a pressionar inevitavelmente a inflação portuguesa.

Neste contexto, para a bancada comunista, a taxa de inflação prevista pelo Governo não é «para ser levada a sério», tendo a sua subestimação «como único objectivo — garantiu-o Octávio Teixeira — tentar limitar as negociações salariais e assim beneficiar e lesar os rendimentos do trabalho em benefício dos lucros e das receitas fiscais».

Os mesmos sacrifícios

Uma outra área onde não subsistiram dúvidas quanto ao carácter demagógico das afirmações do Governo foi, por sua vez, a que se prende com a dimensão social do desenvolvimento e a coesão social. Referindo-se à questão — depois de recordar que o ministro das Finanças não pôde esconder que um dos objectivos do Executivo no acordo económico-social foi a contenção dos salários reais, dado o «lugar proeminente», segundo Miguel Belez, que estes ocupam numa estratégia de desinflação — o líder do Grupo Parlamentar comunista salientou: «São sempre os mesmos a que se pedem os sacrifícios! São os trabalhadores, os reformados, os agricultores, a generalidade dos que vivem dos rendimentos do trabalho, os sectores mais depauperados da nossa sociedade.»

«Pediram-se-lhes sacrifícios nos tempos das vacas magras, voltam a pedir-se-lhes novos sacrifícios quando se fala das vacas gordas», assinalou ainda Carlos Brito, antes de concluir, que, face a este panorama, é inteiramente justo e legítimo

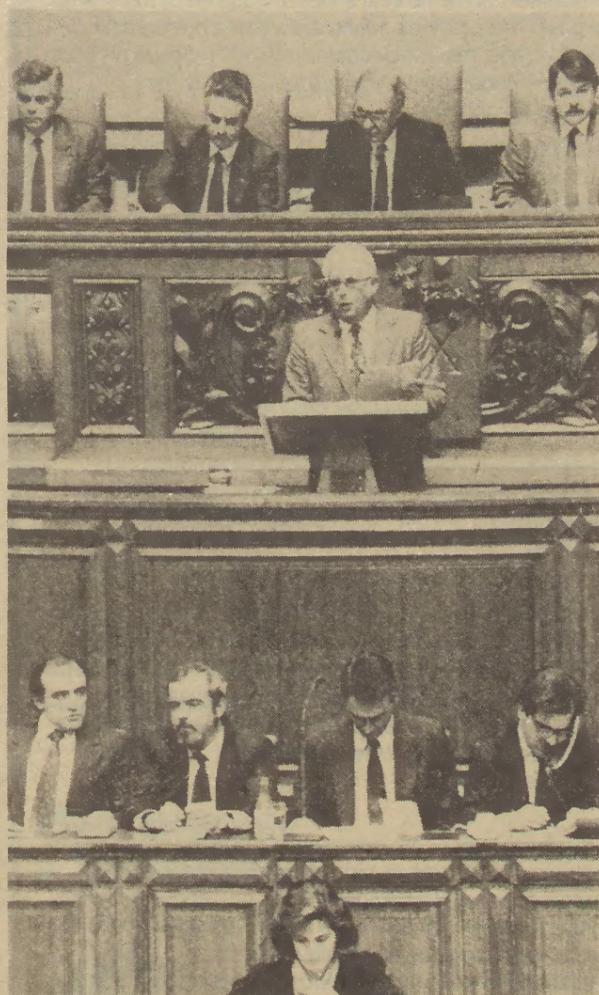
propor, como aliás fez o PCP, a melhoria da parte do trabalho na repartição do rendimento nacional; um aumento mais substancial das reformas e das pensões; uma mais equitativa distribuição da carga fiscal com o desagravamento dos rendimentos do trabalho; um significativo reforço das dotações para a função social do Estado, designadamente nos domínios da habitação, da saúde e do ensino; uma transferência de verbas para as autarquias que as compense de prejuízos dos anos anteriores e que dê cabal cumprimento à lei em vigor.

A favor do capital

Orientações estas que, como é sabido, têm andado arredadas da acção governativa, mais preocupada em satisfazer outras prioridades. Sobre estas deteve-se também Carlos Brito, fazendo notar que a primeira prioridade do Governo é a «restauração e a reestruturação do capital monopolista», facto que a sua política confirma e os seus diplomas comprovam.

As privatizações em curso são disso mesmo um excelente exemplo, como foi assinalado, constituindo a transferência de empresas estratégicas fortemente lucrativas para as mãos de grupos económicos, nomeadamente estrangeiros, num processo onde tem avultado a falta de transparência, um «factor de obstrução a uma estratégia global de modernização da economia portuguesa — as palavras são de Octávio Teixeira — e da sua inserção activa na divisão internacional do trabalho».

Sobre este assunto não passou aliás despercebida a disponibilidade manifestada pelo PS para alterar a Lei Quadro das Privatizações de modo a permitir que os ex-monopolistas possam beneficiar de prerrogativas idênticas às que são hoje concedidas aos trabalhadores das empresas públicas. Qualificando esta posição do PS de «chocante», Carlos Brito interpretou-a como pretendendo favorecer o regresso em força dos Mellos, Champalimaud, Espírito Santo e outros grupos marcantes do tempo da ditadura fascista às



Carlos Brito: o eleitoralismo do Orçamento não reside nas verbas, reside no verbo

empresas que controlavam, solução que, enfatizou, não pode deixar de suscitar reacções por parte da opinião democrática.

Acordo social

Comentando o acordo económico-social, outra das matérias que acabou por ser chamada frequentemente à colação no decorrer dos trabalhos, o dirigente do PCP disse que ele é uma «viva demonstração desta política de permanente exigência de sacrifícios aos trabalhadores».

Fundamentando a afirmação, invocou a «mediocridade dos objectivos» em matéria de actualizações de salários, reformas e outras prestações sociais, a que não pode deixar de se associar o objectivo de «desapossar os trabalhadores de direitos fundamentais como são as garantias contra os despedimentos».



Afinçando ser possível reforçar as dotações sem que isso implique aumento do défice, ou seja, aumentar as receitas sem aumentar a carga fiscal — uma solução que o Governo considera ser impossível de concretizar — o líder da bancada comunista frisou que, para tal, bastaria eliminar ou reduzir drasticamente os benefícios fiscais, as isenções e taxas especiais actualmente concedidas aos rendimentos e mais-valias financeiras.

«Eliminem-se os tratamentos especiais dos rendimentos de títulos da dívida pública, das mais-valias financeiras, dos rendimentos das acções cotadas em bolsa e de múltiplas aplicações e produtos financeiros e serão dezenas de milhões de contos de receitas adicionais para o Orçamento do Estado», garantiu Carlos Brito.



Assembleia da República

ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 1991

Trabalhadores e camadas são os grandes

À conversa com um verbo

Aproveitando o meu afecto por alguém da sua intimidade, o verbo «contextualizar» abordou-me um dia destes com todo o descaramento. Pediu-me lume, acendeu o cigarro na ponta de uma incrível cigarrilha amarela, quis um martini e, após se refestelar na cadeira, acusou-me, de perna traçada e a fazer argolinhas de fumo.

— Você embirra comigo não sei por quê. Se não fosse por causa de terceiros, nem para mim olhava. Posso não ser o Verbo mas não deixo de ser um verbo. E bem necessário nos tempos que correm, como você tem obrigação de saber.

Acendi também um cigarro para disfarçar a surpresa e respondi-lhe:

— Não sei donde lhe veio a ideia de que embirro consigo, eu gosto das palavras, tenho até alguma preferência pelos verbos, mesmo daqueles que nos rebolem na boca excêntricas como «calcorrear» ou «dirimir».

— Fora de contexto.

Deixei passar aquela e ataquei de largo.

— Os verbos exprimem acções; mostre então o que vale e contextualize aí qualquer coisa.

— Isto não é assim, eu não contextualizo a seco. As acções são todas vossas e eu limito-me a exprimi-las. Era só o que faltava, vocês fazerem-nas e a gente ficar com a culpa!

— Contextualize-me isso.

— Olhe os impostos; estão, num contexto de diminuição, todavia aumentam e vão dar mais não sei quantos milhões de receita. Ou a inflação; também sobe num contexto de descida. Quer mais? O desemprego aumenta, o custo de vida sobe, a miséria cresce e tudo isto acontece num contexto que diz exactamente o contrário.

— Perdão, quem diz é o Governo.

— Não me interessa quem contextualiza. O meu negócio é factual. Há dias 14 estrangeiros tentaram entrar em Portugal — eram da RP da China, de Angola, Cabo Verde e Guiné-Conakri. Nem chegaram a sair do aeroporto: foram repatriados por evidenciarem «ausência de meios de subsistência mínimos exigidos por lei». Estavam descontextualizados.

— ...

— Aguardo agora com expectativa o que vai acontecer às dezenas de milhares de cidadãos nacionais que permanecem no País evidenciando «ausência de meios de subsistência mínimos». Se calhar vão andar todos de avião, mas isto sou eu a contextualizar.

— Considerando que «contextualizar» consiste no acto de ligar as partes de um todo...

— Não me venha com conversas de dicionário que eu sei bem o que valho — vocês é que não, pela maneira como me utilizam. Andaram durante anos a contextualizar a entrada de Portugal na CEE como se não houvesse outros contextos no mundo e agora já deitam as mãos à cabeça a querer sair do texto.

— Houve quem avisasse...

— Acharam-nos fora de contexto. Mas essa de «ligar as partes de um todo» tem piada. Contextualizando os objectivos de progresso, desenvolvimento, modernidade e transparência (parece que era assim que diziam) do vosso Governo, dá vontade de rir quando vemos hospitais a fechar para melhorar a Saúde, alunos sem escolas para desenvolver o Ensino, fábricas a fechar para impor o progresso, falências aos milhares a concretizar o desenvolvimento, o estrangeiro a comprar o País para promover a modernidade, ex-governantes na prisão a mostrar transparência. Agora é só ligar as partes do todo...

— Olha um verbo da oposição...

— Do Governo, meu caro! Do Governo! Sou, aliás, de quem mais precisa, porque os verbos são assim um bocadinho os Robin dos Bosques da gramática.

— Mas pelos vistos agora anda ao serviço do Xerife de S. Bento...

— Agruras da língua. Que é, apesar de tudo e não se esqueça, a grande Pátria portuguesa.

— Contextualize-me essa.

— Não, vocês é que contextualizam.

— Como?

— Contextualizando o rico Governo que aí têm.

■ HC

Governo acentua atraso estrutural da economia



É indubitável que o desenvolvimento da economia portuguesa exige ritmos elevados de crescimento económico, que só podem ser sustentados por um processo global de modernização da estrutura produtiva. O crescimento económico existe, com ritmos, aliás, idênticos aos da Espanha e inferiores aos da Irlanda, flutuando aos ventos da conjuntura externa e dos recursos comunitários, mas não sustentado por um processo global de modernização.

De facto, sectores de actividade dominantes na estrutura produtiva, como o têxtil e o calçado, as pequenas e médias empresas e os pequenos agricultores, continuam objectivamente arredados do acesso aos fundos comunitários e a apoios técnicos que lhes permitam avançar decididamente nas necessárias modernização e diversificação produtivas e para o aumento das produtividades. Do mesmo modo que são mínimas as alterações introduzidas na especialização produtiva do País, e que o sistema produtivo continua a evidenciar forte dependência tecnológica, débil base de produção de bens de equipamento e fraco grau de coerência interna. Isto é, desmentindo a propaganda governamental, e como se pode ler num relatório recente das Comunidades Europeias, «o julgamento estrutural da economia portuguesa e a preparação para 1992 está ainda numa fase bastante atrasada».

Atraso preocupante para o futuro da economia e da independência nacionais, que a política do Governo para 1991 tende a acentuar.

Por um lado porque se mantém a ausência de uma estratégia global de desen-

volvimento e as políticas discriminatórias no acesso efectivo aos fundos comunitários e aos correspondentes subsídios orçamentais.

(...)

Por outro lado, porque a persistência do Governo na privatização de empresas estratégicas em «centros neurálgicos do desenvolvimento económico do País», não facilita nem conduz à modernização da economia. Pelo contrário, a transferência da propriedade dessas empresas para grupos económicos, nomeadamente estrangeiros, são um factor de obstrução a uma estratégia global de modernização da economia portuguesa e da sua inserção activa na divisão internacional do trabalho de acordo com os interesses nacionais.

(...)

Em terceiro lugar, a política do Governo tende a acentuar o atraso estrutural da economia portuguesa porque o Governo insiste, no âmbito da União Económica e Monetária, em privilegiar a integração financeira em detrimento da convergência e da coesão económica e social.

(...)

Octávio Teixeira

Menos investimento na habitação e transportes



Serão devidos à construção da CRIL e da CREL? Como vai ser colmatada em 1991 a falta de liquidez que se verificou no INH em 1990 a qual só possibilitou financiar, até Novembro, 600 fogos dos cerca de 10 000 contratados? Será que os 32 milhões de contos previstos para 1991 são suficientes quando 35 milhões de contos não o foram em 1990?

Relativamente aos transportes, comunicações e meteorologia o diferencial negativo em relação ao ano de 1990 proposto para 1991 é de 16,1 milhões de contos, sem contar com a inflação e com os 10% de retenção na

(...)

No PIDDAC de 1991, comparado com o PIDDAC de 1990 previsto para 1991, o investimento é menor em 16,3 milhões de contos e isto sem contar com 10 por cento de retenção e mais a inflação.

Em relação à habitação as verbas são exiguas na promoção directa e são quase totalmente absorvidas por realojamentos. O arrastamento das obras na rede fundamental e secundária agrava brutalmente o seu custo havendo mesmo obras que já se arrastam há anos. A rede secundária, com 12 mil quilómetros, com custos previsíveis de 50 milhões de contos para a respectiva beneficiação apenas é contemplada com 1,35 milhões de contos.

Luís Roque

Défice recorde na Saúde



(...)

Mas, se o défice de 90 é preocupante, a proposta também nós merece as maiores reservas. Vejamos:

— Utiliza o artifício de aumentar de 2,3 para 2,7 meses os atrasos de pagamento a fornecedores o que se traduz no escamotear de mais de 6 milhões de contos;

— A aplicação do esquema proposto para prever a despesa com pessoal em 91 está errada em —3,1 milhões de contos.

— É manifestamente insuficiente que se considerem aumentos de 10% para as despesas com pessoal quando já foi proposto um aumento de 13,5% para as remunerações dos trabalhadores da Função Pública.

— Tendo em vista a previsível taxa de inflação, não são credíveis os aumentos propostos de 12% para medicamentos e de 10% para convenções e consumos, quando se verificaram de 89

(...)

Tem insistido o Governo em comparar a proposta inicial do Orçamento de 90 com a proposta agora apresentada para 91 a fim de agitar um hipotético crescimento de 29% no sector da Saúde. Pura ilusão. Com efeito, mantêm-se todas as razões que nos levam a pensar que o défice de execução do Orçamento de 90 é, por certo, um défice recorde.

para 90 (comparando os primeiros 9 meses) acréscimos de 13,8% para convenções de 21% para medicamentos e de 22,3% para consumos.

Um outro aspecto sem dúvida preocupante é o do crescimento do saldo da dívida que, ainda que subavaliada em 91, é da ordem dos 10,7 milhões de contos ou seja mais 34,2%.

(...)

É com este «rigor» e com esta «precisão» que o Governo cozinha o tão falado Orçamento para a Saúde. Por este caminho não auguramos nada de bom para a saúde dos portugueses, para o bom funcionamento das instituições, para a satisfação dos justos anseios dos profissionais.

João Camilo

Educação pública em asfixia



de asfixia financeira.

(...)

A política orçamental para o Ensino Superior, que a proposta de orçamento para 1991 traduz, é também sintomática de uma política de não investimento e de alienação de responsabilidades no que se refere ao Ensino Superior Público. A nível dos orçamentos do funcionamento do Ensino Superior não há razões de optimismo. Verificam-se mesmo casos de reduções orçamentais reais num panorama geral que é no mínimo de estagnação e que poderá conduzir durante o próximo ano a situações insustentáveis no funcionamento das Universidades e dos Institutos Politécnicos.

Porém, no que se refere ao orçamento de investimento para o Ensino Superior, a situação assume foros de escândalo.

As previsões de investimento constantes da indica-

ção plurianual feita o ano passado revelaram-se uma longínqua miragem. Apenas 1/3 das previsões será, na melhor das hipóteses, cumprida. A generalidade dos programas de investimentos dos estabelecimentos de ensino superior públicos sofrem golpes drásticos, inviabilizadores da sua concretização.

(...)

Também para a cultura as verbas inscritas no Orçamento de Estado padecem, desde a partida, de um grave desequilíbrio: os quase nove milhões para o elefante sem fundo do Centro Cultural de Belém contrastam, gritantemente, com a insignificância dos valores atribuídos à Direcção-Geral de Acção Cultural, ou seja: aos apoios do Estado às actividades de bandas e filarmónicas, grupos de animação, agremiações recreativas e cultu-

Nacional

Carvalhas com trabalhadores

Durante a última semana a actividade do candidato comunista às eleições presidenciais foi intensa no número de contactos estabelecidos e de visitas feitas. Braga foi um dos distritos visitados por Carlos Carvalhas, onde o secretário-geral adjunto do PCP teve oportunidade de visitar o sindicato têxtil e calçado e esteve também com trabalhadores do sector para se inteirar da difícil situação ali vivida. Depois de algumas entrevistas à imprensa e rádio locais, Carvalhas participou na III Assembleia dos Metalúrgicos de Braga. Outras visitas de Carvalhas incluíram a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE); o distrito de Bragança; visitas nos distritos de Castelo Branco e Viana do Castelo e ainda a Avis, zona de Reforma Agrária. Das intervenções feitas nestes locais aqui publicamos alguns excertos.

Encontro com a ANAFRE

(...)

A minha candidatura manifesta o seu total acordo com as principais reivindicações da ANAFRE de reforço dos meios financeiros e das competências próprias das freguesias e de consagração legal do regime de permanência para os seus eleitos.

Registo com agrado o grande consenso entre eleitos das várias forças políticas em torno destas questões e penso que o Presidente da República deve dar o seu apoio político para que as freguesias portuguesas tenham mais meios e possibilidades de trabalhar.

No quadro constitucional, a descentralização e o fomento da participação dos cidadãos na vida política necessitam de freguesias fortalecidas, activas na resolução dos problemas das populações. As freguesias são uma componente do Poder Local e que devem ser encaradas como autênticos agentes de expressão e de intervenção popular.

Regionalização em festa-convívio em Bragança

(...)

É bom que se diga que a Regionalização só não é hoje uma realidade do nosso país porque a maioria PSD e o seu Governo (acompanhados por vezes por grandes vacilações do PS) a têm deliberadamente obstruído através dos mais diversos expedientes.

Quero afirmar também que a criação das Regiões Administrativas não se alcança com uma mera Lei-Quadro. A minha candidatura defende a aprovação de um calendário concreto: para a Lei-Quadro, para a aprovação das áreas de partida das regiões, para a consulta às Assembleias Municipais e para as eleições dos órgãos das Regiões Administrativas.

Importa ainda referir que o Presidente da República poderia, e a nosso ver deveria, ter solicitado a declaração de inconstitucionalidade por omissão da não criação das Regiões Administrativas. Isso foi-lhe pedido através de um abaixo-assinado subscrito por milhares de cidadãos de todas as regiões e credos políticos, incluindo presidentes de câmaras de todos os partidos.

(...)

Trabalhadoras da ERES no Fundão

No distrito de Castelo Branco o subsector das con-

feções e vestuário emprega cerca de 5500 trabalhadores em 45 empresas.

Atendendo ao elevado número de mulheres que trabalha nesta empresa, permitam-me que particularmente a elas dirija algumas palavras.

A democracia portuguesa instituiu no nosso país, depois do 25 de Abril, um conjunto assinalável de direitos às mulheres trabalhadoras.

(...)

Em geral a Constituição e as leis introduziram importantes alterações na situação legal das mulheres na base de dois princípios: o reconhecimento da sua igualdade em direitos e do direito à não discriminação e o reconhecimento da maternidade como função social.

(...)

Não podemos alhear-nos do facto de que muitos direitos consagrados legalmente não são praticados e de que em certas empresas a repressão visa no fundamental as mulheres.

Em matéria de direitos das mulheres os comunistas estiveram e estão na vanguarda não só das acções e movimentações mas também de iniciativas legislativas, fazendo aprovar projectos seus ou por si suscitados, estando outros à espera de discussão e decisão.

A minha candidatura sublinham em coerência com esta situação, a necessidade dos candidatos debaterem os problemas das mulheres portuguesas pela degradação das suas condições de vida e de trabalho e pela proximidade do Mercado Único, em 93, na medida em que as mulheres trabalhadoras predominam em sectores fortemente vulneráveis da economia portuguesa e importa prever e acorrer às consequências.

Nos estaleiros navais de Viana do Castelo

A minha candidatura compartilha as aspirações de todos quantos pretendem para Portugal uma democracia simultaneamente política, económica, social e cultural, que, entre outros objectivos realize o desenvolvimento económico, assente numa economia mista, tendo como objectivos centrais a melhoria do nível e qualidade de vida dos portugueses, uma justa e equilibrada distribuição da riqueza criada, uma mais vantajosa integração de Portugal na divisão internacional de trabalho, o progresso do País.

A minha candidatura sublinha entre os valores que a enformam o papel decisivo

que os trabalhadores têm na vida nacional e na democracia portuguesa e o trabalho como factor determinante da transformação da vida e da dignificação do homem e como elemento básico da criação de riqueza e progresso.

Assim, é natural que entendamos que o Presidente da República, no cumprimento dos seus poderes, se interesse pela realização do desenvolvimento e intervenha quando a política afecte as possibilidades da economia mista nomeadamente pela entrega directa ou indirectamente ao capital transnacional de sectores básicos, permita que a economia portuguesa ocupe um lugar subalterno, quando a política accentue as desigualdades sociais, desvalorize o trabalho e promova na sociedade a especulação e corrupção como formas de realizar o sucesso pessoal à custa de tudo e de todos.

(...)

Com a Reforma Agrária em Avis

(...)

O prestígio e a dignidade de Portugal não se constroem na base de abdições e subordinações e por isso nos preocupa a situação com que estão confrontados a agricultura e os produtores portugueses em todo o País e, por razões particulares, aqui no Alentejo.

O nosso país vai estar sujeito a uma presença acrescida e à entrada mais fácil nos mercados nacionais da produção agrícola comunitária e de outros países, em condições de concorrência desfavoráveis para a produção portuguesa.

A passagem para a segunda fase do período de transição vai submeter a agricultura portuguesa à aplicação de todos os regulamentos e disciplinas comunitárias para as produções em regime de transição por etapas que constituem o essencial da nossa produção agrícola, que poderá ir a par de uma redução progressiva de subsídios e protecções para as produções agrícolas comunitárias, resultantes dos acordos do GATT que prevê a diminuição de 30% nesses apoios e em que o Governo português não procurou salvaguardar a posição do País.

Mas também é certo que estes efeitos já eram previsíveis desde a adesão do nosso país à CEE e desde o início das negociações da revisão do GATT.

(...)

Estamos cada vez mais perto de 1993 e constatamos que a produção agro-pecuária não cresceu, que se agravou em mais de 50% o défice alimentar e que baixaram os rendimentos reais dos que trabalham a terra, que se agravou a situação no sector cooperativo e das pequenas e médias explorações, por marginalização no acesso aos fundos comunitários.

Apesar de o Alentejo ter absorvido neste período cerca de 24 milhões de contos, grande parte desses fundos não foi aplicada para o reforço da capacidade estrutural da agricultura.

Quando se impunham os apoios, os incentivos e a defesa da Reforma Agrária como sector «novo», capaz de um contributo decisivo em produções estratégicas como os cereais e a pecuária, prosseguiu-se a liquidação acelerada das UCP/Cooperativas e a reconstituição da propriedade latifundiária.

Em consequência da marginalização a que foram sujeitas as cooperativas e pequenos agricultores, a sua situação agravou-se, prosseguiu o abandono da terra e a desertificação dos campos. O direito à produção foi assim negado a parte importante dos produtores e apenas assegurado aos grandes proprietários e grandes rendeiros.

Acresce que, durante os últimos 15 anos foram à Reforma Agrária subtraídas terras que, em muitos casos estão subaproveitados ou abandonadas.

A sua venda a preços especulativos só concorrem as empresas do sector da indústria florestal, parte da terra transforma-se em coutadas de caça, outra ficou na posse de estrangeiros.

A política de direita conduziu ao envelhecimento e despovoamento da região, colocando-a à beira de não dispor no futuro de meios humanos necessários ao seu desenvolvimento.

Esta situação agrava-se com medidas que o Governo está a aplicar, à pressa, para recuperar da sua inactividade dos cinco anos posteriores à adesão quanto à aproximação de preços e quanto ao apoio à reconversão da produção. A «harmonização» de preços e a liberalização de mercados vão levar a uma quebra assinalável de rendimentos dos produtores, quebra de produção de cereais, novos agravamentos do défice alimentar e abandonos da cultura.

(...)

PCP da Amadora repensa acordo com PS

«Estranha e politicamente inaceitável» é como um comunicado do executivo da comissão concelhia da Amadora do PCP qualifica a atitude dos vereadores do Partido Socialista, eleitos para a Câmara local, de optarem pela abstenção na deliberação votada a favor pelo PCP, MDP e PSD que considerava calunioso e irresponsável o conteúdo de uma notícia publicada no semanário «O Independente» considerada difamatória de um vereador do PCP. A atitude dos socialistas leva o PCP da Amadora a repensar os termos em que foi estabelecido o entendimento político existente na Câmara entre os dois partidos, tal como se refere no referido comunicado, datado de 21 de Novembro e que publicamos na íntegra.

O semanário «O Independente», na sua edição de 16 de Novembro, publicou uma «notícia» difamatória de um Vereador do PCP da Câmara Municipal da Amadora.

O Executivo da Comissão Concelhia da Amadora do PCP sentindo-se directamente atingido pelas infames calúnias lançadas sobre o eleito, que há onze anos exerce com honestidade e competência as suas funções, manifesta o mais veemente repúdio pelo tratamento jornalístico de que este foi alvo.

A gravidade de tais afirmações, atentatórias da sua honra exigem procedimento judicial.

O Executivo da Comissão Concelhia da Amadora expressa, de forma inequívoca, ao Vereador Manuel Vieira, a sua inteira confiança política e reafirma o seu apoio à prática urbanística seguida pela Câmara, sublinhando o contributo que tem dado para a recuperação e ordenamento urbano harmonioso, que tem permitido dar satisfação crescente às necessidades da população, promovendo a requalificação urbana da cidade da Amadora, apesar da situação herdada e das difíceis condições da gestão impostas aos municípios.

O PCP, em conjunto com os seus aliados, tem razões para se sentir orgulhoso das transformações havidas ao longo dos onze anos da vida do Município.

Quem conheceu anteriormente a Amadora e hoje a visita não terá dúvidas quanto ao empenhamento e competência dos gestores municipais.

A deliberação assumida na sessão da Câmara de 21 de Novembro, que condenou a forma caluniosa e irresponsável do conteúdo da «notícia», contou com os votos favoráveis do PCP, MDP e PSD e a abstenção dos três eleitos do PS.

A posição dos três eleitos do PS é, para o Executivo da Comissão Concelhia da Amadora, estranha e politicamente inaceitável, porque revela, no mínimo, falta de ética, de solidariedade e mesmo aceitação da «notícia» que, segundo esse semanário, teve origem em fontes «camarárias» e «socialistas».

O Executivo da Comissão Concelhia da Amadora do PCP não pode deixar de colocar à Direcção Concelhia do PS a clarificação de tais atitudes, e sente-se no direito e dever de repensar os termos em que foi estabelecido o entendimento político existente na Câmara Municipal entre o PCP e o PS.

Congresso da CNA em Fevereiro

A direcção nacional da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) reuniu em Coimbra e decidiu marcar o seu congresso para Fevereiro de 1991. Na reunião procedeu-se a um amplo debate dos objectivos do congresso, uma análise aprofundada do orçamento geral do Estado (OGE), estudaram-se as consequências para os agricultores da segunda etapa de adesão à CEE e à GATT e especificaram-se aspectos da situação actual da agricultura portuguesa. Revelando as dificuldades da produção florestal, e na vinha como algumas das situações mais graves hoje vividas pela agricultura portuguesa, a CNA afirma que o subsídio de gasóleo é inadequado e dá todo o apoio à mobilização dos povos dos baldios para assistirem amanhã, na Assembleia da República, à discussão e vo-

tação de um novo projecto do PSD que visa retirar os baldios da posse, uso e fruição dos povos utentes.

Sobre o orçamento, a CNA considera que se ele não for alterado, Portugal não poderá usufruir inteiramente dos fundos comunitários para os investimentos ao abrigo dos regulamentos da CEE nºs 797 e 355, por exemplo, já que, como se refere num comunicado saído desta reunião, «a proposta de OGE não contempla as verbas necessárias para a correspondente participação nacional», adiantando-se que mesmo em relação a projectos já aprovados em Bruxelas, «corre-se o risco de não serem executados por falta da componente portuguesa».

Acusando o Governo de «obstinada cegueira» ao não ouvir os agricultores e a CNA, esta afirma que se verifica um

grave desajustamento face às condições actuais e às especificidades da agricultura portuguesa no que diz respeito às negociações para a segunda etapa de adesão à CEE, reservando ao nosso país um papel «puramente marginal» na agricultura europeia.

Assim foram eliminados todos os mecanismos de protecção para as carnes de bovino, de suíno ou para o arroz sendo o Governo português o responsável pela abertura das portas às produções estrangeiras tendo aceite o corte em 30 por cento nos apoios à agricultura nos países da CEE, facto que a CNA denuncia como sendo uma capitulação da comunidade europeia face aos Estados Unidos, enquanto as autoridades portuguesas ignoravam as especificidades da nossa agricultura.

Trabalhadores

Estaleiros de Viana CT apreensiva rejeita SA

A Comissão de Trabalhadores (CT) dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC), empresa pública como se sabe, rejeitou recentemente os projectos de transformação em sociedade anónima daquela importante unidade da indústria naval. O PCP, através da sua Direcção Regional, solidarizou-se com a posição dos trabalhadores representados pela CT. Esta organização, que considera os projectos de transformação dos Estaleiros de Viana como um passo no sentido da privatização, destaca no seu parecer que «o projecto de estatutos apresentado não contempla minimamente a intervenção dos trabalhadores». Estes desejariam, segundo a CT, que prosseguisse «o plano de investimentos, que deverá atingir os 4 milhões de contos».

Pela sua importância, transcrevemos na íntegra o parecer da CT dos ENVC, EP:

«A data da nacionalização da empresa (1 de Setembro de 1975), esta vivia uma grave crise económico-financeira resultante, fundamentalmente, dos maus negócios realizados pela gestão da época e da crise em que tinha já mergulhado a indústria naval no contexto mundial e que persiste ainda hoje.

O passivo dos ENVC era nessa época superior a 500 mil contos, acumulando-se rapidamente até atingir 1500 mil contos em 1982. A partir dessa data tal situação foi completamente invertida, seguindo a empresa um rumo à esta-

bilidade. Em cada ano que foi passando, resultados bons e menos bons (fundamentalmente como consequência do factor crise) associados traduzem-se hoje na existência de uma situação de relativa prosperidade, devendo salientarem-se a existência de disponibilidades financeiras na ordem dos quatro milhões de contos.

«Pelo meio ficaram as preocupações, a serenidade e o elevado sentido de responsabilidade dos trabalhadores da empresa, que nunca regatearam esforços para recuperar uma unidade industrial tecnicamente falida, mas que sempre consideraram viável. Pelo meio ficaram a aplicação para dar sempre mais um pouco de

si para atingir metas e cumprir prazos, que muitos não acreditavam fosse possível, o realismo e a ponderação no plano reivindicativo, a aceitação passiva, mas consciente, de condições de trabalho extremamente penosas por penúria de equipamentos de protecção individual, a aceitação de trabalho em regime de polivalência, o esforço e autocontrolo para reduzir índices de absentismo a valores mínimos, etc. É fundamentalmente aqui, sem esquecer alguns aspectos marginais, que reside a chave do êxito e levou a que, em pleno período de profunda crise mundial para a indústria naval, os Estaleiros Navais de Viana do Castelo surgissem, como marco destacado, a apresentar invejáveis resultados económico-financeiros.

«Para além de se preocuparem com a sua própria sobrevivência, os trabalhadores eram bem conhecedores da triste realidade de habitarem numa região profundamente carecida no plano industrial, numa região onde predomina a pequena agricultura e o emprego escasseia, obrigando à emigração de milhares de cidadãos. Era e é bem sabido que os ENVC, EP têm para a região a importância de contri-



Uma empresa vital para a região

buir, no contexto da indústria transformadora, com 30 por cento do emprego e 53 por cento do produto. Sabido era e continua a ser que a animação da economia do distrito de Viana do Castelo, muito espe-

às construções foi o expediente encontrado para evitar o encerramento destas unidades industriais. Os ENVC, EP também beneficiaram de alguns desses subsídios; no entanto, feito o balanço, hoje é bem

mento obsoleto, condição essencial para um efectivo aumento de produtividade.

«Os Estaleiros são, assim, uma empresa inserida num contexto muito especial e rodeada de condições muito específicas a que só o estatuto de empresa pública se pode adaptar. A sua entrega ao sector privado pode pôr tudo em perigo, e a região pode vir a viver um dos mais conturbados momentos de sempre.

«É considerando tudo isso que a CT dá o seu parecer negativo em relação à transformação dos ENVC, EP em sociedade anónima.

«Daí que mais uma vez, como já foi feito, se vão levar ao conhecimento das autoridades e da população em geral as justas apreensões de todos os trabalhadores.

A CT não pode deixar de salientar, ainda, que o projecto de estatutos apresentado não contempla minimamente a intervenção dos trabalhadores nos órgãos sociais da empresa, aspecto que foi de tanta e tão grande importância para a recuperação da mesma e para a sua estabilidade. No mesmo projecto não são devidamente contemplados e acautelados os direitos dos trabalhadores, conquistados arduamente à custa de cedências e da obrigatoriedade de ritmos de trabalho cada vez mais penosos.

«Só por razões de ordem meramente política, estranhas aos interesses do País e dos trabalhadores, e que o Governo deverá assumir, se põe a tentativa de privatizar os ENVC, EP.

«Reitera-se a disposição contrária desta CT, rejeita-se o projecto de estatutos apresentado e reafirma-se a disposição de recurso a todos os meios legais para obstar a tal decisão.»

O parecer da CT é datado de 10 do corrente.

- A entrega dos Estaleiros ao sector privado pode pôr em perigo a economia da zona
- A empresa passa por um período de relativa prosperidade, com disponibilidades financeiras da ordem dos quatro milhões de contos
- Os ENVC, EP contribuem com 30% do emprego e 55% do produto no que respeita à indústria transformadora da região
- Só por motivos políticos da responsabilidade do Governo é levantada a hipótese de privatização
- No projecto SA não são acautelados os direitos dos trabalhadores

cialmente o pequeno comércio e a pequena indústria, bem dependentes estão desta empresa, facto que mesmo as autoridades locais atestam. Daí que mais empenhamento houvesse para que a estabilidade fosse criada.

«A crise da indústria naval no plano mundial obrigou a que a esmagadora maioria dos países adoptasse medidas para a preservação dos seus estaleiros, não como fonte de rendimento, mas apenas como fonte de ocupação de milhares de postos de trabalho. Daí que em cada ano tivessem que disponibilizar enormes quantias. O subsídio

mais o que a empresa deu ao Estado em termos de impostos indirectos e sobre lucros do que o que recebeu, sendo este mais um factor a atestar as características especiais da empresa.

«No entanto, a crise que persiste continua a obrigar a que se adopte uma política criteriosa e pautada pelo equilíbrio, para que atrás não se volte, para que a agitação não se instale, para que a região não seja afectada na sua estabilidade. Vem-se assim corrigindo os efectivos de pessoal dentro de uma relativa normalidade e sem qualquer tipo de convulsões, assim como se procede a um plano de investimentos que deverá atingir os 4 milhões de contos, para que seja mais lógica a sequência nos circuitos de trabalho e para que se renove equipa-

Comunicado da USS

Conforme anunciamos oportunamente, a União dos Sindicatos de Setúbal (USS/CGTP-IN) efectuou o seu III Congresso acerca do qual o respectivo gabinete de Imprensa (DIF) difundiu o seguinte comunicado:

«1. O 3.º Congresso da USS/CGTP-IN, que contou com a presença de 32 Sindicatos e 320 delegados, incluindo delegações de 3 União Locais, da Interjovem e Inter Reformados, foi significativamente o mais participado de todos.

«2. O balanço dos trabalhos do Congresso é bastante positivo, quer pelo empenhamento dos delegados, quer pelo nível geral das intervenções centradas no Programa de Acção apresentado. A unidade da estrutura saiu reforçada, com confiança para o trabalho sindical e

para dinamizar a luta dos trabalhadores do distrito.

«3. Os Estatutos sofreram algumas alterações, sendo de destacar a instituição da Comissão de Fiscalização, como órgão constituído a partir do Plenário de Sindicatos.

«4. O Relatório apresentado pelo Conselho Distrital cessante foi aprovado por maioria, com 14 abstenções, e o Programa de Acção para o próximo triénio foi aprovado por maioria, com uma abstenção.

«5. O Congresso aprovou ainda uma Resolução Político-Sindical e 4 Moções («Contra a repressão nas empresas», «Pelos direitos dos trabalhadores», «Pela regionalização e democratização do Estado», e «Pela paz e solidariedade»).

«6. O Conselho Distrital, de 47 membros, foi eleito por 215 votos na lista, em 236 votos expressos, com 7 nulos, 14 votos em branco e 30 abstenções.

«Na próxima reunião a seguir à tomada de posse, o novo Conselho Distrital irá eleger a Comissão Executiva, o Secretariado e o Coordenador».

Movimento na FP

Depois de terem suspenso a greve inicialmente marcada para 20 do corrente, a Federação sindical, os sindicatos e restantes organizações representativas dos funcionários públicos, que subscreveram a Plataforma Reivindicativa da Administração Pública, decidiram recomendar «a organização conjunta» de plenários e outras reuniões nos locais de trabalho entre 26 e 30 do corrente.

A FNSFP (Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública), que participou num plenário em Lisboa com as outras organizações subscritoras da Plataforma, esteve na Assembleia da República, por ocasião do debate do Orçamento do Estado, «para estabelecer contactos com os grupos parlamentares».

Acerca do aumento (de 11,5 para 13,5 por cento nos salários para 1991), causa imediata da suspensão da greve, a Comissão Negocia-

dora da Plataforma, em 20 do corrente, considera que «a alteração da proposta do Governo corresponde a um primeiro e significativo resultado da luta desenvolvida pelos trabalhadores».

Corresponde também, segundo o plenário sindical de Lisboa, além da marcação da greve, a outras formas de luta como o cordão humano e à movimentação que o precedeu.

«Ao sublinhar que a proposta de aumentos salariais dos sindicatos era da ordem dos 15 por cento e que há outras reivindicações que necessitam de apoio, a Comissão Negociadora decidiu efectuar, entre 4 e 7 de Dezembro, «uma grande acção conjugada dos diferentes sectores, formas e datas, com a convocação de plenários nacionais e, caso a evolução do processo negocial o justifique, manifestações e greves dos vários sectores da Administração Pública».

Tempo de serviço e professores

Os principais sindicatos de professores podem recorrer à greve nos primeiros dias de Dezembro, se «a recuperação do tempo de serviço» não for reposta entretanto.

A Fenprof, principal organização do sector, afirma que essa recuperação «foi roubada à generalidade dos professores, na transição do sistema de fases para o sistema de escalões».

Recuperar esse tempo de serviço, que conta para vários efeitos relacionados com remunerações, seria o primeiro objectivo da greve.

Transcrevem-se os restantes objectivos da forma de luta anunciada, segundo ex-

plicou a Fenprof na passada sexta-feira:

«A concretização das subidas dos índices previstos nos Decretos-Leis 408/89 (ensino superior) e 409/89 (ensino básico e secundário e educação pré-escolar).

«O início das negociações para a regulamentação do estatuto da carreira, prioritariamente sobre quadros e concursos, nomeadamente a estabilidade de emprego de professores provisórios e contratados».

Na reunião do secretariado nacional da Fenprof, anunciada sexta-feira passada, seria também discutido no princípio desta semana o Orçamento do Estado para 1991.

Hotelaria

Seminário e Congresso

A Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal (FESHOT) organiza amanhã um debate sobre a lei hoteleira. Num hotel de Lisboa, técnicos da Direcção-Geral de Turismo animarão o Seminário sobre o tema, com início às 15 horas no Berna.

O coordenador da FESHOT explicou aos órgãos da comunicação social, segunda-feira passada, que esta é «uma das várias iniciativas, programadas em todo o Continente e Ilhas», tendo em vista dinamizar as teses que vão ser apresentadas no 5.º Congresso da FESHOT.

O Congresso decorrerá em 6 e 7 de Dezembro próximo, no auditório do CESL, em Lisboa, sob o lema «Dignificar a profissão, construir o futuro».

PCP

Distrito do PORTO

Jornalistas postos ao corrente da grave situação na metalurgia

A situação em que se encontra actualmente o sector da metalurgia e metalomecânica da região do Porto foi abordada numa recente conferência de Imprensa promovida pela DORP do PCP. Presentes no encontro com os jornalistas **João Mário Silva**, militante da célula da Facar; **Eduardo Frasco**, da célula da Oliveira e Ferreirinha; **Vitor Ranita**, da Direcção Regional do Partido, e **Manuel Almeida** e **José Timóteo**, membros do Comité Central e da DORP.

«A situação no sector da metalurgia e metalomecânica é o espelho da degradação social que tem origem na política do Governo», referiu Vitor Ranita a introduzir a análise feita nesta conferência de Imprensa.

Vários milhares de postos de trabalho perdidos no último ano, desrespeito pela legislação do trabalho e pelos contratos colectivos, aumento da precarização do emprego (17 por cento em 1990), contenção salarial, aumento do peso dos «prémios» e subsídios nas remunerações do trabalho, como forma de pressionar a prática ilegítima de condições de trabalho socialmente injustas, redução da capacidade produtiva em várias empresas, a favor do capital, com prejuízo para os direitos fundamentais dos trabalhadores e dos interesses da economia nacional — eis algumas das características da situação descrita por Vitor Ranita, que deu vários exemplos vivos dos problemas e da situação em empresas do distrito do Porto.

Exemplos expressivos

Na **Facar**, que em 1987 tinha 1058 trabalhadores, estão hoje activos cerca de

220. Entretanto, até Outubro do corrente ano já tinham sido importadas 9 mil toneladas de tubo, que poderiam ter sido ali produzidas.

O que resta da **UTIC**, empresa que há alguns anos foi desmembrada, está em situação próxima de encerramento.

A **SEPSA**, onde se prevê o gasto de cerca de uma centena de milhares de contos com rescisões de contratos, entrega serviços a outras empresas nas próprias instalações e continua a recrutar pessoal a prazo.

A **EFI** e a **FERUNI**, que tinham há uns anos 1700 trabalhadores, contam hoje com cerca de 400 activos.

Na **Siderurgia Nacional** (Maia), as condições de laboração estão comprometidas pela saída de pessoal qualificado, enquanto desde 1988 a produção siderúrgica tem vindo a decrescer.

Na **Salvador Caetano**, a opção por maiores lucros obtidos através da comercialização de autocarros carroçados no exterior ameaça muitos postos de trabalho.

Na **Oliveira e Ferreirinhas** e **EUROFER**, está em curso um processo conducente à associação ou fusão das duas empresas que põe em perigo os interesses e os

direitos fundamentais de muitos dos seus 1800 trabalhadores.

Também a especulação imobiliária que se processa em várias empresas, segundo foi referido, põe em causa interesses da economia nacional e direitos dos trabalhadores.

A **Facar** pode ser encerrada a qualquer momento para dar lugar a um negócio de dezenas de milhões de contos com terrenos.

A **EFI**, depois de reduzir o número de trabalhadores e com projectos de reduzir ainda mais, investe em participações para negociar em posição maioritária os terrenos das antigas instalações.

A **Fábrica das Antas**, na Boavista, poderá vir a encerrar dando lugar a um projecto imobiliário.

Reivindicações

Ao acusarem o Governo de lesar gravemente os interesses da economia nacional aceitando passivamente as imposições da CEE sobre a limitação da produção siderúrgica, de comprometer o efectivo desenvolvimento económico e social do sector, transferindo para as mãos de uma empresa transnacional e do grande capital nacional o

domínio das empresas fundamentais de metalomecânica pesada com participação do Estado, de insistir na tentativa de imposição de «tectos salariais» e da revisão da legislação laboral, reafirmado recentemente no acordo entre o Governo, patronato e UGT, os militantes comunistas da metalurgia e metalomecânica do distrito do Porto aprovaram várias reivindicações para a região. A saber: o respeito integral e rigoroso pelos direitos sociais e sindicais consagrados na Constituição; medidas concretas para o efectivo desenvolvimento económico e social do país, da região e do sector; a rápida concretização da política de regionalização.

Finalmente, os militantes do sector da metalurgia no âmbito da ORP do PCP decidiram empenhar-se no reforço da organização do movimento sindical unitário, e reafirmaram que «o reforço do PCP a nível nacional, a partir da organização nos locais de trabalho, é condição necessária e fundamental para a defesa dos trabalhadores e para o êxito na criação de uma alternativa política ao actual Governo e que, por isso, a estes objectivos dedicarão o melhor do seu esforço».

Vestuário Mincalça à beira da ruptura

A empresa de vestuário Mincalça, localizada em Barroselas, com os seus 300 trabalhadores, é das maiores empresas do distrito de Viana do Castelo, sendo a maior do sector de vestuário. A situação que agora atravessa — com milhares de contos de dívida à banca, aos trabalhadores e a outras pequenas empresas — é consequência de uma política irresponsável por parte da entidade patronal que procura, agora, responsabilizar os trabalhadores.

A situação na Mincalça não é também alheia à grave crise que os sectores dos têxteis e vestuário atravessam, fruto da integração na CEE e da política irresponsável do Governo, que não acatou suficientemente os interesses portugueses, considerando nomeadamente o atraso tecnológico e a concorrência de novos mercados.

O encerramento da Mincalça traduzir-se-á em mais um grave problema social para a região, já que sendo mulheres a maioria dos seus 300 trabalhadores, mais dificuldades se colocam na resolução do problema do emprego.

A **DORVIC** do PCP solidariza-se com as trabalhadoras da Mincalça, dando todo o seu apoio à luta que venham a desenvolver pela manutenção dos postos de trabalho e pela defesa da empresa.

A **DORVIC** do PCP espera que as entidades públicas nomeadamente o governador civil e o presidente da Câmara de Viana, intercedam junto das entidades competentes em defesa destes postos de trabalho, para que os discursos sobre o desenvolvimento da região se não fiquem pelas palavras e se traduzam em actos.

Esclarecimento do Gabinete de Imprensa do PCP

1. Relativamente ao texto hoje publicado pelo «Público» sobre uma reunião de dirigentes sindicais comunistas realizada na sexta-feira passada no Porto, o Gabinete de Imprensa do PCP considera necessário salientar, por respeito pela verdade e pela opinião pública, e designadamente pelos leitores daquele matutino, que se trata de mais um inqualificável cozinheiro de intrigas e falsidades.

2. Entre muitas outras, são completa invenção do «Público»

ou das suas «fontes» as afirmações atribuídas a Domingos Abrantes de o PCP estar contra o «Acordo Económico e Social» qualquer que ele fosse por «uma questão ideológica», de separar os sindicalistas comunistas da CGTP em dois grupos («bons e maus») os quem «capitularam» perante as dificuldades, pregar a conciliação de classes de um lado e os que acreditam na luta e no socialismo, de outro lado.

3. São igualmente falsas e fruto de pura imaginação ou profunda má-fé as afirmações atribuídas a outros participantes relativas aos «profissionais do sindicalismo», habituados a pisar «as alcáfitas do poder» bem como afirmações que se atribuem a Vieira Mendes que nem nesta reunião nem em qualquer outra defendeu a assinatura do «Acordo Económico e Social».

4. Sendo patente que esta

«notícia» do «Público», tal como outra anterior, visa manifestamente criar artificialmente um clima de suspeição, intriga e desconfiança entre sindicalistas comunistas, cabe afirmar tranquilamente a confiança no fracasso de tais operações que sobretudo desqualificam quem as fomenta ou executa.

26.11.90
O Gabinete de Imprensa do PCP

Juventude

Executivo da DN da JCP comenta

Ambiente, ensino e lutas na Universidade

«O Ambiente não se defende com brochuras e palavras bonitas, não se defende deixando por regulamentar a sua Lei de Bases, não se defende sem medidas efectivas e sem a sua posterior aplicação e fiscalização», sublinha o Executivo da Direcção Nacional da JCP, na nota de Imprensa em que sintetiza as conclusões da sua última reunião.

O Executivo da JCP critica que o problema do Ambiente seja tratado pelo Governo e por muitas forças políticas apenas como argumento de um espectáculo político e que hoje não se assista em Portugal a uma efectiva política de Defesa do Ambiente.

Os jovens comunistas consideram particularmente grave a degradação das instalações escolares e das condições de funcionamento do ensino secundário, com escolas superlotadas, sem segurança, sem o pessoal auxiliar necessário, escolas onde entram o frio e a chuva, muitas «provisórias» há vários anos. A JCP constata ainda que, apesar desta situação se manter há muito, não mereceu ainda por parte do Ministério da Educação uma resposta de fundo, tendo a abertura do ano lectivo sido caracterizada por um agravamento da situação.

O Executivo da Direcção Nacional da Juventude Comunista repudia que o Orçamento de Estado para 1991, ao invés de abrir perspectivas para a resolução daquele problema, aponte para o seu agravamento significativo e solidarize-se com as lutas que neste momento se desenvolvem nas Academias do Porto e de Coimbra.

Sendo favorável a uma redução do SMO, a JCP considera, no entanto, que, tendo em conta nomeadamente a evolução da situação internacional, os passos dados no caminho do desanuviamento e a necessidade de salvaguardar a Defesa e a Independência Nacional, se deveria travar um debate sério e responsável sobre estas duas questões: **SMO e Defesa Nacional. A JCP repudia a forma eleitoralista, demagógica e irresponsável como o Governo trata esta questão e anuncia uma grande iniciativa nacional de debate**

sobre as questões do SMO e da Defesa Nacional para o início de 1991.

O Executivo da DN, tendo analisado o IV Encontro Nacional de Juventude, realizado no Alvor entre 16 e 18 de Novembro, considera-o uma grande realização do movimento juvenil português, que assim reafirma a sua vitalidade, criatividade e capacidade organizativa, bem como o seu imenso potencial. Pelo número de associações presentes (o maior dos 4 Encontros realizados) e pela participação empenhada nos debates, é justo salientar as reivindicações, propostas e conclusões deste Encontro, sublinha a JCP, que refere mais adiante:

«Uma das conclusões deste IV Encontro, com que a JCP se solidariza, é a de que o V Encontro Nacional de Juventude deverá ser organizado por todas as expressões do movimento juvenil português.»

«Viva a Festa»

Terminou no passado dia 26 de Novembro o «Viva a Festa», Festival de Juventude promovido pela Comissão Distrital de Leiria da JCP.

Entre outras iniciativas, incluiu no dia 24 de Novembro, no Hiper Jovem, em Peniche, um animado Café-Concerto.

O festival teve também espaços de solidariedade em Peniche e Marinha Grande com a Palestina, URSS e Chile. No dia 17 de Novembro foi inaugurado um Espaço Jovem no CT da Marinha Grande.

Neste Festival esteve ainda em foco a acção e intervenção da JCP, reforçando a sua ligação ao movimento juvenil, bem como a discussão sobre a participação activa na preparação da Assembleia de Organização Regional de Leiria do PCP.

PCP

ASSEMBLEIAS DAS ORGANIZAÇÕES REGIONAIS

No próximo fim-de-semana:

Santarém, Évora e Beja

Nos distritos de Santarém, Évora e Beja tudo está a postos para a realização das Assembleias das Organizações Regionais (OR's) do Partido Comunista Português.

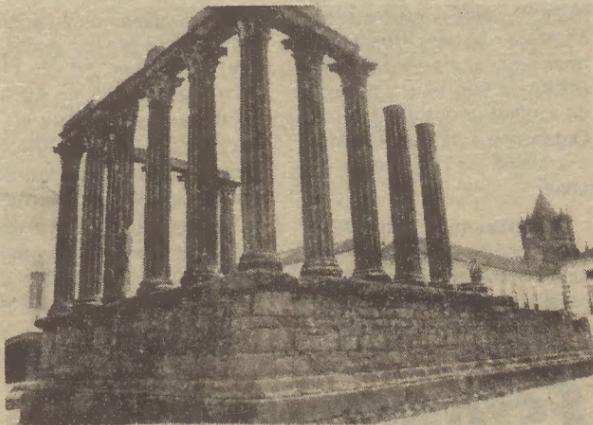
Culminando fases preparatórias caracterizadas pelo debate aberto de ideias, projectos e orientações e também pela eleição democrática dos delegados, os comunistas daqueles três distritos realizam já no próximo fim-de-semana as reuniões magnas das respectivas organizações, momentos altos da vida partidária naquelas regiões, expressão dinâmica da vida democrática dentro do Partido, afirmação inequívoca da confiança e da vontade colectiva virada para o reforço e melhoramento de todo o trabalho do Partido e da sua ligação às massas e às realidades locais.

Nessas assembleias, que no seu conjunto reunirão largas centenas de delegados e convidados, serão eleitos os novos órgãos de direcção — as DOR's.

A 3.ª Assembleia da OR de Santarém decorrerá no próximo sábado, 1 de Dezembro, no Teatro Sá da Bandeira, na capital ribatejana. O início dos trabalhos está previsto para as 10 horas. O intervalo para almoço terá lugar entre as 13 e as 15 horas e a sessão de encerramento por volta das 18 horas.

«Reforçar o Partido, Desenvolver o Distrito» é o lema desta Assembleia. Do conjunto de intervenções em perspectiva ressaltam as dos camaradas António Orcinha, responsável da DORSA, membro da Comissão Executiva Nacional do Partido e de Albano Nunes, membro do Secretariado do CC.

No passado dia 20, o Executivo da DORSA aprovou um projecto de resolução sobre trabalho de direcção e orga-



nização. Nesse documento propõe-se que a nova estrutura orgânica a nível de direcção e a descentralização tenham

adequação. O encontro aguarda a 2.ª Assembleia da Organização Regional de Évora do PCP. O encontro

Atentos às novas realidades, os comunistas dos distritos de Santarém, Évora e Beja vão fazer o balanço da actividade realizada, definir linhas, orientações e objectivos de trabalho para os próximos tempos e, também, eleger os novos organismos de direcção — as DORs.

Nas sessões de encerramento destas Assembleias será dada uma atenção especial à actualidade política e às tarefas que se colocam ao PCP na vida nacional.

como objectivo elevar o nível de conhecimento e intervenção da DORSA, dos organismos executivos, das frentes de trabalho, das Comissões Concelhias e de todo o Partido em geral.

Na planície alentejana, a ci-

dos comunistas deste distrito do Alto Alentejo vai realizar-se também no sábado, dia 1, no Palácio D. Manuel.

O horário de funcionamento da 2.ª Assembleia prevê o início dos trabalhos às 9.30 h. Na sessão pública de encerra-

mento, cerca das 18 h, farão intervenções os camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, e Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto e candidato às Presidenciais de Janeiro de 91. A intervenção de balanço da Assembleia e as grandes questões regionais estará a cargo de Raimundo Cabral, membro da Comissão Executiva Nacional.

Nesta Assembleia estarão em foco dois documentos fundamentais: uma resolução política e um manifesto dirigido à população do distrito.

Ainda na noite de sábado o candidato comunista à Presidência da República viajará até Estremoz, onde participará num jantar-convívio, na cantina da Escola Secundária.

No dia 2, domingo, a Casa da Cultura da capital do Baixo Alentejo acolherá a 2.ª Assembleia da Organização Regio-

nal de Beja do PCP. Os trabalhos decorrerão entre as 10 e as 17 horas. Pouco depois terá início no local uma sessão pública de encerramento em que intervirão Carlos Carvalhas e António Murteira, membro da Direcção da Organização Regional de Beja (DORBE) e da Comissão Executiva Nacional do Partido.

Para além das questões intimamente ligadas à dinamização e melhoramento da actividade partidária, os comunistas do Baixo Alentejo vão levar à sua Assembleia os problemas que continuam a afectar o quotidiano das populações e a necessidade urgente de uma política que aproveite as potencialidades socioeconómicas e naturais da região, rejeitando a fatalidade da desertificação e do abandono.

JPO

Convívio em Trouxemil

O Organismo de Direcção das Freguesias Norte do Concelho de Coimbra do PCP promoveu recentemente um magusto-convívio, no lugar de Trouxemil, que contou com a participação de algumas dezenas de militantes e simpatizantes comunistas.

Neste alegre e animado convívio, discutiram-se também questões mais sérias da vida política nacional.

Pela voz de Hermínio Martins, membro do Secretariado da Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP, foram abordadas questões da actividade do Partido no concelho e no distrito, o «Acordo Social» e a problemática das eleições presidenciais, entre outros assuntos.



Nota da Comissão Política do PCP

Cimeira da Conferência europeia sobre a Segurança e Cooperação

1. A Cimeira da Conferência sobre a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) que teve lugar de 19 a 21 de Novembro em Paris, constituiu um importante acontecimento no quadro da luta pelo desarmamento, o desanuviamento e a cooperação na Europa e no mundo. Trata-se em particular de um novo e importante passo no sentido da implementação dos princípios e objectivos da Acta Final de Helsínquia adoptada na histórica Conferência de Segurança e Cooperação Europeia de 1975, princípios e objectivos que ao longo dos últimos 15 anos têm estado no primeiro plano da luta dos comunistas, de outras forças progressistas, do movimento pela paz.

2. Numa primeira avaliação da importância e significado desta Cimeira são de realçar: a assinatura (entre os 22 países que fazem parte da NATO e do Tratado de Varsóvia) do Tratado sobre desarmamento convencional, os primeiros passos dados no sentido da institucionalização do processo CSCE com a criação de instâncias de informação, consulta e cooperação entre Estados; a confirmação dos princípios consignados na Acta Final de Helsínquia; a proclamação do «fim da confrontação» e o compromisso «do não recurso à ameaça ou à utilização da força contra a integridade territorial ou independência política de um Estado e de não tentar modificar as actuais fronteiras»; o compromisso de realizar novas negociações e promover novas iniciativas no sentido do desarmamento (designadamente convencional), da segurança e da cooperação multilateral entre os Estados signatários.

3. Valorizando os resultados positivos desta Cimeira, o PCP sublinha a necessidade de prosseguir e aprofundar o processo de Segurança e Cooperação Europeia. Desde logo é de fundamental importância avançar no sentido da dissolu-

ção dos blocos político-militares e da criação de um efectivo sistema de segurança colectivo. A este respeito não pode deixar de suscitar preocupação não só o facto de a questão da dissolução dos blocos político-militares não ter ficado esclarecida, como afirmações de altos responsáveis no sentido da manutenção e mesmo do reforço da NATO, sendo entretanto patente a prática dissolução do Tratado de Varsóvia. Trata-se também do problema das armas nucleares táticas (envolvendo também a França e Grã-Bretanha), da segurança no Mediterrâneo e de outras questões fundamentais que a Cimeira deixou em aberto. Trata-se ainda de avançar decididamente pelo caminho de cooperação económica, tecnológica, científica, em efectivo pé de igualdade e vantagem mútua. A construção de uma Europa inteira de progresso, paz e cooperação entre Estados soberanos e iguais em direitos, objectivo que o PCP há muito defende, implica o aprofundamento do processo iniciado em Helsínquia, e que agora deu um novo passo, exige contudo o completo abandono da política de blocos, é incompatível com propósitos (patentes em várias interpretações do significado desta Cimeira) de fazer da NATO e da CEE elementos fundamentais de uma «nova arquitectura europeia».

4. A mobilização da opinião pública e o vasto movimento pela segurança e cooperação na Europa teve uma importância decisiva na convocação com sucesso da Conferência de Helsínquia e ulteriormente, num processo particularmente difícil e acidentado, na viragem do clima internacional que conduziu à Cimeira de Paris. Nas novas circunstâncias, a mobilização da opinião pública continua a ser de decisiva importância para assegurar novos avanços do processo CSCE, para que as declarações sobre «o fim da guerra-fria», o «fim da confrontação», «uma nova era de cooperação» tenham efectiva tradução prática.

5. Portugal está vitalmente interessado no avanço do processo de Segurança e Cooperação Europeia. É profundamente condenável que o Governo PSD, não só não tenha dado ao País, aos órgãos de soberania e aos partidos da oposição a necessária informação acerca da sua posição no complexo processo de negociações que precederam a Cimeira de Paris, como, já após a Cimeira, não tenha de imediato prestado contas aos outros órgãos de soberania, tendo entretanto produzido declarações particularmente inquietantes. A afirmação feita por Cavaco Silva na Conferência de Imprensa que deu em Paris de que «não há o desejo de anular a estrutura militar — pilar essencial da força política da NATO» não pode passar sem firme denúncia e protesto por parte do PCP. Ela insere-se numa orientação contrária ao espírito de Helsínquia e à própria Constituição portuguesa que obriga o Estado português em matéria de política externa a agir pela dissolução dos blocos políticos-militares.

Como foi recentemente sublinhado no Encontro do PCP sobre Independência Nacional, a luta pela construção de uma Europa inteira de progresso, paz e cooperação, implicando uma política de descomprometimento progressivo de Portugal na NATO na perspectiva da sua dissolução, a rejeição de uma política de bloco, e o estabelecimento de relações de cooperação entre Estados baseadas na igualdade de direitos e no respeito pela soberania, constitui um elemento capital de uma política externa nacional, baseada na defesa de independência e soberania nacional. O PCP apela aos trabalhadores, a todas as forças patrióticas e democráticas, ao povo português, a prosseguirem a luta por uma tal política.

Na Soc. Fil. União Seixalense

5.ª Assembleia de Organização da Concelhia do Seixal

Côm a participação de 214 delegados, realizou-se no passado sábado a 5.ª Assembleia da Organização Concelhia do Seixal do PCP, sob o lema «Reforçar o PCP, Construir o Futuro», resultando da iniciativa a eleição da nova Comissão Concelhia do Partido no quadro de uma ampla análise dos problemas e realidades locais, naturalmente reflectida no documento final que condensaremos adiante. O Secretário-Geral do PCP, Álvaro Cunhal, esteve presente em todos os trabalhos, que encerrou com um discurso de improviso que condensamos ao lado.

Tem interesse olhar para a composição social e etária da nova Comissão Concelhia do Seixal do PCP, saída desta 5.ª

Assembleia de Organização. No aspecto social integram-na vinte e três operários industriais (47,92%), dezoito em-

pregados (37,5%) e sete intelectuais e quadros técnicos (14,58%), com três elementos com menos de 30 anos (6,25%), trinta e quatro entre os 30 e os 50 anos (70,83%) e onze com mais de 50 anos (22,92%), enquanto o número de mulheres que integram o Organismo é de oito (16,66%) e a média de idades é de 43 anos.

Produziram-se numerosas intervenções que, no seu conjunto, radiografaram a múltipla realidade deste populoso e di-

nâmico Concelho da Margem Sul do Tejo, emergindo quer os problemas e o seu diagnóstico, quer o empenho, limitações e vitórias da autarquia (desde sempre de maioria CDU, ou melhor, dos comunistas e seus aliados), no enfrentar desses problemas e na perspectivação do futuro, sempre na defesa dos interesses do Concelho e da qualidade de vida dos seus habitantes. E, é claro, foi também analisada a intervenção do Partido e perspectivado o tra-



balho futuro, matérias — todas elas — contempladas no documento final aprovado com alterações de pormenor e que condensamos a seguir.

Prosseguir o trabalho

A Comissão Concelhia, ao marcar a 5.ª Assembleia da Organização e tendo como refe-

rência os documentos aprovados no XIII Congresso (extraordinário), «fé-lo com o objectivo de prosseguir o trabalho de reforço da organização e da necessidade de uma maior ligação do PCP aos problemas do povo e dos trabalhadores do Concelho».

«Em relação às Autarquias o Concelho do Seixal passou por profundas transformações que melhoraram substancialmente as condições de vida dos seus habitantes. Abriam-se os caminhos do progresso e do desenvolvimento e a população foi chamada a participar na gestão democrática».

Após reflectir as análises feitas sobre o movimento associativo, cooperativo e dos reformados, os deficientes, bombeiros, movimentos de moradores e de opinião, o ensino, as associações de pais, a luta dos trabalhadores e (no capítulo II) sobre a organização Concelhia do PCP entre Assembleias, o documento abre um terceiro capítulo onde, sob o lema «Reforçar o PCP, Construir o Futuro», se apontam os objectivos e as tarefas imediatas. São estas últimas que passamos a transcrever.

Tarefas imediatas

Manuel Sobral ao «Avante!»

3.ª Assembleia da ORS mostrará um Partido actuante para o progresso

Vai realizar-se a 3.ª Assembleia da Organização Regional de Setúbal do PCP, no Barreiro, no próximo dia 8 de Dezembro. Trata-se de uma poderosa e influente Organização Regional do Partido que actua e luta num distrito que tem sofrido ao longo dos últimos anos, rápidas e complexas mutações, onde a população cresce explosivamente, onde o desenvolvimento tem sido autenticamente sabotado pela política de direita que ainda não parou, antes tem acentuado, a ofensiva contra o importante Sector Empresarial do Estado. Um distrito onde a influência dos comunistas e dos seus aliados é largamente maioritária, como o prova o facto de a CDU presidir a 12 das 13 câmaras municipais e de ter 863 eleitos, enquanto que todas as outras forças políticas em conjunto apenas terem 622. São hoje mais de 800 mil os habitantes do distrito, enquanto que há vinte anos esse número era de apenas 469 mil. Os comunistas, cuja Assembleia Regional se prepara intensamente, são hoje cerca de 33 400, estruturados em cerca de 1200 organismos, dos quais 270 comissões de freguesia, 240 células de empresa, 450 comissões de trabalho específicas. Está em curso um intenso processo de debate e de eleição dos cerca de 750 delegados que irão reunir-se no Barreiro. Sobre a próxima Assembleia, entrevistámos o camarada Manuel Sobral, membro da Comissão Executiva Nacional do CC, responsável pela ORS.

«Avante!» — No espaço de seis anos, três assembleias...

Manuel Sobral — A segunda assembleia da ORS foi uma assembleia extraordinária. Realizou-se em 1989, em Almada, e justificou-se dada a intensa actividade do Partido — eleições para o Parlamento Europeu e para as autarquias — e pretendendo responder com rigor aos problemas regionais, na sequência do XII Congresso. A anterior assembleia realizou-se em 1984, em Setúbal. Deve haver normalmente um espaço de quatro anos entre assembleias. De 84 a 90 elegeram-se por três vezes a Direcção Regional.

«Av!» — Que mudou entretanto? Isto é, quais foram, a nível regional, as modificações registadas desde 1984?

M.S. — Essencialmente registaram-se alterações significativas particularmente nos campos económico e social. Alteraram-se características objectivas e subjectivas que nos obrigam a um reconhecimento da situação. Por outro lado, a DORS dispõe hoje de propostas muito avançadas para a resolução dos problemas regionais. Muito mais avançadas do que as de 1984. É importante que a nível de uma Assembleia os militantes possam discutir, que elas sejam sujeitas a reflexão e debate.

«Av!» — O Partido é hoje o mesmo? Com os graves atentados às nacionalizações, a organização ressentiu-se?

M.S. — Naturalmente teve de ressentir-se. Sobre tudo porque teve que haver uma alteração, que está em curso, nas formas de actuação do Partido no plano de direcção e organização, que correspondesse a essas alterações ao nível social.

«Av!» — Queres dar algum exemplo dessas alterações?

M.S. — Tomando em consideração, por exemplo, três das maiores células de empresa do distrito, verificam-se al-

terações profundas nos últimos anos. Reportando-nos apenas aos números de 1984 e de 1989, o quadro é o seguinte: a Lisnave tinha 5755 trabalhadores e 830 militantes comunistas; passou a empregar 3900 trabalhadores, e os militantes são 555. Quanto à Quimigal, em 1984, o número de trabalhadores era de 10 800 e desceu em 1989 para 5300, enquanto a organização do Partido via o número de membros da célula descer de 1375 para 730. Na Siderurgia assiste-se também a uma descida significativa. Os trabalhadores eram 5013 em 1984 e, no ano passado, contavam-se 3100; os comunistas que eram 1124 desceram para cerca de 700...

Naturalmente tudo isto se reflectiu não apenas na diminuição dos efectivos do Partido em importantes empresas, pólos importantes da nossa actividade, mas também em termos de organização dentro dessas empresas. Por exemplo, a Quimigal foi desmembrada em 16 novas empresas, o que implica a formação das correspondentes células do Partido, que é um processo complexo. Por outro lado, a saída desses militantes para outros locais de trabalho implica um esforço de acompanhamento que não é fácil.

«Av!» — E na Reforma Agrária?

M.S. — Na Reforma Agrária, também em resultado da ofensiva, das 51 cooperativas existentes, onde trabalhavam cerca de 1700 cooperantes, dos quais 665 eram membros do Partido, existem hoje apenas 6 cooperativas com 129 trabalhadores e menos de uma centena de militantes.

Mas há outros aspectos de carácter subjectivo que são também importantes. Para além das modificações profundas nas estruturas económicas, resultantes das alterações no processo produtivo e das ofensivas contra o Sector Empresarial do Estado (SEE) e contra a Reforma Agrária, a política de precarização do emprego, a insegura-

rança e a instabilidade no trabalho, as reformas antecipadas, as pressões económicas, sociais e psicológicas para levar os trabalhadores a venderem os seus postos de trabalho, os seus direitos e regalias, levam a dificuldades crescentes no âmbito da organização do Partido, nas organizações unitárias, movimento sindical e comissões de trabalhadores, e, consequentemente, na própria dinamização das lutas por melhores condições de vida e de trabalho.

Devemos considerar, por outro lado, que o desenvolvimento tecnológico, a par do aumento da dimensão intelectual do trabalho produtivo, provoca o alargamento à produção de sectores e trabalhadores antes considerados «não produtivos», verificando-se que empregados, quadros técnicos e intelectuais participam cada vez mais directamente na produção, o que implica uma maior amplitude na luta dos trabalhadores, mas também uma maior complexidade nas suas formas, às quais o Partido tem de estar atento.

«Av!» — Que propostas vai a Assembleia debater com vista a responder a estas novas situações?

M.S. — O documento fundamental da Assembleia é o Projecto de Resolução Política. É um documento que aponta para seis linhas fundamentais.

A primeira, de carácter mais geral, evidencia os objectivos e consequências mais nefastas nos planos económico, social, cultural e de democracia política, da política do Governo do PSD, e a necessidade imperiosa de lhe fazer frente e de contribuir para uma alternativa democrática.

Uma outra é a caracterização da situação social e de degradação das condições de vida, e a necessidade de denunciá-la e de a combater com vigor.

A terceira centra-se sobre a importância da ligação do Partido aos trabalhadores para a dinamização da luta reivindicativa, o que implica o empenhamento dos comunistas no reforço do movimento sindical e das organizações representativas dos trabalhadores.

Depois vem a questão da importância da ligação do Partido às populações para a melhoria da qualidade de vida — o que implica o reforço do movimento associativo e popular, a defesa do Poder Local democrático e de uma política autárquica ao serviço das populações, a luta por uma política de desenvolvimento regional integrado, para a qual o PCP apresenta as mais avançadas propostas, baseadas no conhecimento aprofundado das realidades do distrito e na auscultação das populações.

Um quinto aspecto do Projecto trata das batalhas eleitorais para 1991, que consideramos estreitamente ligadas com a luta popular de massas.

Finalmente, o Projecto

trata as questões do trabalho ideológico, da Informação e Propaganda, da organização do Partido, do trabalho de Direcção, dos recursos financeiros.

«Av!» — O Governo do PSD, e nomeadamente Cavaco Silva, tem ao longo dos últimos anos feito grande propaganda sobre a bondade das medidas económicas e políticas que tomou para o desenvolvimento do distrito. No debate preparatório da Assembleia, como são tratadas estas afirmações?

M.S. — Esta não é uma questão nova. Com efeito, nós temos afirmado que a península de Setúbal tem atravessado um período de recessão. No início dos anos 80, e como consequência da política económica adoptada por sucessivos governos, a região registou uma forte recessão, com graves consequências para o tecido económico e social: verificaram-se numerosas falências e encerramentos de empresas, despedimentos em massa, salários em atraso, miséria e fome.

A crise atingiu de forma brutal as grandes empresas do SEE, provocando efeitos de arrastamento em quase toda a estrutura económica da península. E esta situação foi clara e ostensivamente agravada por razões políticas. O facto de as autarquias serem maioritariamente geridas pelos comunistas e seus aliados acirrou sectarismos por parte dos governos e dos partidos que os apoiaram, o PSD e o PS.

Falou-se então com insistência nos discursos oficiais, da «má imagem» do distrito de Setúbal, e do «medo» que os empresários teriam ao investir na região, pelo facto de o PCP deter aqui uma forte implantação eleitoral.

Como também foi salientado na Conferência Regional do PCP sobre o Desenvolvimento Integrado da Península de Setúbal, «a adesão de Portugal à CEE veio numa primeira fase acentuar alguns factores da crise. A política comunitária relativa à Siderurgia, por exemplo, provocou a suspensão e posterior abandono do Plano das instalações da SN no Seixal e a diversificação dos seus produtos. Milhões de contos de investimentos, incluindo a aquisição de equipamentos, foram então abandonados». O Governo do PSD, no seguimento de outros, agravou a ofensiva contra o SEE, procurando destruir sectores estratégicos para o desenvolvimento económico com incidência no plano nacional.

«Av!» — Mas tem ou não havido crescimento económico?

M.S. — O que existe é uma contradição entre o desenvolvimento na base de posições estratégicas e o crescimento que se apoia na sua destruição. O crescimento que o Governo está a propor para o distrito, tanto como os seus projectos como com a sua actuação prática, é todo ele baseado na criação de uma maior depen-



dência — quase total — em relação aos interesses estrangeiros. Daí a precariedade deste crescimento. Que é precário, desinercial, não planeado. Para haver um desenvolvimento, tal como os comunistas o defendem, ele deverá contar com um SEE forte e dinâmico, principal factor do desenvolvimento na região.

«Av!» — São problemas vastos e complexos, os que a Assembleia da ORS tem a debater. Como têm corrido os trabalhos preparatórios?

M.S. — Precisamente pela amplitude e complexidade dos problemas, desde vindo a preparar e a realizar um conjunto de iniciativas para o aprofundamento e debate das questões do desenvolvimento, nomeadamente com a realização de uma Conferência Regional que teve lugar no passado dia 10 de Novembro sobre o Desenvolvimento Integrado na Península de Setúbal, que envolveu centenas de membros do Partido, e uma outra, realizada na semana anterior, as Jornadas do PCP sobre o Desenvolvimento do Litoral Alentejano, que engloba os quatro concelhos do Sul do distrito.

Fizemos também uma Conferência sobre as Acessibilidades entre a Margem Sul do Tejo e Lisboa. Estas são algumas das nossas iniciativas, entre outras inseridas no trabalho preparatório da Assembleia. E estão em preparação outras mais — sobre o Estuário do Tejo, sobre o Parque Natural da Arrábida, sobre o SEE, um Encontro de dirigentes do movimento associativo, etc.

Paralelamente estão a realizar-se dezenas de assembleias plenárias da organização, cujo objectivo é a discussão do Projecto de Resolução Política da 3.ª Assembleia da Organização Regional de Setúbal e a eleição dos delegados à mesma.

Também contribui para este trabalho preparatório um conjunto de assembleias de organizações que tem envolvido largas centenas de militantes no debate das questões locais e da organização do Partido.

Apesar da constante ofensiva política e ideológica que os comunistas defrontam, e do trabalho desgastante a que ela obriga, a preparação da Assembleia tem demonstrado que o Partido continua a ter no distrito uma intensa actividade e um importante papel nas transformações progressistas na nossa região, e que é de longe a força sempre atingida por toda uma acção que visa afastar as pessoas da luta e da actividade política.

• Álvaro Cunhal



Após saudar e felicitar a realização da 5.ª Assembleia de Organização da Concelhia do Seixal, o camarada Álvaro Cunhal considerou que os debates, os documentos, as intervenções e as conclusões mostram «que há aspectos positivos na situação do Concelho, e tão positivos que permitem classificar o Concelho do Seixal como um Concelho de Abril». Mas há também aspectos negativos «nos campos económico, social e outros e podemos dizer que essas características, no momento actual, devem-se fundamentalmente à política antidemocrática dos Governos e, particularmente, do actual».

Continuam a existir sérios problemas: os despedimentos dos trabalhadores, encerramento de empresas e redução da actividade de outras, precarização do emprego e situações sociais graves como as que foram referidas na Assembleia. Mas «já sabemos que não é este Governo que os resolverá, pois esses problemas são o produto, e em alguns casos são o objectivo (como os encerramentos das empresas), da política de direita deste executivo».

«A responsabilidade é do Governo, é das forças reacçãoárias, mas nós, comunistas, com os trabalhadores, com o povo, não podemos dar estas situações como irremediáveis e creio que esta nossa Assembleia traçou as linhas gerais da nossa luta para que tais situações sejam ultrapassadas», sublinhou...

Após recordar que «não somos uma força política que exerça o poder para se servir, em benefício próprio ou de clientes, mas para servir o povo e o País, na resolução dos problemas com trabalho, honestidade e competência», como o ilustra a intervenção dos comunistas nas autarquias, Álvaro Cunhal considerou que a Assembleia «havia salientado, e com razão, os problemas da Siderurgia Nacional», afirmando a propósito que se trata de «uma empresa nacionalizada, de importância estratégica na economia portuguesa e podemos dizer que toda a política de sucessivos governos, nos últimos anos, não foi conduzida para salvar a Siderurgia como uma entidade industrial importante para a nossa economia, mas para a afundar». Entretanto falou-se em reestruturação; «onde está ela?», perguntou o orador. O que se viu foi a substituição massiva de trabalhadores por outros sem a preparação nem o nível de intervenção dos trabalhadores da Siderurgia, «criando graves problemas sociais e comprometendo cada vez mais a empresa».

A Siderurgia

«O que é lícito perguntar, em relação à Siderurgia e às privatizações em geral, é se a já falada privatização da Siderurgia «é para que ela viva ou para que ela morra: será para que esta unidade industrial possa ter um papel na nossa economia, ou para seja entregue, por exemplo, a grandes potentados de siderurgia da CEE?», perguntou.

Entretanto têm sido os trabalhadores a lutar, quer pela sobrevivência da empresa, quer pela defesa do que ela representa para os interesses nacionais.

Considerando que o caso da Siderurgia se situa na estratégia de reestruturação do capitalismo monopolista, o orador considerou que «sobre isto muito se poderia dizer», afirmando mais adiante: «Aquilo que o Governo procura fazer, através do capital privado, das empresas-chave da nossa economia, é um crime contra o nosso país» e «representará apenas um critério de classe para os novos capitalistas que se formam com todas as actividades especulativas que estão em desenvolvimento».

Estamos aqui para servir o Povo e o País

recordando que regressam, igualmente, os capitalistas que formaram os seus grupos monopolistas não através de competição de mercado, mas da concentração de capitais conseguida sob a protecção do regime fascista.

Assim, a actual onda de privatizações «atinge o coração da nossa economia, e atinge-a em termos de restauração do poder económico de meia dúzia de monopolistas, entregando-lhes as empresas dos sectores fundamentais».

Referindo depois um grande número de importantes empresas que já estão no caminho das privatizações, Álvaro Cunhal recordou que os comunistas, «durante muitos anos e um tanto isolados, advertiram que a entrega das empresas nacionalizadas ao capital privado significaria mais que a restauração dos grupos monopolistas, pois seria acompanhada pela dominação do capital estrangeiro, uma vez que esses grupos monopolistas, sobretudo no quadro da integração na CEE, teriam que aliar-se, numa posição de submissão, às grandes transnacionais que dominam na CEE». Hoje verifica-se algo curioso: até os capitalistas portugueses, representativos do grande capital português — o presidente da CIP ou o director da Fundação Oriente, por exemplo — já dizem que o Governo não deve privatizar tanto e tão depressa porque não estão em condições de tomar conta de algumas dessas empresas, advertindo que se insistirem na sua privatização rápida, elas irão parar às mãos do capital estrangeiro. «Será que os capitalistas começam a estar de acordo com os comunistas?», ironizou o secretário-geral do PCP. Claro que não; o que se passa é que os capitalistas portugueses, como não têm momento dinheiro suficiente para comprar as empresas, estão a pedir ao Governo que «espere um bocadinho» para que eles arranjem o suficiente para comprar por tua e meia as empresas nacionalizadas, em associação com o capital estrangeiro.

Entretanto o povo e o PCP diz é outra coisa: «o que é necessário é manter os sectores fundamentais da nossa economia num sector empresarial do Estado moderno e dinâmico, para que possa haver um desenvolvimento nacional que não fique sujeito aos interesses privados e, muito menos, aos interesses estrangeiros».

Destruição às prestações

Uma proposta avançada há dias pelo chefe do grupo parlamentar do PS na Assembleia da República apontando para a aceleração das privatizações, e mais, que deve ser dada prioridade aos antigos proprietários na aquisição das acções das empresas nacionalizadas e, mais ainda, que se deve apressar o pagamento, a esses mesmos, das indemnizações pelas nacionalizações de 1975, Álvaro Cunhal disse:

«Se estão aqui socialistas conosco, eu apenas aponto para que reflectam sobre o que significa esta proposta». E acrescentou: «Ainda há dias o secretário-geral do PS falava que o seu partido defendia o socialismo democrático, custa-me compreender como é que pode um socialismo democrático entregar ao capital privado, e nestes termos, as empresas nacionalizadas». Isto não pode ser democracia e, muito menos, socialismo.

«Assistimos no nosso país a uma destruição às prestações do regime democrático que foi conquistado por Abril», afirmou ainda.

E neste aspecto das estruturas económicas, mas é também na Reforma Agrária, cuja destruição «liquidou 50 000 postos de trabalho, pôs ao abandono as terras e até já deu lugar, de novo, às coutadas de caça».

Democracia política

Querem modificar as leis eleitorais, seja para as autarquias ou para a Assembleia da República, «porque o princípio da proporcionalidade já não lhes convém — dá uma possibilidade à oposição, dá uma possibilidade ao nosso Partido — por isso a querem modificar», denunciou a seguir, acrescentando: «É também a ofensiva contra o Poder Local democrático, e

certamente neste Concelho se conhecem todos os processos e meios de que se tem servido este Governo para transferir, não competências, mas deveres, e não transferir as verbas», para alugar as autarquias, criar organismos que já têm competências centralizadas em relação a problemas importantes que deviam estar na competência dos órgãos autárquicos.

A questão de independência nacional no quadro da CEE foi outro tema abordado. «Nós pensamos, dissemos, lutámos contra uma integração que a nosso ver não era um bom negócio para Portugal».

Sempre afirmámos que, em tal enquadramento, os interesses nacionais estavam ameaçados e era necessário defendê-los. E continuamos a pensar isso, e não apenas em relação às estruturas económicas, de que há pouco falei. Se formos dominados economicamente pelo estrangeiro, em muitos aspectos teremos pouca capacidade de decidir em relação ao desenvolvimento do nosso país».

Mas não é só isso: são as instâncias supranacionais da CEE, a integração militar na CEE, é o admitir-se que essa união europeia — que alguns pensam ser uma federação de Estados, com um governo europeu — tenha um governo comum, uma política externa comum e a, no fim de contas, perderem uma parte da sua soberania. «Somos por sistemas de cooperação estreita, mas com igualdade de direitos. Nas instâncias da CEE o Governo deve defender os interesses portugueses e não se submeter passivamente ou de forma subversiva às decisões das formas supranacionais da CEE, e abrir assim caminho para que nossa política, amanhã, não seja ditada em Lisboa, mas em Bruxelas», concluiu.

As eleições

«Carlos Carvalhas, vai ao voto? Esta questão aparece sempre como a primeira pergunta e a nossa primeira resposta é esta: foi definido para que é esta campanha, fundamentalmente, e cremos que se vê melhor o que é a nossa campanha e o nosso candidato se pensarmos no que sucederia se não tivéssemos apresentado um candidato. Pelos critérios que levaram à sua escolha e pelas reacções que vemos, foi bem escolhido o nosso candidato, Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do nosso Partido».

Referiu depois as duas linhas convergentes da acção do Partido: a acção política geral e a acção específica e a acção específica de tipo pré-eleitoral e eleitoral com vista à batalha no campo das presidenciais. Esta actuação tem dado satisfação aos militantes, tem imposto respeito às outras forças políticas.

«Que candidatura é esta, de Mário Soares?», perguntou ainda. Consideramos que desta vez a democracia não corre risco, como sucedeu contra Freitas do Amaral, onde o PCP foi decisivo para a derrota da direita; Mário Soares foi eleito pelos votos comunistas mas para derrotar Freitas do Amaral.

Nas presentes eleições não é assim. Basílio Horta vai procurar uns votos para as legislativas, é o que ele vai fazer». Entretanto com o apoio de Cavado, do PSD e, «a não surgirem acontecimentos que não estamos a ver quais sejam, Mário Soares tem a vitória garantida nas eleições presidenciais», considerou Álvaro Cunhal, acrescentando, ainda a propósito:

«Mas esta candidatura, só com grande dificuldade e esforço poderia ser considerada uma candidatura de esquerda quando é, hoje, uma candidatura do PS e do PSD», com o apoio directo de Cavaco e o empenho dos mais empenhados propagandistas deste Governo.

«Até podemos dizer: além da candidatura da UDP, que é uma candidatura com possibilidades mais reduzidas, a única grande candidatura da esquerda é a candidatura de Carlos Carvalhas», afirmou, concluindo:

«Seria uma ilusão afirmar que temos força para eleger Carlos Carvalhas Presidente da República, mas o que temos a possibilidade e o dever de afirmar com convicção é que Carlos Carvalhas seria, sem dúvida, o melhor Presidente da República desde o 25 de Abril».

PCP

ASSEMBLEIAS DAS ORGANIZAÇÕES REGIONAIS

ALGARVE**Conferência de Imprensa em Faro:
Um PCP vivo, interveniente
e responsável nas propostas
que apresenta**

O Algarve vive hoje problemas caracterizados pela instabilidade social e pelo afunilamento da economia no turismo, desprezando outros recursos da região. Tais problemas são agravados com o processo de integração na CEE — comentou o dirigente comunista Carlos Luís Figueira, membro da Comissão Executiva Nacional do Partido, numa recente conferência de Imprensa realizada em Faro, para apresentação da 2.ª Assembleia da Organização Regional do Algarve, do PCP, marcada para 9 de Dezembro, no cinema Santo António, na capital algarvia. Como foi referido na altura, a apresentação de um amplo projecto de desenvolvimento para o Algarve consta do projecto de resolução política a ser discutido e aprovado na Assembleia.

RTA

Respondendo a perguntas dos jornalistas, que se centraram quase exclusivamente na situação da Região de Turismo do Algarve, Carlos Luís Figueira reiterou as posições do PCP no sentido da despartidarização da RTA, «órgão técnico e não assento de comissários políticos».

Sobre as recentes acusações de membros da Comissão Executiva e de autarcas do PS, sublinhou não estar o PCP interessado na «barrela política», mas «não tememos qualquer juízo de valor acerca do anterior executivo: a curto prazo, se verificará a gravidade e irresponsabilidade das acusações».

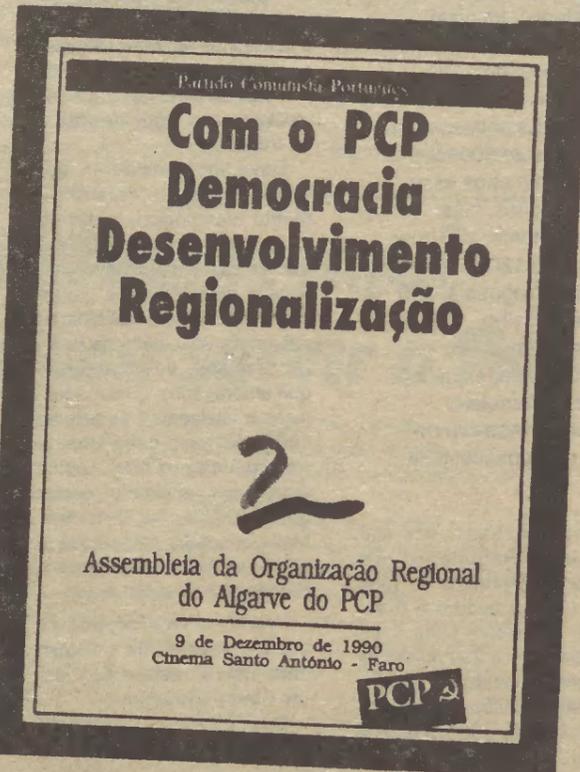
Em relação aos propalados inquéritos, frisou e interrogou: que, pela parte do PCP, há um «inteiro acordo na sua

realização»: «Porque não a sua extensão ao actual mandato, apesar de só ter um ano e ao presidido pelo dr. Filipe Madeira?».

**Hegemonia:
objectivo do PS**

Sobre a oposição dos socialistas à eleição de Fernando Amaro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria, como vogal de RTA, Carlos Luís Figueira afirmou: «É espantoso que membros do PS se tenham oposto a que o presidente do Sindicato mais forte da Região fosse eleito; no fundo, um representante dos trabalhadores do sector que tem toda a legitimidade para estar neste órgão».

Mais uma vez se verificou — acrescentou — o tremen-



do sectarismo e a procura de hegemonia por parte do PS, que levou à derrota desprestigiante de um presidente de Câmara.

Respondendo a pergunta de um jornalista sobre «a política de alianças do PCP nas autarquias», Carlos Luís Figueira afirmou que o partido «gostaria imenso e promove esforços para que o trabalho fosse mais abrangente a forças de esquerda mas no PS impera um enorme sectarismo e discriminação em relação ao PCP; por vezes, é mais fácil o entendimento

com outras forças menos sectárias e com independentes. As nossas alianças — frisou — são determinadas em função de propostas para o desenvolvimento e bem-estar das populações.»

Sobre a acusação de o PCP ter «dois pesos e duas medidas» em relação ao PS, explicou que «se os socialistas entenderem fazer connosco uma convergência para a resolução dos problemas do Algarve, isso será o mais desejável, mas se no Algarve se portam como um partido arrogante, nós não somos

**Jornada Nacional**

O núcleo essencial da nossa intervenção e da nossa mensagem é a defesa de um exercício presidencial activo e interveniente, que potencie os respectivos poderes ao serviço dos interesses populares e nacionais — sublinha o folheto da DEP do PCP destinado à jornada nacional de propaganda que as organizações do Partido vão realizar em todo o País, a partir de amanhã. Esta acção, que decorrerá até 9 de Dezembro, insere-se no intenso trabalho político da pré-campanha «Anos 90 — Portugal pode ser melhor!», uma batalha em que o Partido e Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP e candidato às Presidenciais de Janeiro de 91, estão firmemente empenhados.

capacho de ninguém; temos força e propostas válidas. Ou discutimos sobre bases sérias e correctas ou não temos de ir a reboque de posições hegemónicas».

A respeito dos problemas regionais, o dirigente comunista considerou ainda que não é com grupos de pressão que se resolvem, mas sim com a implementação da Região Administrativa do Algarve, objectivo para o qual considerou importante que o PS viesse disposto a uma discussão «séria e coerente para delinear um projecto de gestão para os órgãos regionalizados do Algarve e para a implementação da Região Administrativa, coincidindo as eleições deste órgão com as próximas legislativas».

**«Não escamoteamos
dificuldades»**

Para esta Assembleia Regional da Organização, que contará com a presença de Carlos Carvalhas, o debate no interior do partido tem decorrido nos concelhos desde

o início do mês, em torno do projecto de resolução política.

Carlos Luís Figueira considerou que nestas reuniões, para além da discussão do documento, as organizações de base pronunciavam-se sobre as características dos quadros que vão ser eleitos para a futura Direcção Regional.

Em análise na Assembleia estará também a situação «objectiva do partido no Algarve, pois», como sublinhou, não escamoteamos dificuldades nem deficiências, nem temos qualquer receio de apresentar a nossa estrutura à luz dos critérios da nossa própria análise».

Sobre o decorrer da discussão no interior do Partido, prova-se, como frisou Carlos Luís Figueira, a existência de um PCP vivo, interveniente e responsável nas propostas que apresenta, originadas por uma ampla discussão, onde as diferenças de opinião se confrontam, já que as reuniões do PCP não são eclésiásticas mas sede de um debate vivo, concluiu.

AVEIRO**Actividade preparatória
inclui 22 assembleias**

A 2.ª Assembleia da Organização Regional de Aveiro (ORAV) do PCP terá lugar no Salão Cultural da Câmara Municipal de Aveiro, já no próximo dia 8 de Dezembro.

Convocada no início de Junho pelo organismo de direcção — a então Comissão Distrital de Aveiro — esta Assembleia é a primeira que ocorre após a criação da ORAV e a segunda de âmbito distrital, tendo ocorrido a primeira em Novembro de 1986.

Dando cumprimento aos princípios estatutários e do funcionamento do Partido, a 2.ª AORAV — como assembleia ordinária que é — apreciará a actividade desenvolvida pelo Partido no distrito nos anos mais recentes, a actual situação económica, política e social do distrito, procederá à definição das orientações a acções regionais para os próximos anos, com destaque para os actos eleitorais de 1991. Os trabalhos da Assembleia culminarão na eleição da nova Direcção da Organização Regional de Aveiro (DORAV) do PCP.

No entanto, ao proporem como lema da Assembleia «Com o PCP, Regionalizar, Desenvolver, Viver Melhor», os comunistas do distrito pretendem que a sua reunião magna constitua um marco que destaque e promova a intervenção da Organização Regional pelo efectivo desenvolvimento do distrito, desenvolvimento que proporcione a melhoria dos aspectos quantitativos e qualitativos da vida das populações, realçando, neste plano, o papel que a criação das regiões administrativas poderá assumir.

A Assembleia Regional será constituída por delegados eleitos nas Assembleias Plenárias das organizações do Partido no distrito, na proporção de um delegado por cada trinta membros do Partido, e por delegados por inéncia, sendo estes os membros da Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP e os membros do Partido da Direcção Distrital da JCP, totalizando cerca de 180.

Neste momento desenrolam-se os trabalhos prepara-

tórios da Assembleia destacando-se, neste plano, a realização de vinte e duas Assembleias Plenárias das organizações visando a eleição dos delegados e a discussão do Projecto de Resolução.

A data da publicação desta edição do «Avante!» estão concluídas 5 das 22 Assembleias Plenárias previstas e que elegeram 33 delegados. Visto que a eleição dos delegados se conclui regulamentarmente a 2 de Dezembro, o próximo fim-de-semana será de grande actividade como se poderá constatar na secção Agenda.

Espinho

Registe-se também que, em resultado de convocatória prévia, a Assembleia Plenária de Espinho, realizada no passado sábado, se transformou no final em 2.ª Assembleia da Organização Concelhia, procedendo à eleição do seu Organismo de Direcção (23 elementos).

Nessa Assembleia foi também aprovado um Manifesto à população do concelho.

ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE LISBOA

LISBOA

ORL prepara Assembleia e comenta temas centrais da vida nacional

Afinal as privatizações não servem para os trabalhadores passarem a ser donos das empresas — sublinha a Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP. Num desdobrável divulgado à população do distrito, a DORL, empenhada na preparação da 2ª Assembleia da Organização, a realizar no fim-de-semana de 14 e 15 de Dezembro no cinema D. João V, na Damaia, comenta a dado passo:

A realidade que se vive hoje nas empresas, em consequência do processo de privatizações, vem denunciar que o PCP tinha razão ao alertar para que, ao contrário do que propagandeou, o Governo do PSD não tem como objectivo modernizar a economia tornando as empresas mais aptas para fazer face à integração na CEE e à criação do Mercado Único.

Antes de apresentar o esquema com o resumo das situações genericamente designadas por «quem ganha» e «quem perde», a DORL do PCP caracteriza assim o fenómeno das privatizações em marcha:

● Afinal as reestruturações das empresas têm-se resumido à extinção de largos milhares de postos de trabalho, à criação generalizada do espectro do desemprego: à retirada de direitos e regalias, a uma melhor exploração.

● Afinal a transparência do Governo é uma mera frase de propaganda pois as privatizações processam-se de forma tão escandalosa que já nem a comunicação social consegue esconder. São as negociações no segredo dos deuses, entre o Governo, as Administrações e os Grupos Económicos nacionais e estrangeiros, chegando-se ao ponto de vender empresas como a Covina a uma múltina-

cional francesa (Saint Gobain) sem que nem os próprios trabalhadores soubessem.

● Afinal o povo e o país não estão a ganhar nada com as privatizações. O que está a suceder é que o Estado está a perder importantes fontes de rendimento e um valioso património público. O que está a suceder é que o Governo está a encher os seus secretos «sacos azuis» com milhões de contos e ao mesmo tempo a favorecer descaradamente os capitalistas vendendo as empresas abaixo do seu valor.

● Afinal as privatizações não estão a reforçar a economia nacional, antes significam a despuradora entrega de sectores estratégicos ao capital estrangeiro. 40% da banca privada está na mão de Bancos Espanhóis (Banesto-Totta; Santander-BCI; Bilbao/Vizcay-Lloyds); em 35 seguradoras, 15 têm capital predominantemente estrangeiro; na UNICER há uma associa-

Privatizações: quem ganha, quem perde

ção de capital nacional a um grupo colombiano; o Grupo SONAE/Belmiro de Azevedo está-se a ligar à Tabacalera (espanhola) e a COLEP/Ildio Pinto à Carnaud (Siderurgia); Álvaro Barreto representa os interesses da ITALCIMENTI candidata à posse da CIM-POR.

a aceitar o leilão das empresas e a entrega da soberania nacional.

Vale a pena continuar a resistir defendendo os direitos conquistados colectivamente na luta de gerações de trabalhadores ao longo de muitos anos.

Não é fazendo acordos

que criaremos condições para derrotar o PSD.

Não é ajoelhando-nos aos patrões, como faz a UGT ao subscrever o Acordo Social (cujo texto refere «o valor económico e social das privatizações»), não é assim que criaremos condições para alcançar uma sociedade mais justa e humana.

Reivindicando aquilo a que têm direito, utilizando as garantias que a Constituição consagra, promovendo a solidariedade, os trabalhadores darão com a sua luta um contributo determinante para a criação duma alternativa democrática.

Portugal precisa de ter, defender e realizar um projecto de desenvolvimento no qual é

indispensável um forte, dinâmico, reestruturado e eficiente S.E.E..

O PCP, empenhado na construção em Portugal de uma democracia simultaneamente política, económica, social e cultural, está hoje, como sempre, como todos os que, trabalhando nas empresas do SEE, se defrontam com sérias preocupações quanto ao futuro.

É urgente substituir o Governo do PSD!

O PCP, lutador consequente pelos direitos do Homem e defensor, em palavras e nos actos, de valores tão caros à humanidade como os da Liberdade, Igualdade, Fraternidade e Justiça Social, é o Partido em que todos os trabalhadores podem confiar.

● «Com os trabalhadores e o povo um PCP mais forte — um futuro melhor».
2.ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE LISBOA
14 E 15 DE DEZEMBRO — CINEMA D. JOÃO V — DAMAIA

● Afinal as privatizações não servem para os trabalhadores, passarem a ser donos das empresas. A experiência mostra que as acções passam muito transitoriamente pelas mãos dos trabalhadores os pequenos accionistas não são mais do que instrumentos de que se serve o grande capital para vir a dominar completamente as empresas.

Em resumo: afinal as privatizações já estão a significar grandes males enquanto as nacionalizações significaram grandes conquistas hoje ainda muito presentes na vida de todos nós.

Mas esta situação e esta política não são uma fatalidade.

Os trabalhadores e o povo portugueses não são obrigados

com o Governo na revisão da Constituição, não é abstendo-se, não é calando-se e consentindo as privatizações, como faz o PS, não é assim

O objectivo central

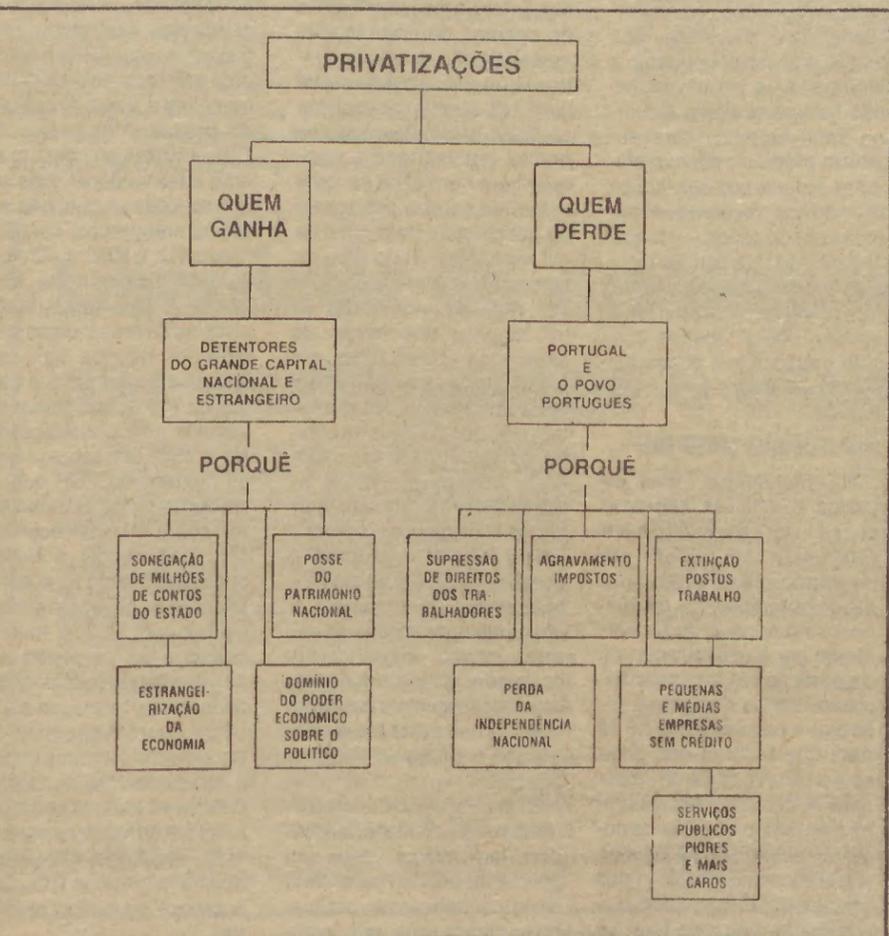
Com as suas 57 páginas e 9 capítulos temáticos, o projecto de resolução política da 2.ª Assembleia da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP está no centro de um intenso debate preparatório proporcionado pelas numerosas reuniões e plenários marcados um pouco por todo o distrito (ver *Ágenda*). No quadro desta actividade saliente-se a realização no próximo sábado no Vitéria da 5.ª Assembleia do Sector da Função Pública da ORL. O camarada José Casanova, da Comissão Política do Partido, estará presente nessa iniciativa. Hoje, também no Vitéria, decorrerá, à noite, um plenário de professores.

Voltando ao projecto de resolução política da 2.ª Assembleia da ORL é de salientar o rigor da análise e a definição objectiva de

propostas e orientações de trabalho para os militantes comunistas nos diferentes sectores em que exercem a sua actividade e intervenção.

Poderosa organização do Partido, contando com mais de 46 mil militantes, 2537 organismos e 90 Centros de Trabalho, a ORL do PCP prepara-se com entusiasmo para a sua 2.ª Assembleia e destaca como seu objectivo central o reforço da ligação do Partido às massas no distrito de Lisboa.

No âmbito das competências estatutariamente atribuídas, a 2.ª Assembleia da ORL deverá proceder à análise da actividade realizada, à definição das orientações para a actividade futura e à eleição do organismo dirigente — a DORL.



Angola • Na jovem nação africana, presentemente a viver uma fase decisiva para o seu futuro, os militantes do Partido Comunista Português que ali se encontram emigrados não estão de braços cruzados. Tentam acompanhar da melhor maneira a realidade portuguesa e, naturalmente, as tarefas e a acção do PCP. Em contacto agora estabelecido com o «Avante!», aqueles camaradas dão notícia de duas jornadas de trabalho voluntário para limpeza e pintura da sua sala de reuniões na capital angolana. «Num país distante», referem, «os militantes do Partido não deixam de, além de participar nas suas reuniões normais, desenvolver trabalho que possibilite que a sua actividade seja realizada com melhores condições, permitindo sentirem-se melhor face às dificuldades que têm de enfrentar».

Nacional

Marginalidade e segurança em Lisboa

Muitas polícias para pouca segurança

«Em Portugal, em 1989, sucederam mais de 400 homicídios e foram registados 38 mil roubos e furtos. Nos últimos cinco anos os presos por tráfico de droga aumentaram em mais de 60 por cento, mas alguns cálculos indicam que o consumo, no mesmo período, terá duplicado ou triplicado». Dados fornecidos por Carlos Gonçalves, ao apresentar uma comunicação subordinada ao tema «Lisboa: segurança e policiamento». Tratou-se de um colóquio que se integrou na preparação da 2ª Assembleia da Organização Regional de Lisboa, organizado pela DORL, sobre um tema que dia a dia vai preocupando mais todos os que moram e trabalham na Grande Lisboa: «Marginalidade e Segurança nas Ruas».

Com a presença de João Amaral, presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, foram abordados temas diversos em torno do tema central em debate, em geral convergentes no realçar do facto de a marginalidade não se resolver somente através das forças policiais. Tal foi sublinhado diversas vezes por Carlos Gonçalves que começou por referir ser o fenómeno da marginalidade um problema essencialmente sociológico, económico, político e cultural «cujas raízes se alimentam no humus das desigualdades, injustiças e misérias da sociedade de classes em que vivemos».

A comunicação defende a reestruturação das diversas forças policiais no sentido de deixar de haver a actual descoordenação, com a possibilidade de futuras integrações de diversas forças. Reapreçamento, desgovernamentalização e controlo mais operativo pela Assembleia da República e Ministério Público são algumas das ideias avançadas nesse documento que considera ser a direita incapaz de ultrapassar as práticas de instrumentali-

zação das Forças de Segurança e propõe um amplo debate nacional sobre o tema a envolver todos os interessados com a criação de «Conselhos Municipais de Segurança dos Cidadãos» no sentido de as autarquias serem as primeiras a tentar «descortinar com clareza os problemas da marginalidade e da segurança e otimizar as capacidades de resposta disponíveis».

Ainda outros dados avançados por esta comunicação referem ser o problema da droga o que transporta consigo um maior índice de criminalidade, sendo já hoje um terço dos reclusos dos nossos estabelecimentos prisionais homens e mulheres que chegaram ao crime por essa via; isto apesar de se registarem baixas percentagens de apreensões (segundo a própria Guarda Fiscal, apenas oito a dez por cento do total da droga introduzida no nosso país).

A realidade vivida na região de Lisboa em termos de segurança foi por diversas vezes recenseada em intervenções produzidas ao longo do debate. Helena Mateus, profes-

sora nos Olivais e representante da Junta de Freguesia local, mostrou-se preocupada com o que designou de «insucesso geral dos jovens» em acréscimo ao habitualmente designado por *insucesso escolar*. Na sua freguesia, onde «as pessoas não saem à noite», onde «faltam os transportes públicos» e até os cafés fecham cedo «com medo da frequência» as preocupações com a segurança levaram a que, por exemplo, em reuniões mantidas por representantes da junta com associações de estudantes da zona, estes tenham apresentado o tema da violência e do racismo como de discussão prioritária, reflectindo assim um estado de espírito certamente preocupante.

Prostituição infantil

A este propósito Lurdes Santos, da junta de freguesia do Sacramento, lembrou que a acção da polícia tem de passar pela preparação dos jovens acerca do papel da própria polícia. Nesta freguesia vários agentes da PSP têm visitado diversas turmas escolares «numa experiência muito positiva que demonstra que existe hoje um espírito diferente na PSP». Mas nesta freguesia avultam os casos de jovens e crianças levados à prostituição homossexual por adultos, numa situação que Lurdes Santos diz «estar localizada» mas contra a qual não são aplicadas medidas. A título de exemplo foi contado o caso de uma violação de um menor de dez anos numa pensão da rua do Duque, cujo autor foi detido pela PSP mas que acabou por sair em liber-

dade por «não existir legislação sobre violação de menores do sexo masculino».

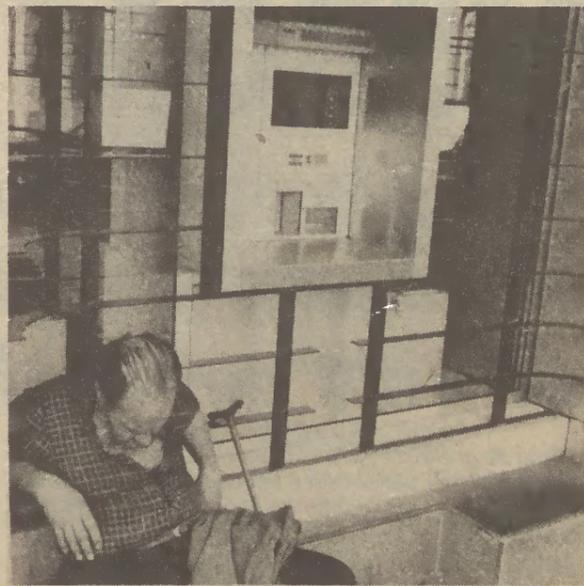
O crescente consumo de droga por adolescente e crianças, «à vista de toda a gente e sem que alguém faça seja o que for» foi também realçado por esta autarca.

«Quase me apetece passar à marginalidade!» foi o desabafo feito em sequência pelo doutor João Azevedo e Silva, do Hospital Psiquiátrico Miguel Bombarda, a dar um exemplo ocorrido consigo próprio na véspera deste debate: uma intoxicação alimentar colectiva ocorrida naquele hospital, da qual resultou a morte de um médico, levou à proposta de um abaixo-assinado pedindo um imediato inquérito ao ocorrido. Acontece que a maioria do pessoal daquele estabelecimento de saúde entendeu dever não assinar o referido documento...

João Azevedo e Silva referiu depois uma experiência onde participou fortuitamente, quando uma professora do secundário lhe pediu ajuda para resolver o caso de uma turma especialmente indisciplinada. O médico propôs a divisão da turma em pequenos grupos de seis alunos, onde seriam eleitos porta-vozes para a discussão de todos os problemas existentes. Essa responsabilização acabou por dar resultados positivos, terminando essa turma o ano lectivo apenas com três reprovações. «É evidente que este tipo de experiências nem sempre têm um resultado tão positivo» mas João Azevedo e Silva referiu-se a estas tentativas de «estabilização dos jovens, feitas diariamente» como provavelmente decisivas para inverter a tendência dos últimos anos para um aumento da criminalidade nesta faixa etária. Mas tal não é possível enquanto a promoção da saúde mental não for apoiada pelo Governo. Também relatando experiência própria, o clínico referiu-se ao facto de a sua equipa de médicos, responsável por esta área de saúde em todo o 1º bairro de Lisboa mais algumas freguesias adjacentes (um universo de 243 mil habitantes), contar apenas com sete médicos e a quase ausência de verbas para o seu trabalho.

Um polícia para mil

Na intervenção inicial de Carlos Gonçalves começou por se fazer uma muito breve referência ao evoluir da história policial no nosso país, desde os tempos dos *quadriheiros* no reinado de D. Fernando até à militarização do corpo de polícia feita pelo fascismo. Carlos Gonçalves referiu-se à polícia do pós-25 de Abril que «não é, não pode ser, a polícia do 24 de Abril» considerando-se que a situação tem vindo a alterar-se positivamente graças à luta dos sectores democráticos e dos agentes da PSP, «se bem que o caminho não seja fácil, se



O aumento dos contrastes e do fosso que separa ricos e pobres, que a política dos governos de direita incentiva e que se verifica com grande acuidade na região de Lisboa, foi uma das causas apontadas neste debate para um aumento da criminalidade no distrito.

bem que os governos de direita tenham das polícias uma visão instrumental e militarista, se bem que sobrevivam em algumas forças policiais, nomeadamente na GNR e Guarda Fiscal, poderosas resistências à sua civilização e judicialização».

Devendo a acção da polícia respeitar as garantias dadas aos cidadãos pela Constituição da República portuguesa, há que terminar com «o emaranhado desordenado de forças policiais» por onde «se escapa muita criminalidade» já que não são tomadas medidas de reestruturação que optimizem as capacidades das forças instaladas.

É em Lisboa «onde se acumulam todo o tipo de sequelas da política neo-liberal dos governos de direita» que se detém a maior fatia de criminalidade do país. Na capital estão aquartelados cerca de 13 mil agentes das diversas forças policiais, o que significa mais de 25 por cento dos efectivos globais resultando numa média de um agente por cada 65 habitantes, enquanto no país essa média é de um agente de polícia por cada 200 habitantes.

Mas isto não significa que a situação de Lisboa seja melhor. É que a efectiva utilização de agentes de policiamento na capital não atinge os quatro mil, ou seja, a média desce para um agente policial por cada 250 habitantes, o que na prática significa que a qualquer hora normal da semana estará de serviço um agente de polícia para bem mais de mil habitantes. Tudo porque, como refere Carlos Gonçalves, mais de metade dos 13 mil homens das forças de segurança aquartelados em Lisboa pertencem à GNR e à Guarda Fiscal «e não executam missões policiais na capital; pertencem, na sua maioria, a um dispositivo militar injustificável de forças de reserva do Ministério da Administração Interna, destinadas a missões de *ordem pública* sobreviventes de obsoletas e absurdas concepções de *inimigo interno*, injustificáveis no quadro da legalidade democrática vigente e das efectivas carências de empenhamento de forças em missões policiais».

Exemplos concretos decorrentes desta situação: a Amadora terá muitas vezes um polícia de serviço para cada cinco mil habitantes; em Lisboa, numa zona que com-

prende o Rato, Bairro Alto e Cais do Sodré, circulam muitas vezes apenas um ou dois carros de patrulha nocturna. Parte significativa dos polícias que se vêem à noite nas ruas da cidade estão a prestar serviços extraordinários sob contrato de casas comerciais, estabelecimentos bancários, bares, etc.

Pedidos com anos, não satisfeitos, para instalação de esquadras de polícia; missões entregues à GNR em áreas ditas rurais como sejam Loures, Oeiras, Sintra, Cascais, Vila Franca de Xira - «imensos dormitórios desumanizados e vastas zonas degradadas, sem emprego, sem equipamentos sociais, sem perspectivas nem esperanças», «zonas explosivas» onde, lembrou Carlos Gonçalves, «vagueiam dezenas de milhares de jovens». Assim se resume a situação sobre este aspecto vivida na região de Lisboa.

Comissário Santinhos

A este propósito o comissário Santinhos, também presente no debate, falou na necessidade de estender este debate a todo o país envolvendo sociólogos, psicólogos, intelectuais, magistrados, etc. Alertou ainda para o facto de a abertura das fronteiras e a livre circulação de pessoas nos países da CEE ir trazer ao nosso país uma «delinquência mais sofisticada para a qual não estamos preparados, contra a qual a PJ, a PSP, a GNR, a Guarda Fiscal nada fizeram». A descoordenação entre as diversas forças policiais foi referida pelo comissário Santinhos que contou da rotina habitualmente seguida numa investigação. Na prática ela começa com os homens da PSP que se limitam a tomar apontamentos sobre o crime ocorrido. Oito dias depois a Polícia Judiciária chama às suas instalações as pessoas referenciadas pela PSP e torna a interrogá-las (por vezes com as mesmas perguntas) sobre os mesmos factos, na esperança de recolher mais alguns dados. Tempos depois o Ministério Público torna a chamar as mesmas pessoas e renova as mesmas perguntas... resultado: processos acumulados pelos Tribunais, à espera de outras respostas.

Estudantes de Direito de Coimbra marcham contra novo regime de estágio

Mais de mil estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra desceram, na passada quinta-feira, da Universidade ao Palácio da Justiça, onde entregaram uma carta de protesto contra o novo regime de estágio em advocacia, no Conselho Distrital da Ordem dos Advogados. Consideraram, também, que a política de concessão de alvarás para a criação de Universidades Privadas «terá graves consequências nas actuais Faculdades de Direito».

A publicação do novo regime de estágio proposto pelo Conselho Geral da Ordem dos Advogados, depois do seu último congresso, que basicamente e de acordo com uma

lógica corporativa vinha limitar o acesso à profissão através de um exame eliminatório, tem provocado, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, uma grande contestação entre os estudantes.

Organizados numa comissão representativa, os alunos daquela faculdade realizaram duas RGA's, a última das quais na passada quinta-feira, após a qual se realizou uma manifestação até ao Conselho Distrital da Ordem dos Advogados em que participaram mais de mil estudantes. Nas duas RGA's, foram aprovados dois textos repudiando totalmente este regime, e denunciando o facto de esta situação se ter despoletado porque

a Ordem, de uma forma prepotente, pretende, por este meio, defender a posição dos advogados já existentes e das clientelas, da avalanche de jovens licenciados que vão sair das Faculdades Privadas, dada a incúria e irresponsabilidade governamental na concessão de alvarás.

Esta proposta, ao contrário do que diz a Ordem, não pretende garantir a qualidade da formação dos jovens licenciados, mas limitar o acesso à advocacia.

Os estudantes de Coimbra, após a sua manifestação, discutiram e projectaram já uma grande manifestação nacional em Lisboa.

Parlamento Europeu

Por iniciativa comunista PE aprova medidas de apoio à agricultura portuguesa

O Parlamento Europeu aprovou a semana passada uma série de medidas propostas pelo eurodeputado do PCP, Joaquim Miranda, relacionadas com a segunda fase do período de transição da agricultura portuguesa. As referidas medidas, para além de comportarem uma inequívoca salvaguarda dos interesses da agricultura e dos agricultores nacionais, podem constituir, se devidamente potenciadas pelo Governo português, um significativo reforço da capacidade negocial do nosso país no conselho de Ministros da Agricultura em que a passagem à segunda fase do período de transição será discutida e aprovada.

As propostas agora aprovadas pelo Parlamento Europeu haviam sido previamente adoptadas, como o «Avante!» teve oportunidade de anunciar há algumas semanas, pela Comissão de Agricultura do PE. Por iniciativa do deputado Joaquim Miranda, no relatório sobre o assunto, a cargo de outro deputado português - Carvalho Cardoso, do PSD - foram incluídas medidas referentes aos sectores dos cereais, leite, frutas e legumes.

No essencial, tais medidas visam: garantir que a quota a estabelecer para o sector leiteiro português não afecte, no futuro, a possibilidade de aumentar a produtividade, garantindo o actual efectivo pecuário e o

consumo *per capita* de leite e produtos lácteos, para níveis próximos dos valores médios da Comunidade; a autorização de comercialização no mercado português, durante os próximos cinco anos, de frutas e produtos hortícolas não comercializáveis, nos termos das normas de qualidade da CEE; garantir que as medidas a adoptar no sector dos cereais ocorram sem que se verifiquem rupturas sociais, nomeadamente decorrentes de acentuados e rápidos decréscimos dos rendimentos dos agricultores, e que tais medidas serão acompanhadas de apoios que garantam a viabilidade e a modernização da agricultura portuguesa; assegurar que as previstas ajudas

de compensação ao decréscimo dos preços dos cereais se manterão inalteráveis nas próximas cinco campanhas; que a comparticipação comunitária para tais ajudas será de 75 por cento (e não de 65 por cento como fora acordado entre a Comissão e o Governo português), e que durante a vigência das regras transitórias agora previstas não se aplicará a Portugal a taxa de co-responsabilidade suplementar.

Críticas ao processo

O Parlamento Europeu, como o deputado Joaquim Miranda teve oportunidade de referir ao intervir no debate do relatório em causa, foi forçado a pronunciar-se de forma «apressada e pouco profunda» sob tão complexa questão como é a da passagem da agricultura portuguesa à segunda fase do período de transição, o que uma vez mais vem pôr em relevo a secundarização do Parlamento. Ao criticar esta forma de funcionamento, o eurodeputado comunista fez notar que, no caso vertente, estava em causa a análise de 20 Regulamentos «com incidências relevantes para um Estado membro», o que é tanto mais grave quanto se sabe do «profundo atraso que continua a caracterizar a agricultura portuguesa», e quando a sua integração na Política Agrícola Comum (PAC) ocorre num período marcado por uma orientação claramente restritiva.

Como fez notar o deputado do PCP, «se a estes dois aspectos adicionarmos, por um lado, as perspectivas difíceis colocadas pelas negociações do GATT e, neste âmbito, pelas propostas já avançadas a nível comunitário (redução drástica dos apoios à agricultura) e, por outro lado, a previsível adesão de Portugal ao SME - com inevitáveis incidências nomeadamente no campo da aproximação dos preços agrícolas praticados em Portugal aos da Comunidade - então somos levados a concluir que o quadro em que se concretiza esta segunda fase do período transitório é não só complexa e difícil, mas também motivo de sérias preocupações».

Uma situação a exigir, como defendeu Joaquim Miranda,

uma efectiva atenção para a especificidade da agricultura portuguesa, reconhecida de resto pelo próprio Conselho de Ministros da Agricultura e lembrada tanto no parecer da Comissão de Orçamentos sobre a matéria, subscrita pelo nosso camarada, como na exposição de motivos do relatório de Carvalho Cardoso. Ora o que se verifica é que, na análise do conjunto das propostas de Regulamento apresentadas pela Comissão, tais aspectos não foram devidamente tidos em conta.

É neste contexto que as propostas apresentadas por Joaquim Miranda ganham o maior relevo. Com elas se procura obviar ou pelo menos minorar as dificuldades que o processo levanta à agricultura e aos agricultores portugueses.

Lamentavelmente, porém, nem todas as propostas apresentadas foram aceites. Foi rejeitada uma respeitante «aos Montantes Compensatórios de Adesão e relativamente à qual a própria Comissão Executiva havia afirmado, na Comissão dos Orçamentos e em resposta a uma questão por nós colocada, ir apreciá-la brevemente com sentido de abertura» e outra «preconizando o alargamento do mecanismo complementar de trocas às carnes frescas, refrigeradas e congelados bovinos». Segundo Joaquim Miranda, estes são aspectos da maior importância que não foram tidos em conta.

Finalmente, o eurodeputado do PCP alertou ainda para a necessidade da passagem à segunda etapa da transição da agricultura portuguesa se processar acompanhada de «medidas e apoios de natureza estrutural que, tendo por base uma clara e adequada definição do papel desta agricultura no contexto da PAC, permitam evitar rupturas sociais e garantam a sua viabilização e modernização».

Resta saber se o Governo português saberá aproveitar devidamente o reforço da sua capacidade negocial resultante da aprovação das propostas referidas pelo Parlamento Europeu. À hora do encerramento desta edição, desconhecia-se ainda os resultados da reunião dos ministros da Agricultura da CEE, de importância vital para o futuro da agricultura portuguesa.

Despedimentos na indústria informática

Como o «Avante!» anunciou a semana passada, a crise na indústria informática europeia está a assumir proporções verdadeiramente preocupantes. Ao intervir no PE sobre este assunto, o eurodeputado Barros Moura alertou o plenário para vários aspectos que os despedimentos em massa no sector vêm pôr em evidência. Em primeiro lugar, refere o nosso camarada, é de registar que as «transnacionais continuam a orientar-se pela estrita lógica do lucro imediato e da rentabilidade financeira», o que dá lugar à deslocação de indústrias provocando «reestruturações dramáticas com supressão de dezenas de milhares de postos de trabalho».

Em segundo lugar, que «unidades de produção europeias são vítimas da concorrência impiedosa levada a cabo pelas mesmas multinacionais, a partir de países que não respeitam os padrões sociais mínimos exigidos nas relações de trabalho na Europa».

Barros Moura salientou ainda o facto de a Comunidade contribuir, através dos seus fundos, para programas de investigação que interessam a essas multinacionais, não usando no entanto «os meios ao seu alcance - nomeadamente a suspensão dos financiamentos - para impedir a supressão brutal de empregos».

Acresce, por outro lado, que as políticas macroeconómicas da Comunidade e dos Estados membros não estão preparadas para fazer face ao perigo de recessão, o que é agravado, como sublinhou Barros Moura, por «não existirem mecanismos de controlo político e sindical de âmbito transnacional e supranacional aptos a fazer frente ao imenso poder das empresas transnacionais». Para o deputado, tudo isto vem demonstrar «a necessidade imperiosa de avançar no caminho de um espaço social europeu e da construção, através da transformação da CEE, de mecanismos de governo democrático da economia europeia», sem o que parece inviável «a definição de uma política industrial que dê lugar a uma indústria informática competitiva».

Como defendeu Barros Moura, «a aprovação das directivas com normas mínimas sobre a informação, consulta e participação dos trabalhadores nas empresas transnacionais e sobre o direito de participação dos trabalhadores na Sociedade Europeia» seria um primeiro passo positivo naquele sentido.

Ainda durante a sessão plenária foi aprovada uma resolução sobre a matéria (subscrita pelos grupos Socialista, Coligação de Esquerda, Esquerda Unitária Europeia, Verdes e Arco-Íris), que no essencial contempla a posição assumida na proposta de resolução inicialmente apresentada pela Coligação de Esquerda. Assim, para além de se solidarizar com os trabalhadores despedidos e de criticar as multinacionais envolvidas (Philips, Bull e Olivetti), o PE solicita à Comissão, entre outras coisas, que elabore rapidamente «um relatório sobre a situação e as perspectivas económicas e sociais da Comunidade Europeia face aos acontecimentos recentes; um relatório sobre a situação da indústria electrónica e informática na Europa; uma proposta de directiva que complete e reforce a directiva relativa aos despedimentos colectivos; uma proposta de directiva relativa à informação, consulta e participação dos trabalhadores».

O caso Gladio

O PE pronunciou-se igualmente sobre o caso Gladio, numa proposta de resolução comum (socialistas, verdes, Esquerda Unitária, Coligação de Esquerda e Arco-Íris) em que se condena «a instalação de redes de influência e de acção de forma clandestina» e se pede que se «esclareça completamente a natureza, a organização, as finalidades e quaisquer outros aspectos de tais estruturas clandestinas, os eventuais desvios, bem como a sua utilização para intervenções ilegais na vida política interna dos países em causa, o fenómeno terrorista na Europa e a eventual cumplicidade de serviços secretos dos Estados membros ou de países terceiros».

A resolução protesta ainda vigorosamente contra o facto de «certos meios militares americanos da SHAPE e da NATO se terem arrogado o direito de levar à instalação de uma infra-estrutura clandestina de informação e de acção na Europa» e solicita aos Governos dos Estados membros «o desmantelamento de todas as estruturas clandestinas militares e paramilitares».

Por outro lado, as magistraturas dos países em que foi detectada a presença de tais estruturas militares são instadas a investigarem a fundo a sua consistência e operacionalidade, ao mesmo tempo que se solicita aos juízes que esclareçam, em especial, «o eventual papel que as mesmas terão desempenhado na desestabilização das estruturas democráticas dos Estados membros».

Os países envolvidos são ainda instados a tomarem as medidas necessárias para proceder «à inventariação exhaustiva das organizações que actuam neste âmbito, controlando simultaneamente as suas ligações com os respectivos serviços de segurança de Estado e, eventualmente, a grupos terroristas e/ou o seu envolvimento noutras acções ilegais», e o Conselho de Ministros é convidado a «fornecer informações exhaustivas sobre a actividade destes serviços secretos de informação e de intervenção». A resolução pede ainda à sua comissão competente que «estude a oportunidade de proceder a audições idóneas para esclarecer o papel e o alcance da operação Gladio e de outras eventuais estruturas semelhantes».

Conferência de Roma

Está a decorrer em Roma, de 27 a 30 do corrente, a Conferência dos Parlamentos da Comunidade Europeia onde, entre outros temas, serão debatidas as competências do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais. Trata-se de uma reunião em que os deputados nacionais presentes representam os respectivos partidos.

Em Estrasburgo, no passado dia 21, os membros do secretariado do Grupo Coligação de Esquerda e dos deputados nacionais dos partidos que integram a Coligação (PCF, PCP, Coligação grega da esquerda e do progresso e

Worker's Party da Irlanda) estiveram reunidos para debater e definir as posições comuns a adoptar na Conferência de Roma, em particular no respeitante ao reforço do papel do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais no processo de decisão a nível comunitário.

O encontro de Roma reveste-se da maior importância, já que ocorre em vésperas da anunciada reunião para o debate da união política e da união económica e monetária, cujas consequências podem vir a ser decisivas para o futuro da Europa comunitária.

Liberdade de circulação une portuguesas e espanhóis

A liberdade de circulação de trabalhadores de Espanha e Portugal foi o tema que tornou possível, a semana passada, a pouco habitual unidade da generalidade dos eurodeputados portugueses e espanhóis no Parlamento Europeu.

Ultrapassando divergências político-partidárias, deputados portugueses e espanhóis de todos os grupos representados no PE subscreveram uma proposta de resolução pedindo o reconhecimento imediato da «liberdade de circulação dos trabalhadores de Portugal e de Espanha nos outros Estados membros, e reciprocamente, pondo-se fim ao período transitório, sem prejuízo de disposições especiais relativas ao Luxemburgo, baseadas também numa antecipação do termo do período transitório».

Como é sabido, de acordo com o Tratado de Adesão da Espanha e Portugal à Comunidade, só em Janeiro de 1993 entrarão em vigor as disposições relativas à livre circulação de trabalhadores. No entanto, com a unificação alemã, a situação alterou-se.

Como se afirma na proposta de resolução comum sub-

scrita por portugueses e espanhóis, em consequência da unificação alemã os cidadãos originários da antiga RDA «adquiriram de pleno e sem qualquer período transitório os direitos previstos nos Tratados e no direito derivado em matéria de livre circulação dos trabalhadores». Este facto, consideram os deputados, «torna inadmissível a subsistência de discriminações» - ainda que transitórias - no respeitante à livre circulação entre cidadãos dos Estados membros.

Se se tiver em consideração que as próprias disposições do Tratado de Adesão prevêem que as limitações transitórias à liberdade de circulação de trabalhadores possam ser levantadas «a partir de 1 de Janeiro de 1991», ainda menos se justifica uma tal discriminação.

Assim, e salvaguardando o regime especial aplicável ao Luxemburgo (onde os emigrantes são já considerados excessivos), os eurodeputados de Portugal e Espanha pedem a imediata liberdade de circulação dos trabalhadores dos dois países no resto da Comunidade e reciprocamente.

Internacional

Fracasso total do modelo neo-liberal na América Latina

■ **Miguel Urbano Rodrigues**

No momento em que na Europa e concretamente em Portugal a apologia do neo-liberalismo assume contornos quase religiosos, e a política de privatizações (muitas vezes selvagens) é apresentada como panaceia miraculosa para todos os males sociais e, portanto, como alavanca do progresso — o balanço das cirurgias neo-liberais na América Latina é desastroso. A aplicação das políticas de ajustamento ultra-liberais, impostas pelos EUA, levou os países latino-americanos à ruína, empobrecendo-os, e atira as suas populações para o desespero.

Um pouco por toda a Europa Ocidental crescem apreensões pelas consequências da aplicação de políticas neo-liberais em países latino-americanos onde o restabelecimento da democracia havia suscitado grandes esperanças entre as respectivas populações.

São dramáticas essas consequências. Em vez de contribuir para uma aceleração do desenvolvimento, essas políticas, inspiradas no figurino ultra-liberal europeu, acentuam o processo de pauperização.

A última decepção chegou do Brasil. Poucos meses depois de haver garantido que acabaria com a inflação em 100 dias, o presidente Collor de Mello (que recordou a promessa em Lisboa, em Outubro) assiste ao malogro da sua estratégia enquanto o prestígio do Governo se afunda num mar de escândalos. Somente em Outubro p.p. a inflação ultrapassou os 18%; no final do ano a desvalorização do cruzeiro nos nove meses do seu governo terá excedido largamente os 100%.

Não estamos perante um caso excepcional. O relatório da Comissão Económica da ONU para a América Latina (CEPAL) relativo a 1989 esboça um panorama inquietante. Quatro fenómenos encadeados contribuem para o agravamento progressivo da situação social e económica da América Latina: a dívida externa, a exportação de divisas, a hiperinflação e a recessão.

Em Setembro, o Banco Mundial confirmou que as transferências brutas de capi-

tais da América Latina para os países industrializados do Norte aumentaram no ano passado. Atingiram 25 mil milhões de dólares, enquanto a inflação média ultrapassava a barreira dos 1000%.

Entretanto o PIB cresceu apenas 1,1% no mesmo ano, percentagem inferior à taxa de aumento demográfico.

Uma dívida de 416 mil milhões de dólares

Até ao início da década de 80 a América Latina recebeu sempre mais capitais do que os exportados. Durante a fase da industrialização intensa, os investimentos directos das transnacionais contribuíram para equilibrar as balanças de pagamentos. Posteriormente, o fluxo de capitais diminuiu e a tendência inverteu-se. O polvo da dívida acumulada começou então a estender os seus tentáculos. O inimaginável aconteceu. Um conjunto de países pobres, com milhões de famélicos, principiou a financiar o desenvolvimento dos EUA, da Europa e do Japão. Ao longo da década, a América Latina enviou para os seus credores (sobretudo os grandes bancos norte-americanos), sob a forma de amortizações e juros, mais de 200 mil milhões de dólares. A engrenagem funcionou de tal maneira que a dívida, em vez de diminuir, cresceu: de 210 mil milhões de dólares em 1980 passou para 416 mil milhões em Dezembro de 1989.

Em 1988 as transferências de capitais para os países industrializados (com peso esmagador do serviço da dívida) atingiram 33,3 mil milhões de dólares.

Os pagamentos colossais feitos aos países credores foram realizados de acordo com estratégias de ajustamento inseparáveis da aceitação do modelo ultra-liberal.

O México e o Brasil aplicaram as receitas «aconselhadas» pelo Fundo Monetário Internacional com tamanho zelo que obtiveram enormes excedentes nas suas balanças comerciais. A dinamização das exportações e a restrição das importações permitiram a ambos os países transferirem anualmente para o estrangeiro (para pagarem o serviço da dívida) saldos superiores a 10 mil milhões de dólares. Mas a dívida não diminuiu...

Com a Argentina ocorreu um fenómeno similar, embora os excedentes comerciais fossem menos elevados.

Os povos desses países pagaram a factura, apertando o cinto. Empobreceram. No desenvolvimento das políticas de ajustamento, os governos realizaram privatizações selvagens (sobretudo na Argentina e no México), desmantelando empresas estatais que haviam desempenhado um papel fundamental nos processos de industrialização. No caso específico do Brasil, a substituição de culturas tradicionais (feijão, milho, tubérculos) por culturas de exportação (soja, frutas) ou pela cana destinada à produção de álcool, contribuiu decisivamente para a escassez de alimentos, com efeitos muito prejudiciais para a saúde da população.

Em 1990 o PIB *per capita*, no conjunto da América Latina, foi inferior em 8% ao de 1980. O fosso existente entre as classes dominantes e as camadas mais pobres da população, em vez de se atenuar, aprofundou-se muito. Os sistemas de ensino degradaram-se.

Os aliados dos EUA

Com poucas excepções, os governantes que dirigem hoje as repúblicas latino-americanas são políticos liberais que gozam da inteira confiança de Washington. Dizem-se inviolavelmente democráticos e expressam a sua confiança em medidas inspiradas no receituário neo-liberal europeu e norte-americano.

A diminuição rapidíssima da influência da URSS em quase todo o Terceiro Mundo contribuiu acentuadamente para o fortalecimento de partidos e forças conservadoras que preconizam políticas que levam a uma dependência crescente e a um empobrecimento galopante.

As oligarquias deixam aliás transparecer tanta falta de confiança no futuro próximo que tratam de colocar parte ponderável das suas fortunas no estrangeiro. Somente no ano de 1989 a fuga de capitais atingiu no México 20 mil milhões de dólares. No tocante à Argentina, o governo daquele país avalia em 40 mil milhões de dólares o valor dos depósitos em divisas feitos por cidadãos nacionais em bancos estrangeiros.

Na opinião da Casa Branca os novos dirigentes são defensores sinceros da democracia e não é justo responsabilizá-los pelos crimes e erros de ditaduras que deixaram heranças pesadíssimas.

Obviamente, as generalizações são desaconselháveis. Mas merece reflexão o facto de em Washington serem apontados como estadistas modernos, sintonizados com as aspirações da nossa época, políticos como Carlos Salinas de Gortari (México), Collor de Mello (Brasil), Carlos Menem (Argentina), Alberto Fujimori (Peru), Violeta Chamorro (Nicarágua), Patricio Aylwin (Chile).

Em primeiro lugar, todos eles têm sustentado que o neo-liberalismo se apresenta como único remédio eficaz para os males que afligem a América Latina, embora os resultados desmintam tal afirmativa.

Em segundo lugar, Washington apoiou sempre nos últimos quarenta anos (até ao último quarto de hora) os ditadores latino-americanos.

Fidel Castro recorda que desde o final da Segunda Guerra não houve «um só regime fascista que não tenha sido aliado dos EUA: na Espanha, o regime de Franco; em Portugal, o de Salazar; na Coreia do Sul, os militares fascistas; na América Central, Somoza e as ditaduras militares da Guatemala e El Salvador; na América do Sul, Stroessner e as ditaduras militares da Argentina, do Uruguai e do Brasil; nas Caraíbas, o regime de Duvalier. Não conheço — sublinhou — um só estado reacçãoário, fascista, que não tenha sido aliado dos EUA».

A maior pilhagem da História

«A América Latina está a perder cada ano cerca de 70 mil milhões de dólares que remete para o estrangeiro, dos quais 50 mil milhões em moeda forte. E desse total que a América Latina exporta, 45 mil milhões saem ilegalmente através de manipulações financeiras e do tipo de relações económicas existentes entre o mundo desenvolvido e os países subdesenvolvidos. Qual a composição desses 45 mil milhões? Posso resumir: 20 mil milhões por intercâmbio desigual; 10 mil milhões através da evasão de divisas; 10 mil milhões por juros excessivos e 5 mil milhões em consequência da sobrevalorização do dólar. Trata-se, na minha opinião, da maior pilhagem que já se viu na História da humanidade».

(Extraído da entrevista concedida em Março de 1985 por Fidel Castro ao prof. Jeffrey Elliot e ao parlamentar norte-americano Mervin Dymally — Ed. Política, Havana, 1985, pág. 112)

Parafrazeando Fidel, pode-se também afirmar que na América Latina não houve, durante esse mesmo período, um só governo progressista (ou simplesmente empenhado em reduzir os privilégios da oligarquia e do imperialismo) que não tenha sido combatido ou agredido pelos EUA. Cito como exemplos: o de Jacob Arbanaz, na Guatemala; o de João Goulart, no Brasil; o de Juan José Torres, na Bolívia; o de Salvador Allende, no Chile; o de Velasco Alvarado, no Peru; os de Héctor Campora e Juan Domingo Perón (no último mandato) na Argentina; o de Omar Torrijos, no Panamá; o de Maurice Bishop, em Granada; o de Daniel Ortega, na Nicarágua. Quanto a Cuba, Washington tratou sempre como aliado o ditador Fulgencio Batista, mas olha Fidel Castro como se ele fora uma encarnação do diabo.

A advertência de Kissinger e o desabafo de Fidel

Na actual conjuntura os sistemas fiscais não funcionam na prática em muitos países latino-americanos e o sector informal da economia desempenha um papel cada vez mais hegemónico na maioria deles.

Poderosas mafias ligadas à produção e ao tráfico da droga, assim como à prostituição, ao contrabando e ao gangsterismo em geral proliferam, sobretudo na Colômbia, no Peru, na Bolívia, no Brasil.

O panorama é tão sombrio e a porta de saída do caos parece tão distante que até um conservador assumido como Henry Kissinger reconheceu em artigo publicado em «El País» (19.1.89), de Madrid, que «os países latino-americanos e quase todos os seus dirigentes atingiram tal grau de exasperação que uma nova degradação do seu nível de vida (...) provocaria uma catástrofe política certa».

Ora o padrão de vida das populações latino-americanas continuam a degradar-se... No Peru o presidente Fujimori, com o seu brutal tratamento de choque, reduziu a inflação em três meses de 2000% para 11%. Mas multidões esfomeadas procuram comida nas lixeiras de Lima e milhares de trabalhadores da Função Pública fazem fila diariamente na sopa dos pobres.

O paciente, como disse Henry Pease (o candidato da Izquierda Unida nas últimas eleições presidenciais), pode vir a falecer em consequência do tratamento. E o paciente é o povo peruano. A verdade transparente é a

falência total da política neo-liberal na América Latina. Nem um dos programas liberais aplicados na Região resolveu os grandes problemas decorrentes dos desequilíbrios estruturais existentes.

«Ninguém» — como salienta Carlos Gabetta em «Le Monde Diplomatique» — jornal insuspeito de tendências revolucionárias — vê como isto possa mudar numa hora em que os olhos do Norte (única reserva de capitais em escala planetária) se voltam para o Leste. Ninguém evoca já a nova ordem económica internacional. Não é, portanto, de estranhar que a Comissão das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED) tenha anunciado que no actual contexto a década que principia será a das grandes penúrias na América Latina» (1).

A previsão fez-me meditar num desabafo de Fidel Castro tomado público há cinco anos: «Ninguém pode prever que se produzirão mudanças revolucionárias na América do Sul, mas ninguém também pode prever que elas não ocorrerão a qualquer momento num ou em vários países importantes. Parece que se analisarmos objectivamente a situação económica e social desses países não se pode ter a menor dúvida de que ela é explosiva e que se não forem encontradas soluções para esses problemas mais de uma revolução irromperá na América do Sul no momento em que os EUA menos o esperarem e não poderão então acusar seja quem for de ter engendrado ou provocado essas revoluções» (2).

O mundo deu já muitas voltas. Houve um terramoto social e político no Leste europeu. Mas a advertência de Fidel permanece actual. Ela vale por um alerta: a «nova ordem» de que fala George Bush não é aquela a que aspiram as populações miseráveis do Terceiro Mundo, ou seja, quatro quintos da humanidade. A «nova era» anunciada pelo presidente dos EUA é incompatível também com o sentir de centenas de milhões de trabalhadores dos países industrializados do Norte. A crise do socialismo na Europa não encerrou, longe disso, a luta do homem pela transformação humanista e revolucionária da vida. Grandes trabalhos esperam o imperialismo norte-americano como candidato a genearme dos povos do planeta. Deles sairá, finalmente, derrotado.

(1) in *Le Monde Diplomatique*, edição de Setembro de 1990, pág. 24
(2) in «Rien ne pourra freiner la marche de l'Histoire», Ed. francesa da entrevista de Fidel Castro a Jeffrey Elliot e Mervin Dymally, Ed. Política, Havana, 1985, pág. 117

Encontro de partidos do Leste europeu

Em 14 e 15 de Novembro, realizou-se em Moscovo um encontro de dirigentes do Partido Socialista Búlgaro, do Partido Operário Socialista Húngaro, do Partido do Socialismo Democrático (Alemanha), da Social-democracia da República da Polónia, do Partido Comunista da União Soviética e do Partido Comunista da Checoslováquia, tendo participado igualmente como observador um representante da Frente de Salvação Nacional (Roménia).

Conforme notícia da TASS, publicada no «Pravda» de 16 de Novembro, foram apreciadas as grandes modificações verificadas na região que, na opinião comum, «não apagaram a ideia socialista», mas tornaram agudo o problema da renovação da sua teoria e prática. Os participantes manifestaram a sua solidariedade com os partidos de esquerda que nesses países estão sofrendo perseguições e exigiram que cessem as repressões por motivos políti-

cos. Realizou-se uma troca de opiniões sobre questões relativas à construção da nova Europa. Os participantes declararam-se prontos a cooperar, nos seus países, na Europa e no mundo, com os partidos comunistas, socialistas, sociais-democratas e todos os movimentos sociais e democráticos que para tal estejam dispostos. Estabeleceram-se formas e métodos concretos de cooperação interpartidários nas novas condições.

Internacional

Continuam os ataques ilegais ao Partido Comunista da Checoslováquia

Enquanto a situação económica e social dos países do Leste Europeu, segundo opinião generalizada dos observadores, se agrava com as tentativas de impor artificialmente nesses países o figurino ocidental das «economias de mercado» voltadas para a criação mais ou menos acelerada do capitalismo — multiplicam-se também os atropelos à democracia e as acções discriminatórias e de

perseguição aos comunistas. Na Checoslováquia, o Partido Comunista, que nas últimas eleições obteve o voto de mais de um milhão e meio de cidadãos e tem efectivos de cerca de quatro centenas de milhar de membros, constituindo a segunda força política na Assembleia Federal, é alvo de constante e ilegal perseguição. Agora de novo, como na altura das eleições

gerais, ao aproximarem-se as eleições municipais o PCP da Checoslováquia foi alvo de uma decisão antidemocrática e anticonstitucional com a aprovação de uma lei a 16 de Novembro que visa confiscar ao Partido todo o seu património. Enquanto os novos partidos surgidos se formaram e estão sendo alimentados por enormes e escandalosas «injecções» de fundos estrangeiros, pretende-se re-

tirar os meios materiais para a actividade do Partido Comunista nas vésperas das eleições municipais. Porém, o Partido de Julius Fucik, que conta hoje com o voto de cerca de 17% da população do seu país, não deixará certamente de resistir, defendendo os direitos e aspirações da classe operária e do povo e a observância das normas democráticas.

Eleições na Polónia: o mito do capitalismo

O resultado das eleições presidenciais polacas do passado Domingo reuniu um consenso de todos os observadores: os resultados constituíram uma surpresa. Duas possibilidades eram admitidas como as mais prováveis: ou Lech Walesa obteria a maioria absoluta nesta primeira volta, ou passaria à segunda para a disputar com o primeiro ministro Tadeusz Mazowiecki.

O que aconteceu surpreendeu de facto toda a gente. O dirigente do Solidariedade não ultrapassou os 41 por cento dos votos, Mazowiecki quedou-se por uns modestos 17 por cento e foi um candidato em quem ninguém parecia acreditar, Stanislaw Tyminski que passou à segunda volta com uns estrondosos 24 por cento.

Que Walesa ganhe na segunda volta, apesar das surpresas da primeira, não parece oferecer dúvidas. Mas os re-

sultados merecem desde já alguma reflexão.

Tyminski é um polaco que emigrou para o Canadá, onde enriqueceu, conhecendo-se também negócios bem sucedidos no Peru. A sua campanha eleitoral foi de uma total vacuidade, um amontoado de slogans irrealistas e obtusos em que prometia a instauração na Polónia de um fictício capitalismo que resolveria todos os problemas do País.

Os intelectuais que alinham com Mazowiecki ridiculariza-

ram o discurso primário de Tyminski, Walesa afirmou desde sempre que obteria o apoio esmagador dos trabalhadores e especialmente da classe operária.

Segundo as sondagens (a serem tomadas com toda a prudência, naturalmente), terá porém sido entre os operários e camadas de jovens universitários ou recentemente saídos da universidade que Tyminski obteve os seus melhores resultados.

De certa forma, verifica-se que terá sido entre as camadas mais desiludidas com as dificuldades enfrentadas pela economia polaca que houve a procura de uma alternativa, mesmo que ela surgisse tão irrealista como um milionário repentinamente surgido na agitada cena política. A desilusão e

à descrença juntam-se os mitos antigos da emigração polaca para os Estados Unidos no início do século e, mais tarde, durante a ocupação nazi.

A propaganda do combate contra o socialismo conduzida pelo Solidariedade acabou a virar-se contra os seus próprios autores, seja pelas esperanças frustradas, seja pelos mitos invocados.

Mazowiecki demitiu-se de primeiro ministro e a campanha de Walesa para a segunda volta tem, afirmam-no todos os correspondentes, um tom sombrio e preocupado. Personalizado num candidato que se reclama do capitalismo, o capitalismo parece ter surgido como um fantasma reencarnado daqueles que o invocaram como solução para os irresolvíveis problemas do País.

Bulgária — a crise continua

A Bulgária continua a ser dominada pela crise, a crer nas notícias de confrontos e de greves. E, se as sondagens, a que parecem convertidos alguns países do Leste europeu, fossem um verdadeiro método de adivinhação do futuro, o futuro búlgaro não seria de prever risonho. Resta saber se a oposição, derrotada no parlamento e procurando na rua abalar o poder constituído terá força suficiente para impor-se. O curso dos acontecimentos, porém, não mostra que cresçam as forças que se opõem ao Partido Socialista Búlgaro — ex-PCB —, apesar de permanecerem as dificuldades agravadas por uma greve convocada a que se pretende venha a durar «até o Governo cair». A semana que decorre é uma semana de grandes esperanças para a oposição ao socialismo, tanto na Bulgária como no ocidente. Mas os primeiros dias não auguram que tais esperanças se venham a concretizar.

A imprensa ocidental tem vindo a dar relevo às manifestações da oposição, titulando muitas vezes sobre a contestação ao governo e ao primeiro-ministro Lukanov. O miolo das notícias, porém não reflecte o alarismo dos títulos. É assim que, no sábado passado, uma manifestação de apoio ao Governo do PSB, que contou com a participação de milhares de pessoas, foi relegada para segundo plano. No primeiro plano ficaram as escassas centenas de contramanifestantes repelidas pela polícia, e as poucas dezenas que agrediram os apoiantes do governo à saída da manifestação. Na altura, Lukanov desenganou a oposição que já fora derrotada ao ver perder aos votos a moção de censura que apresentara no parlamento. O primeiro-ministro búlgaro afirmou que não se retiraria e que se haviam enganado os que pretendiam vê-lo ceder a pressões. No dia seguinte iniciava-se a greve geral e indefinida no tempo. O sindicato Podkrepa lançou-se sozinho nela. E anunciou a adesão, logo no início, de meio milhão de trabalhadores. Por seu lado, a maior central sindical do país — a Confederação dos sindicatos independentes, declarava não apoiar esta acção.

O Podkrepa, inicialmente um sindicato clandestino que agrupava intelectuais, tem alargado a sua influência e é hoje, um ano após a sua fundação, a organização sindical ligada à UDF, organização política que reúne os 16 partidos da oposição. A acção agora desencadeada surge assim na continuação da acção política da UDF cujos deputados abandonaram o Parlamento na sequência da derrota da moção de censura para proceder a encontros com os 16 grupos em que se encontra dividida.

Decidida a formar um «governo fantasma», exigindo eleições antecipadas e apostando na popularidade do Presidente Jeleu revelada pelas sondagens, a UDF não parece entretanto, no decorrer da semana, ter ganho o que esperava com a pressão da greve. A semana, porém, ainda não terminou.



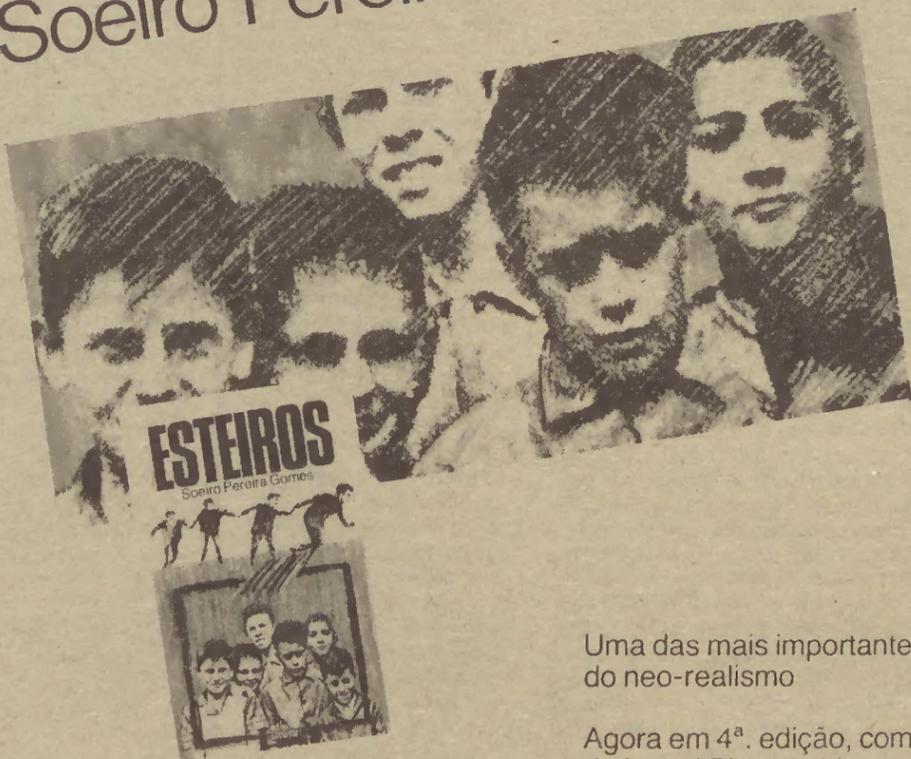
Angola — a guerra e a paz

Sob a presidência de José Eduardo dos Santos, o Comité Central do MPLA começou ontem uma reunião em que deverão ser analisados a situação político-militar em Angola e o evoluir do processo de negociações de paz. O CC do MPLA deverá ainda debater as bases gerais da revisão constitucional. Em reuniões anteriores havia sido aprovada uma revisão parcial da Constituição e a abertura ao multipartidarismo que, segundo foi afirmado, deverá ter lugar nos primeiros meses do próximo ano.

Desta vez será também debatido o plano de auxílio às vítimas da guerra e da seca. A primeira caravana que estava programada para o início do mês fora adiada por a Unita não ter acordado com as Nações Unidas a passagem nas áreas que controla, parecendo agora ter sido estabelecido esse acordo.

Apesar das negociações em curso entre as autoridades angolanas e a Unita, esta continua a desferir os seus ataques. No passado fim-de-semana foi destruída a baragem de Canacupa, na província do Bié. Entretanto a Unita sofreu doze baixas, em operações registadas nas zonas de Gabela e Quilenda.

Soeiro Pereira Gomes



Uma das mais importantes obras do neo-realismo

Agora em 4ª. edição, com introdução de Isabel Pires de Lima

Um livro indispensável na sua biblioteca

edições Avante!

Internacional

Conselho de Segurança analisa nova resolução contra o Iraque

O Conselho de Segurança está hoje reunido, a nível de ministros dos Negócios Estrangeiros, para analisar um projecto de resolução, de iniciativa americana, que estabelece um prazo, até ao primeiro dia de Janeiro, para Saddam Hussein retirar as suas tropas do Kuwait. Caso seja aprovada, esta resolução poderá abrir caminho para acções militares no Golfo, embora o Iraque tenha anunciado que não teria nenhum efeito na sua determinação em defender os «seus diréitos» no emirato.

Mas apesar da diplomacia norte-americana se desdobrar em iniciativas para tentar vencer os quinze países membros do Conselho de Segurança a aceitar uma resolução adoptando o recurso à força, muitas têm sido as declarações no sentido de dar preferência a uma solução pacífica para a crise.

Daí que é possível que a resolução do Conselho de Segurança, de conteúdo ainda incerto, possa vir a ter essencialmente um significado de um «aviso sério» ao Iraque, segundo a expressão utilizada pelo embaixador soviético nas Nações Unidas, Yuli Vorontsov.

De acordo com alguns di-

plomatas, a reunião não terá de concluir, necessariamente, com a votação de uma resolução permitindo o emprego da força contra o Iraque. Os chefes das diplomacias poderão adoptar apenas uma declaração de intenções para pressionar Saddam Hussein a abandonar aquele emirato. Esta foi por exemplo a atitude do primeiro-ministro canadiano, Brian Mulroney, que no final de um encontro em Paris com Mikhail Gorbachov especificou que a resolução se destinava a «alargar» e «reforçar» a pressão contra o regime de Bagdad.

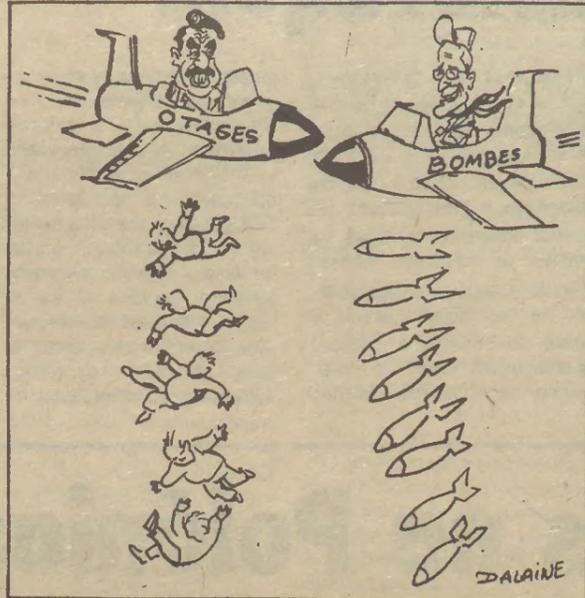
Também Helmut Kohl, o chanceler alemão, advertiu a semana passada contra um

conflito militar no Golfo e exortou todas as partes a não negligenciarem nenhum meio para atingirem uma solução pacífica.

China pode aprovar ultimato

Desconhecida era até há pouco a disponibilidade da China para adoptar uma nova resolução em relação ao Iraque. Mas no último fim-de-semana este país fez saber que estava disposto a discutir uma resolução redigida sob a forma de ultimato a Bagdad. Esta posição acabou por ser reforçada no encontro em Moscovo entre Mikhail Gorbachov e Tareq Aziz, ministro iraquiano dos Negócios Estrangeiros, onde o dirigente soviético advertiu para as consequências da posição renitente do presidente Saddam Hussein, e afirmou que o Iraque teria de provar, por acções, que está empenhado em evitar uma confrontação armada na região.

Segundo a TASS, «Aziz foi avisado com firmeza que se Bagdad deseja uma solução



pacífica para evitar o pior, tem de declarar abertamente que vai retirar do Kuwait, libertar todos os reféns e não impedir ninguém de sair do Iraque, caso contrário a resolução será adoptada».

Moscovo terá ainda acusado o Iraque de não ter cumprido o calendário de partidas de cidadãos soviéticos do Iraque e exigido a sua saída imediata.

O governo iraquiano apenas deixou partir cerca de trezentos e cinquenta soviéticos

este mês, em lugar dos mil acordados durante a visita a Bagdad do emissário soviético, Evgueni Primakov. Três mil e trezentos cidadãos soviéticos esperam o visto de saída, sendo na sua maioria civis.

O projecto americano

O projecto de resolução que deverá estar hoje em análise, de iniciativa americana, autoriza no primeiro parágrafo «todos os Estados membros que cooperem com o Governo do Kuwait — a menos que o Iraque, o mais tarde até 1 de Janeiro de 1991, aplique totalmente as resoluções precedentes — a utilizar todos os meios necessários para fazer cumprir as decisões anteriores do Conselho de Segurança». O segundo parágrafo do texto, divulgado pela *France Presse* pede a «todos os Estados para prestarem um apoio adequado às acções a empreender nos termos do parágrafo anterior».

Talvez para contrabalançar este agudizar de posições, o Iraque tem vindo a libertar um número considerável de reféns ocidentais e anunciou recentemente que ia deixar sair todos os estrangeiros do país até finais de Março, devendo essa operação iniciar-se no dia de Natal, desde que não houvesse da parte ocidental nenhuma atitude ofensiva em relação ao seu país.

Esta decisão surpreendeu todos e, representando sem dúvida uma forma de Hussein ganhar tempo, irá certamente pesar na decisão dos membros do Conselho de Segurança relativamente ao recurso à força, pedido insistentemente pelos Estados Unidos.

Por outro lado, cresce em todo o Mundo a oposição à guerra no Golfo. Nos EUA, o apoio à posição de Bush desce semana após semana, sendo que neste momento pouco mais de cinquenta por cento dos americanos vêem com bons olhos uma intervenção das tropas no Kuwait. Pode acontecer que quando decidir atacar, Bush já não conte com o apoio da opinião pública, apesar dos esforços que faz para contrariar esta tendência, nomeadamente com a visita à maioria das unidades americanas estacionadas na Arábia Saudita, com quem comemorou a Festa de Acção de Graças.

«A greve dos valentes operários das oficinas e pedreiras dos mármore e cantarias, que se prolongou por 12 dias e que foi continuada por outras formas de luta como seja a recusa a fazer horas extraordinárias e o recurso à cera, acaba de dar os seus frutos.

Tendo reclamado aumento geral de 10\$, os operários de Pero Pinheiro obtiveram uma importante vitória parcial, conseguindo aumentos que vão dos 5\$00 aos 8\$00. Conseguiram ainda que as horas extraordinárias passassem a ser pagas com mais 25%, quando, antes da greve, eram pagas a singelo (...).

Unidos, os valentes operários da região de Pero Pinheiro acabam de dar um significativo exemplo a todos os trabalhadores de como, unidos, organizados e firmemente dispostos a vencer, a vitória se alcança. Os grandes méritos desta importante luta estão no facto de os trabalhadores (...) terem sabido aliar correctamente a luta na empresa e no sindicato, terem constituído comissões representativas formadas por homens prestigiados, terem tido a decisão e a coragem de, no momento próprio, lançar a palavra de ordem de greve e de criar todo o dispositivo próprio de um tal tipo de luta (comité e piquetes de greve, comissões), de as comissões se terem ligado bem às massas.»

«O êxito da greve de Pero Pinheiro» - *«Avante!», VI série, nº 361, Novembro de 1965*

AVANTE!

«Quando se anuncia a entrada de Portugal para a Associação Europeia de Comércio Livre, tem interesse o conhecimento de alguns números respeitantes a todos os membros associados.

Portugal ocupa o segundo lugar no que respeita à população, mas, apesar disso, fica em último lugar, e bem destacado, quanto ao Produto Nacional. O que a cada habitante cabe do Produto Nacional (supondo que todos recebiam parte igual) dá-nos uma ideia do desenvolvimento económico do país. A esse respeito, nem multiplicando por três o que cabe a cada português conseguimos alcançar o que cabe a cada austriaco, cuja capitação é a que se encontra mais perto da nossa.

A comparação das principais produções, do comércio externo, etc., dos diversos países evidentemente que nos coloca sempre numa situação de país subdesenvolvido. Portugal não aparece na produção de leite, manteiga e carne. Na produção de ferro e aço também não aparece. Na produção de cimento Portugal surge com 1 milhão de toneladas, igual à da Noruega, mais uma vez atrás de todos os outros.

Na produção de electricidade estamos no fim. A Dinamarca, com metade da população, produz mais que nós, embora fique bem distante de todos os restantes.

Na marinha mercante, cujo desenvolvimento se deve à acção «protectora» do actual Presidente da República, é que a situação é mais risonha. Embora tenhamos uma marinha mercante 4 vezes menor que a Dinamarca, ficamos a este respeito à frente da Áustria e da Suíça - países que (por acaso...) não têm mar...

A que se deverá esta distância a que Portugal se coloca? Ao contrário dos outros países, democracias burguesas com governos «instáveis» que têm que governar com parlamentos onde há representantes de vários partidos (entre os quais partidos comunistas), Portugal tem um «grande estadista» e um «governo estável» há 33 anos, um governo «forte» que tem feito o que tem querido pois não há direito de oposição à sua política - uma ditadura terrorista oprimindo e explorando ao máximo as massas trabalhadoras, todo o povo.»

«As «belezas» do corporativismo» - *«Avante!», VI série, nº 284, Novembro de 1959*

Thatcher sai conservadores ficam

Sou pelo consenso. Pelo consenso sobre aquilo que eu quero fazer. Estas palavras de Margaret Thatcher, já lá vão uns anos, são talvez as que melhor definem a primeira-ministra britânica, chegada que foi a hora da renúncia.

Há uma semana, a notícia caía como uma bomba: Thatcher, que na quarta-feira à noite afirmara a sua disposição de «lutar até ao fim» pela liderança do partido (e do governo), anunciava na manhã de quinta-feira a sua demissão.

As reacções de alívio e de pesar, bem como os elogios, não se fizeram esperar. Resta saber se têm razão de ser, tanto uns como outros. Ou por outras palavras, se no balanço de perdas e danos os ingleses, por um lado, e os europeus, por outro, ganharam alguma coisa com a aparente derrota de Thatcher.

Entendamo-nos: a demissão de Margaret Thatcher representa sem dúvida uma derrota para Margaret Thatcher. Ao não conseguir a maioria dos votos necessária para se manter na liderança do Partido Conservador, Thatcher corria o sério risco de vir a ser derrotada pelo seu opositor, Heseltine, numa segunda volta. Um risco que no entanto parecia disposta a correr - daí a afirmação de estar determinada a «lutar até ao fim» - e de que só seria demovida após intensas conversações, ao longo da noite de quarta-feira da semana passada, com diversos membros do Governo e do partido.

Em boa verdade, difícil se torna acreditar que tais pressões para que se demitisse tivessem como exclusiva preocupação a provável «humilhação» duma derrota partidária. Em causa estava - e está - a unidade do Partido Conservador e a sua permanência no Poder.

O peculiar entendimento de Thatcher sobre o «consenso» provocou brechas profundas na coesão dos *tories*, de que a parte mais visível foi o sucessivo afastamento de membros do Governo que se opunham à política da primeira-ministra. A gota de água que aparentemente fez transbordar o copo é atribuída a Sir Geoffrey Howe, que após a cimeira da CEE em Roma afirmou no Parlamento não conseguir continuar a conciliar o conflito entre a lealdade a Thatcher e os interesses britânicos na Comunidade Europeia. Daí que muitos comentários atribuem a «queda» de Thatcher à sua política de obstrução sistemática à união económica e monetária e à união política.

Sem pretender que tais questões sejam consideradas de somenos importância, vale a pena lembrar a crescente impopularidade do Governo e do Partido Conservador que de há uns tempos a esta parte tem vindo a ser preterido nas intenções de voto a favor do Partido Trabalhista.

Em onze anos e meio de Governo, Thatcher levou os britânicos do sonho do «capitalismo popular» ao pesadelo do desem-

prego e da miséria. Bateu os mineiros, calou os sindicatos, enfrentou a função pública, reprimiu os estudantes. Mereceu bem a designação de «Dama de Ferro» na concretização de uma política de neo-liberalismo económico que não olhou a meios para atingir os seus fins. Nem sequer quando foi necessário rever a estratégia para dar corpo aos novos desígnios da CEE. Mas se Thatcher levou a cabo esta política, ninguém ignora que o fez enquanto dirigente do Partido Conservador.

Quando as vozes do protesto começaram a soar mais forte e as exigências de eleições antecipadas se perfilaram no horizonte político como hipótese cada vez mais provável, soou a hora da contagem das armas entre os conservadores.

Muito mais importante do que Thatcher é a continuação dos *tories* no Poder. Sacrificar a primeira-ministra é de somenos importância, no actual contexto. Seja quem for o próximo dirigente - e todos os candidatos se apressaram a anunciar estar de acordo com as linhas gerais da política seguida até aqui, excepção feita às questões europeias - os conservadores têm agora 18 meses para salvar a face e levar o eleitorado a conceder-lhes de novo a preferência nas urnas. Com a saída de Thatcher, os Trabalhistas, na oposição, podem ter ganho uma batalha, mas terão muito mais dificuldades em vencer a guerra.

E a nível europeu? Será que a Comunidade Económica Europeia irá beneficiar alguma coisa? As dúvidas são legítimas. Até aqui, o executivo britânico sob a batuta da senhora Thatcher fez questão de ter as mãos livres das pressões externas para gerir a seu prazer a política interna; não está aqui em causa a qualidade dessa política, mas sim a salvaguarda da sua independência face a centros de decisão supranacionais. Consciente das debilidades internas do sistema face ao enorme poder político e económico da Alemanha, a senhora Thatcher fez o impossível para retirar da Comunidade todos os benefícios sem lhe sacrificar a independência. Com a sua retirada, desaparece do caminho de Jacques Delors e de todos os federalistas europeus um obstáculo. As conferências apazadas para o próximo mês sobre a união política e a união económica e monetária não deixarão de registar a diferença. Resta saber em que medida isso poderá contribuir para uma efectiva melhoria do futuro da Europa.

Por motivos que não subscrevemos e em nome de uma política interna e externa que de modo algum apoiámos, Thatcher defendeu em relação à CEE uma postura muito mais realista e cautelosa do que a defendida por aqueles que, hoje, pretendem levar à prática um modelo concebido para uma Europa que já não existe e sem tomar em devida conta as novas realidades que se perfilam no horizonte.

Morreu MICHEL GIACOMETTI



O Secretariado do CC do PCP enviou à família de Michel Giacometti a seguinte mensagem de condolências:

Compartilhando da vossa dor e tristeza, expressamos o profundo pesar e sentidas condolências do Partido Comunista Português pelo falecimento de Michel Giacometti, cidadão generoso, solidário, de espírito universalista e firmes convicções democráticas, de há muito estreitamente identificado e solidário com o PCP, a sua acção e os seus ideais, grande figura da vida cultural portuguesa a quem Portugal e o povo português ficam a dever uma imorredoura contribuição para a investigação, salvaguarda, divulgação e valorização do património cultural nacional.

24 de Novembro de 1990
O Secretariado do Comité Central
do Partido Comunista Português

No passado sábado faleceu em Faro, vítima de grave doença, Michel Giacometti, etnomusicólogo corso que dedicou mais de metade da sua vida à recolha, preservação e divulgação da música popular portuguesa. Fez um trabalho ímpar, percorrendo Portugal de lés a lés, gravando música inédita, registando histórias, poesias, dizeres. Sempre muito próximo do povo e estreitamente ligado ao PCP, fica sepultado, segundo o seu próprio desejo, em Peroguarda, a aldeia do concelho de Ferreira do Alentejo onde havia feito, há 25 anos, a sua primeira gravação, e onde regressara este Verão.

A população da freguesia acorreu em massa à despedida daquele que foi, muito provavelmente, o estrangeiro que mais amou Portugal. Pela Casa do Povo de Peroguarda passaram durante domingo inúmeros amigos e conhecidos, presidentes de câmaras (Cuba, Castro Verde), dirigentes do PCP (nomeadamente Octávio Pato, que fez uma breve intervenção de homenagem, e António Murteira), o compositor Fernando Lopes-Graça (com quem Michel Giacometti trabalhou desde, praticamente, a chegada a Portugal), o professor Viegas Guerreiro (com quem Giacometti colaborou por mais de uma década). O Sector Intelectual de Lisboa e a Concelhia de Cascais do PCP manifestaram, em notas à comunicação social, o seu pesar pelo morte do musicólogo.

Não houve ninguém a representar o Estado português nas cerimónias fúnebres, tal como sempre faltaram os apoios oficiais ao trabalho de Giacometti.

Michel Giacometti tinha 61 anos. Nasceu em Ajaccio, a capital da Córsega. Em 1959, quando chegou a Portugal, era licenciado em Letras e Etnografia pela Sorbonne, tinha frequentado cursos livres de Etnografia na Noruega, tinha percorrido as colónias francesas, tinha exercido esporadicamente dezenas de profissões; sempre se sentiu ao lado das minorias, solidário com a defesa dos seus direitos e a afirmação das suas identidades culturais.

Apesar de recém-casado com uma portuguesa, quem o conhecia diz que não era, naquela altura, sua intenção fixar-se em Portugal. Antes de abandonar Paris, tinha descoberto no Museu do Homem o livro «Folk Music and Poetry from Spain and Portugal», do musicólogo alemão, emigrado nos Estados Unidos, Kurt Schindler. Na memória ficara o relato entusiasmado de uma passagem por Trás-os-Montes, e Giacometti decide partir para lá. Nestes trinta anos que desde en-

tão decorreram, Michel Giacometti percorreu mais de 300 mil quilómetros. Em 1982 tinha completado 95 meses de *trabalho de campo*, que resultou no registo de quatro mil espécimes de música popular. Ao todo, deixa gravadas mais de uma centena de horas de música tradicional inédita. Reuniu mais de 50 mil fichas com dizeres e adágios, histórias, contos e poesias populares, centenas de instrumentos musicais, livros, cerca de 6 mil fotografias. Além das músicas e das palavras, recolhia e trabalhava igualmente a informação que considerava necessária para as compreender e para compreender o povo que as produzia.

Foi fundador dos «Arquivos Sonoros Portugueses», com Fernando Lopes-Graça organizou uma «Antologia da Música Regional Portuguesa», que é recomendada internacionalmente, e publicou o «Cancioneiro Popular Português» em 1981 (obra de onde foi escolhida para a campanha eleitoral da APU, em 1985, «A Carvalhesa», na versão recolhida em 1932 por Kurt Schindler).

Os 400 instrumentos musicais de Giacometti deram origem ao Museu da Música Regional Portuguesa, instalado na Casa Verdades de Faria, no Monte Estoril, pela CM de Cascais. Aqui deverão ficar também os seis mil volumes da biblioteca do etnomusicólogo.

Uma recolha de materiais (música, literatura oral, medicina popular, inquéritos e 1200 objectos) feita em 1975, durante o Serviço Cívico Estudantil, na qual Giacometti colaborou, fez nascer o Museu do Trabalho de Setúbal, cuja montagem ainda decorre.

Para estações de rádio da Suécia, da RFA, da França e da Bélgica, Michel Giacometti realizou seis dezenas de programas. Em Portugal fez para a televisão «Povo que Canta», entre 1970 e 1973, que actualmente a RTP está a retransmitir aos domingos, no segundo canal, às 9 horas da manhã.

Encontro sobre a crise na têxtil com Carlos Carvalhas em Riba D'Ave

De viva voz

Encontro sobre a crise na indústria têxtil e a situação no Vale do Ave, realizado no passado sábado em Riba d'Ave, contou com a participação de mais de duzentas pessoas. Contaram de viva voz os seus problemas, apresentaram propostas, ficaram a conhecer a análise e as medidas apontadas pelo PCP para uma crise que atinge já milhares de trabalhadores e as suas famílias.

Esta iniciativa, integrada nas Jornadas Legislativas do PCP no distrito de Braga, teve como convidado especial o camarada Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do Partido e candidato às eleições para a Presidência da República, cuja intervenção encerrou o amplo debate que se prolongou durante cerca de três horas.

António Lopes, da Comissão Executiva do CC do PCP e da Direcção da Organização Regional de Braga, introduziu o tema fazendo o ponto da grave situação que se vive

no têxtil no Vale do Ave, que levou já ao encerramento de várias empresas e à previsibilidade de o mesmo acontecer a muitas outras, com reflexos dramáticos na vida de mui-

tas famílias da região. Da análise então feita ressalta a responsabilização da política do Governo PSD que não conseguiu, por falta de medidas atempadas, evitar a crise anunciada e procura agora, servindo-se dela, reduzindo o seu real alcance, impedir a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho. O lançamento rápido de um plano de emergência para o Vale do Ave e a travagem ao bloqueio do desenvolvimento económico da região são algumas das medidas enunciadas pelo PCP, que considera que «não é possível encontrar soluções sem a intervenção directa dos trabalhadores».

Falências, luxo e dramas

Pelo salão da Junta de Freguesia de Riba d'Ave passaram em seguida, em mais de uma dezena de intervenções, os dramas que se vivem já em consequência da crise. A impunidade dos patrões que abrem falência, vivendo no luxo enquanto os trabalhadores ficam na miséria, foi um dos temas mais debatidos.

«O Governo não penaliza aqueles que abrem falências de 200 e 300 mil contos, mas os que não pagam a conta ao merceiro são penalizados», foi ali referido a propósito de patrões que encerram as empresas, enviam para o desemprego milhares de trabalhadores, «e continuam a viver à grande e à francesa». É o caso da Lopes Correia, que encerrou em Setembro, ou da Polystar, que se encontra com dívidas e laboração reduzida e onde estão a ser retiradas máquinas, em que «os patrões se arrumaram e agora está a investir noutras empresas», como contou Adão Martins.

O que se ouve e o que se vê no dia-a-dia na zona do Ave foi igualmente trazido pelas palavras de António Vieira, que contou a miséria em que vivem os trabalhadores da Lopes Correia, em particular os que têm mais de cinquenta anos, acaba do que foi o subsídio de desemprego.

Da Coelima, empresa com 2600 trabalhadores, falou um operário, na empresa há 34 anos: «Esta semana pararam todas as máquinas das cardas porque não havia fio. A empresa manda embora 10 e mete 20, a prazo. Prevê-se o despedimento de cerca de 700 trabalhadores. Entretanto o patrão construiu recentemente um grande palacete».

Região de monoindústria, o Vale do Ave sente já os reflexos da crise também noutros sectores. João Lopes Fernandes, operário têxtil, referiu a propósito os problemas que se vivem no sector do calçado e na construção civil, onde as empresas vivem praticamente sem quadro de pessoal, com trabalho à tarefa, sem descontos para a segurança social. «A construção civil também

cai, se não houver desenvolvimento».

A necessidade da reestruturação da têxtil, que vem sendo ventilada há mais de 10 anos, foi outro assunto tema de intervenções e aprofundado particularmente por Ilda Figueiredo, deputada do PCP eleita pelo círculo do Porto, que na passada semana fez na Assembleia da República uma declaração política sobre a têxtil no Vale do Ave, alertando para a crise e para as medidas que é urgente serem tomadas.

A insensibilidade do Governo PSD para com os problemas da zona do Ave foi ainda confirmada por Ilda Figueiredo, que relatou as visitas e contactos com Conselhos Directivos de escolas onde há crianças como fome, o que os levou a tomar como medida o fornecimento de almoços gratuitos. Só que o Ministério corta verbas e há escolas que lutam neste momento com falta de dinheiro para pagar despesas correntes, como a água e a luz. Um elevado número de crianças que não se matricularam este ano é outra consequência da grave situação descrita.

A responsabilidade do Governo, em primeiro lugar, mas também das câmara municipais, que «nada fizeram para defender os seus municípios», foi afirmada nas várias intervenções, que defenderam a urgência da regionalização como forma de fazer face também aos problemas.

Manuel Freitas, da Federação Têxtil, aprofundou a análise, dando a conhecer a posição dos sindicatos e colocando a questão em termos de que «se não forem tomadas medidas urgentes, os problemas serão ainda mais graves e as empresas que hoje se dizem saudáveis amanhã não o serão mais». Lembrando que foi no sector têxtil que se criaram as maiores fortunas do país, Manuel Freitas referiu que o foi à custa dos trabalhadores, dos baixos salários e das más condições de trabalho.

«A melhor forma de garantir o desenvolvimento é lutar por melhores salários e horários mais reduzidos», disse Manuel Freitas, que deu como exemplo o facto de hoje importarmos fio mais barato da Alema-



De viva voz, estiveram no encontro de Riba d'Ave os dramas de milhares de trabalhadores atingidos pela crise na indústria têxtil

Carlos Carvalhas: É urgente agir

(...)
«A situação de grave crise que paira sobre a indústria têxtil no nosso país tem constituído uma das preocupações prioritárias assumidas ao longo dos últimos anos pelo meu Partido. Agora, com a apresentação e o avanço de uma candidatura presidencial, surgem oportunidades que podem e devem ser aproveitadas para realizar, uma vez mais, o debate público sobre as vias de defesa, modernização e reestruturação da indústria têxtil e o desenvolvimento multifacetado da região do rio Ave, área de monoindústria que não se compadece com delongas, cálculos políticos, hesitações e teias burocráticas.

Na base do que vai acontecendo situam-se razões que nunca foram devidamente explicadas ao povo português. No entanto, já é bem evidente que os problemas do Vale do Ave, se afectam mais de imediato as populações locais, virão a ter, a médio prazo, consequências negativas para todo o conjunto do povo português.

O Governo sabe que o tempo lhe foge. Mas continua a atrasar medidas, a não aproveitar apoios comunitários, a precipitar os processos de liberalização da economia e a criar situações explosivas em regiões de tão fracos empregos e actividades alternativas como é a do rio Ave.

A situação que se verifica e se arrasta há anos é consequência da incapacidade e do alheamento demonstrados pelos órgãos do poder. Desde o chamado *projecto Werner*, que apontava para milhares de despedimentos, até ao proclamado *grupo de trabalho* do Ministério da Indústria, de 1988 a 1989 praticamente nada se fez para implementar uma estratégia de modernização e reestruturação para o sector.

As confecções têm absorvido alguma mão-de-obra, mas os perigos também espreitam neste subsector.

A Operação Integrada de Desenvol-

vimento Regional da Bacia do Ave está longe de dispor dos meios financeiros e dos apoios técnicos que à partida se definiram como necessários. E isto quando a inflação e os custos do crédito comem a competitividade da indústria. A esta situação há que juntar a descapitalização das empresas pelo não reinvestimento dos lucros nas empresas, mas pela transferência para fins especulativos, imobiliários e de ostentação.

Se a crise da têxtil se estende às confecções e à indústria do calçado, a situação será catastrófica. Por isso, estamos de acordo com a necessidade de um plano de emergência para o Vale do Ave.»

(...)
«Se o Estado português não agir, e depressa, está a colaborar e a consentir no encerramento da esmagadora maioria das unidades têxteis do Ave: Que acontecerá à população local? 70 por cento da população activa da região trabalha nos têxteis, mas em Guimarães e Fafe essa taxa atinge os 86 por cento, em Santo Tirso 74, em Fimalcção 75, e em Felgueiras 79 por cento do total dos trabalhadores.»

(...)
«Nomeadamente através do seu Grupo Parlamentar na AR e dos seus deputados no Parlamento Europeu, o meu Partido tem intervindo constantemente em defesa de apoios específicos para a actualização e desenvolvimento da indústria têxtil portuguesa, da garantia dos postos de trabalho existentes e da reciclagem profissional dos trabalhadores, e no sentido do alargamento para 15 anos do período de transição para o desmantelamento do Acordo Multifibras.»

(...)
Da intervenção de Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP e candidato à Presidência da República, no encontro em Riba d'Ave.



No final de Setembro o Comité Têxtil do distrito de Braga do PCP lançou um comunicado alertando para a grave situação social no sector, o qual foi, em grande medida, o pontapé de saída para a ampla repercussão que os problemas do Vale do Ave estão a ter na opinião pública da região



nha, onde os trabalhadores ganham cinco e seis vezes mais e trabalham 39 horas semanais.

A necessidade de acções convergentes de todos os interessados na resolução dos problemas foi ali reafirmada, com realce para a Petição a exigir que a Assembleia da República discuta a situação no Vale do Ave e para a jornada que decorrerá no dia 14 de Dezembro.

■ J.L.

A falência, em Setembro, da Fiação de Santo Tirso (Teles) lançou para o desemprego 700 pessoas. Segundo foi referido no encontro promovido em Riba d'Ave pelo PCP, estão actualmente ameaçados directamente 50 mil postos de trabalho

António Lopes: Nem cegos nem surdos

(...)
«O que leva o Governo a fazer-se de surdo e cego, a não querer reconhecer a gravidade da situação existente no Vale do Ave, é ter de, por um lado, reconhecer o fracasso da sua política e, por outro, evitar tomar as medidas que contrariam e negam essa mesma política. Isto é: podemos esperar que, por sua própria e livre vontade, um Governo que durante anos possibilitou e incentivou uma parte considerável do patronato a retirar e desviar o máximo de lucros das empresas, descapitalizando-as em benefício próprio, sem quaisquer investimentos para a modernização e reestruturação da indústria têxtil do Vale do Ave, venha agora reconhecer que existe crise no sector? Podemos esperar que um Governo que durante anos possibilitou e incentivou, através da sua política fortemente anti-social, a agudização das formas de exploração de mão-de-obra barata, os baixos salários, a proliferação do trabalho infantil, a precariedade, o trabalho ao domicílio e à peça, as longas jornadas de trabalho, a repressão e outras limitações à liberdade e ao exercício da actividade sindical, venha agora reconhecer a necessidade de outra política social e de medidas neste plano para o Vale do Ave? Podemos

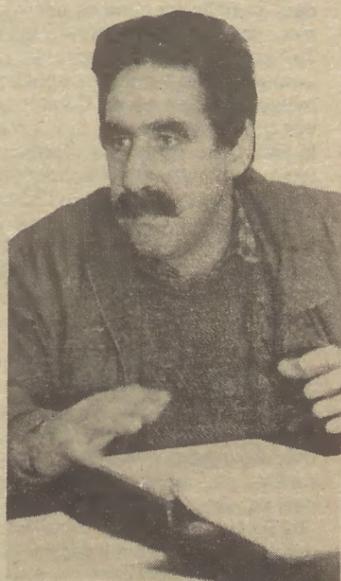
esperar que um Governo que não promoveu o investimento, não modernizou, não reestruturou, quando a situação era favorável, o vá fazer agora, que as dificuldades são maiores?

Que se façam de cegos e surdos, é lá com eles. Mas não façam de nós o que querem parecer!

Face à situação existente no Vale do Ave, o Governo está a reconhecer e vai reconhecer o que lhe interessa reconhecer, tenta e vai tentar convencer-nos de que o evitável era inevitável, vai dar um dinheirinho para não dar um dinheirão, vai dar como excepcional o que seria normal.

Ou seja, o Governo vai dizer-nos (e já nos diz) que não há crise, que o problema é só em algumas empresas, mas que a culpa é só dos malandros dos patrões que não souberam ou não quiseram modernizar e reestruturar as suas empresas (mas, claro, o Governo não tem culpa nenhuma). Vai dizer-nos (e já nos diz) que a crise era inevitável, estamos na CEE, numa economia de mercado aberto e concorrencial, tem que se pagar a factura (mas, claro, o Governo não tem culpa nenhuma).

Vai dizer (já nos diz, e dirá ainda Cavaco no dia 7 de Dezembro) 40 milhões (o dinheirinho), para o pro-



grama integrado do Vale do Ave, para não desembolsar o dinheirão - os 117 milhões anunciados.

Vai dizer (e já nos diz) 68 milhões (o dinheirinho) para o apoio à indústria têxtil, para não desembolsar os 700 milhões (o dinheirão).

Vai dizer (e já nos diz) medidas excepcionais para o Vale do Ave, mas as medidas apresentadas são normais e cabem em qualquer programa de desenvolvimento, mesmo sem crise.»

(...)

Da intervenção de **António Lopes**, da Comissão Executiva Nacional do CC do PCP, no encontro em Riba d'Ave.

Emergência!

As organizações do movimento sindical unitário representativas dos trabalhadores do Vale do Ave exigiram para a região um plano de desenvolvimento equilibrado com carácter de urgência. Divulgado numa recente conferência de imprensa da CODDAVE (a que nos referimos no «Avante!» da semana passada), o plano de emergência das estruturas sindicais abarca as vertentes social, económica, industrial e regional, e tem desde o início o apoio do PCP.

Entretanto, a Comissão para a Defesa e Desenvolvimento do Vale do Ave tinha marcada para anteontem uma reunião onde, entre outras questões, iriam ser decididas acções de protesto coincidentes com a visita que Cavaco Silva efectua no dia 7 de Dezembro à região, e a entrega na Assembleia da República de uma petição que está a recolher assinaturas entre os trabalhadores.

A Federação e os sindicatos dos têxteis, vestuário e calçado, e as uniões de sindicatos do Porto e de Braga sublinham que **os trabalhadores não podem ser penalizados** pelos erros e atrasos que levaram à crise e que não são da sua responsabilidade, defendendo que **o desenvolvimento está associado à melhoria das condições de vida**, enquanto **salários baixos e más condições de trabalho representam a estagnação e o retrocesso**.

Para **combater a curto prazo os efeitos sociais dos salários em atraso e do desemprego**, a CODDAVE reclama:

- a desburocratização das medidas de resposta a situações de salários em atraso, por forma a que os trabalhadores não esperem mais do que 10 dias após a data em que deveriam receber o seu vencimento; o subsídio por salários em atraso deve ser alargado até que a situação laboral da empresa fique resolvida (recaindo a dívida sobre os bens patrimoniais da firma); deve também ser alargado o período de concessão do subsídio de desemprego, cujo montante deve igualar o salário mínimo nacional;

- o abono de família deve subir para 6500 escudos enquanto os filhos estiverem a estudar e caso um dos pais esteja no desemprego (ou para 13 mil escudos, se pai e mãe estiverem desempregados);

- deve ser lançado um programa de combate ao trabalho infantil e à economia subterrânea; devem ser igualmente combatidos os salários em atraso e a precariedade de emprego, garantindo - e até aumentando - os níveis globais de emprego.

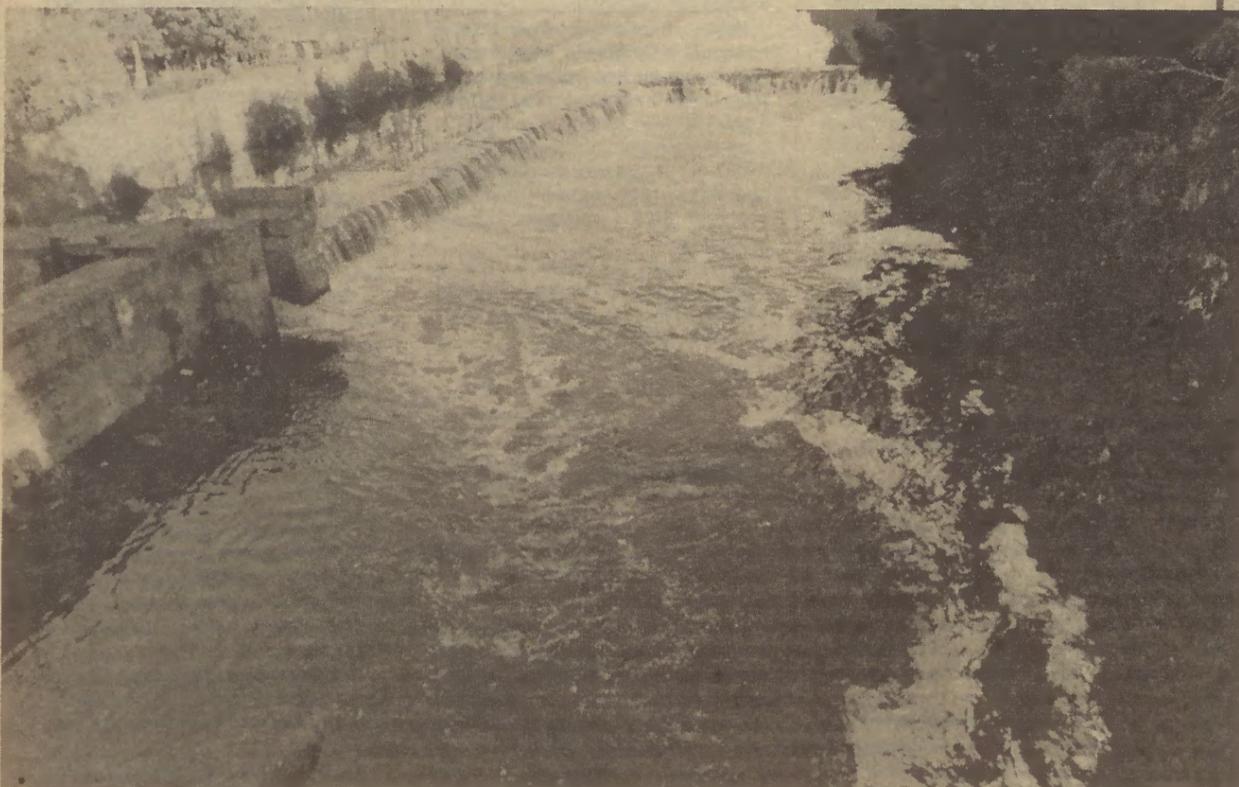
Para **impulsionar a componente social da reestruturação** da indústria têxtil, deve haver um crescimento real dos salários, devem ser criadas melhores condições de higiene, segurança, medicina e ambiente no trabalho, deve ser reduzido o horário de trabalho para os níveis comunitários (visando as 40 horas semanais) e devem ser criadas ou melhoradas as infra-estruturas sociais nas empresas.

A **modernização das empresas** é urgente e deve ter como objectivos o aumento da produtividade e da qualidade, procurando reduzir a dependência externa ao nível de marca. Por isso, entre outras medidas, a CODDAVE reclama do Governo a imediata promoção de um plano integrado de medidas imediatas (nos campos social, industrial, agrícola, ecológico, do ensino e da formação profissional). Os sindicatos exigem que o Governo tenha posições firmes nas negociações no âmbito do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio), de forma a salvaguardar para Portugal uma cadeia têxtil vertical.

A Comissão para a Defesa e Desenvolvimento do Vale do Ave pretende igualmente que o Governo declare em situação de emergência a bacia hidrográfica do Ave, promovendo acções urgentes de combate à poluição do rio.

Para muitas das soluções o movimento sindical pode dar importantes contributos, pelo que deve ser garantida a sua participação activa nos organismos e instituições criados ou a criar.

As organizações sindicais estão a desenvolver uma série de contactos com autarquias locais, empresas e outras forças sociais, procurando sensibilizá-las e ganhar o seu apoio para a resolução de problemas que a todos afectam. Além de outras acções, está prevista - como anunciamos no último número - a realização em 14 de Dezembro de uma jornada de sensibilização pública em toda a Bacia do Ave, a qual poderá incluir paralisações em algumas empresas e culminará com uma concentração, à tarde, em Guimarães.



Além dos graves problemas sociais, os sindicatos exigem também a resolução urgente do problema da poluição do rio Ave

■ Ruben de Carvalho

Olhá-lo de mais perto, na proximidade de uma sala de estar simples e pequenina, surpreende um pouco. Conversa-se, fala-se, frente a frente, fixam-se melhor os traços. Descubro-me a tentar ver melhor as rugas, a fisionomia, o olhar.

É talvez da sua magreza, uma magreza ascética, testa ampla e malares salientes, boca larga e de traços direitos e firmes, acentuada ainda por uma cabeleira grisalha e vigorosa, que vem uma certa imagem de dureza, de determinação, talvez mesmo obstinação. Ouve atentamente, olhando de frente, daquela forma que faz o interlocutor sentir estar a ser ouvido também com os olhos. Sessenta e sete anos ensinaram-lhe seguramente que também se ouve na cara de quem fala.

Os óculos grandes, tornados maiores pela secura da face, acentuam, desfocando os olhos, a imagem de dureza.

Quando fala, pode ser assim, duro, incisivo, olhar agudo e directo sublinhando a palavra. Mas quando se entusiasma, e essencialmente quando ri, da dureza fica a frontalidade! Os olhos brilham, trespassam as lentes grossas, a boca rasgada ocupa toda a face, faz dele um daqueles seres de quem os afacinhas dizem, sorrindo, que «riem com a cara toda».

A ficha da PIDE nº 20120 afirma que nasceu em Alhandra a 1 de Março de 1923 e que se chama Severiano Pedro Falcão, por alcunha «O Espanhol».

- «O Espanhol»?..

Manifestamente, estava à espera de todas as perguntas menos desta... Ri-se com gosto. Estamos na sala da sua casa, a mesma que habita há anos e anos, sobranceira à linha de caminho-de-ferro, na Alhandra onde «sempre vivi, a não ser quando estive na clandestinidade». Explica:

- Em Alhandra somos todos, eu e os meus irmãos conhecidos com essa alcunha. A minha avó, de facto, era espanhola e a alcunha ficou. Tenho cinco irmãos, felizmente todos vivos, e é o Zé Espanhol, o Manel Espanhol, o Inácio Espanhol, o Joaquim Espanhol, eu e a Maria Manuel Espanhol.

Prossigo a leitura da ficha da PIDE que levei, estampada num dos volumes da Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista:

- Diz aqui também que de profissão, ao tempo da tua primeira prisão, eras carpinteiro?

Já esperava o que aconteceu...

- Bom, carpinteiro fui de facto. Mas - acrescenta, vincando as palavras - a minha profissão, toda a minha formação é de *marceneiro*. Comecei como aprendiz e fiz-me marceneiro e, enfim, diziam que eu era um bom profissional. O que é que, com as dificuldades de emprego, era mais fácil arranjar trabalho na construção civil como carpinteiro do que nas marcenarias.

Agora, que se completa meio século do neo-realismo, que se faz a história da sua profunda ligação à Vila Franca, à Alhandra, de Alves Redol, de Soeiro, muitas vezes me ocorre a ligação que haverá entre a sua profunda ligação operária, ao Partido, e esta presença criadora na escrita, na pintura, de jovens operários, mas operários *artífices*, operários *artesãos*, operários dos que falam da sua profissão como da sua *arte*. Dias Lourenço sempre orgulhoso da sua maestria como torneiro, Severiano falando de móveis, formões, goivas e garlopas com o mesmo brilho no olhar com que recorda:

Para fazer umas carteiras...

- A influência de esquerda aqui era muito grande. Era a do Partido e também dos anarquistas no meu operário, mesmo a pequena burguesia, os comerciantes locais, eram de

É ainda a ficha que revela: «Julgado pelo Tribunal da Comarca de Almada em 10-XI-952 por detenção de arma proibida e condenado na pena de...» Sorri:

- Pois foi, mas nem sequer tinha a arma quando fui preso. Era uma pistola Mauser, mas tinha-a na casa.

Detenção de arma, mais «actividades subversivas», foi a primeira prisão: dois anos e meio, mais as medidas de segurança. Com elas, só seis anos depois, em 56, seria devolvido à liberdade.

- Em muitos aspectos, para mim, como para tantos outros camaradas, a prisão foi a minha escola, o meu liceu, a minha universidade. Tínhamos connosco companheiros que muito ajudaram, não só politicamente, mas em geral. Quando saí voltei à construção civil, mas, enfim, já com outra preparação técnica, e um industrial aqui de Alhandra pôs-me a dirigir umas obras em Lisboa.

Entretanto voltei a ligar-me ao Partido, vieram as campanhas eleitorais, 58, o Delgado e as coisas complicaram-se, prisões, perseguições.

O tempo vai-se passando, o gravador pede nova cassete, o desfiar do passado vem num tom de voz calmo, termos e expressões que reconheço comuns aos que passaram pelas cadeias, aos que fizeram a aprendizagem da vida e da política nesses anos 40 e 50. Um falar baixo, um vocabulário onde se encontra uma funda preocupação humana, de solidariedade, de uma forma de ver a vida sem os pudores repressivos do obscurantismo passado, mas em que se mantém um enternecedor recato.

- O quê?!

- Clarinete. Aliás, todos os meus irmãos tocavam clarinete, era um inferno naquela casa... E também sempre gostei de escrever.

Fala-se de Soeiro Pereira Gomes, uma referência incortomável, na escrita, na política, no Partido.

- Conheci o Soeiro de uma forma muito especial. Foi através de uma camarada nossa, que era proprietária de uma tipografia e era o responsável pela organização da juventude. O Soeiro começou a ficar responsável das actividades culturais e desportivas do Alhandra e criou uns cursos de alfabetização nocturnos e precisava de carteiras. Foi aí que aquele nosso outro camarada, que sabia que eu era marceneiro, tinha eu uns 18 anos, nos apresentou para eu fazer as carteiras e uns bancos para as aulas.

Di-lo com discrição, mas os olhos traem um misto de orgulho e comção:

- Deves conhecer, quando foi do funeral, obrigámos o cortejo a parar aqui em Alhandra, divulgou-se um texto. Foi eu que o escrevi.

Clandestinidade

A ficha da PIDE permite ainda prosseguir um itinerário que vem desses anos 40. A passagem à clandestinidade («comecei aqui no Ribatejo, o Comité Regional, depois fui para o Alentejo, a maioria do meu trabalho clandestino fez-se no Alentejo»), a primeira prisão.

- Foi preso na Amora, em Dezembro de 50, olha, ao pé do sítio onde agora temos o terreno da Festa. Foi uma brigada com todos, o Gouveia, o José Gonçalves... Também assaltaram a casa clandestina onde eu vivia com a minha mulher e o meu filho, tinha então 3 anos.

rado um especialista. Passel a ter grandes responsabilidades em diversas obras, nomeadamente na TAP, hangares e construções desse tipo, onde trabalhava também uma outra empresa que me convidou com condições na altura muito favoráveis: a Joaquim Francisco dos Santos.

E era lá que eu estava quando chegou o 25 de Abril.

Joaquim Francisco dos Santos. Agora, que as páginas dos jornais se encham de memórias do 25 de Novembro, dos anos de 74 e 75, regressam à recordação nomes, factos. As nacionalizações, a autogestão dos trabalhadores, a CIL.

Severiano Falcão recorda o ciclo: a fuga de Joaquim Francisco dos Santos, a empresa e os estaleiros das obras em curso encerradas a cadeado pelo patrão, 650 trabalhadores despedidos, a decisão de avançar com as obras. As dificuldades com os clientes, o apoio do Ministério do Trabalho, Costa Martins, Carlos Carvalhas, também a confiança nos trabalhadores de um capitalista da construção civil diferente, José Gonçalves:

- Foi ter com ele, tínhamos uma obra grande de empreitada, ali ao Arealfo, e ele perguntou-me (sempre me tratou por «filho», ainda hoje!) «Mas vocês querem fazer a obra, olhem que isto foi uma empreitada, vocês são capazes?». Disse-lhe que sim e ele aceitou. Disse-lhe que estávamos há quase dois meses sem salários, que era necessário um adiantamento, e ele passou-me um cheque de 2 mil contos. No dia seguinte estávamos a trabalhar na obra!

Com isto, os outros clientes aceleraram também e passado um mês tínhamos a funcionar todas as frentes!

O tom de voz altera-se, o ritmo acelera-se. As palavras começam a fluir com maior rapidez, os episódios a sucederem-se. Há no discurso deste homem que viveu o tempo lento do fascismo, da resistência, depois o da conquista do próprio tempo perdido que a revolução é também, o reflexo desses dois tempos, desses dois ritmos de vida.

- Com a força de que o pessoal todo estava animado, o empenho, em pouco tempo recuperámos a empresa, pagámos as dívidas que eram do patrão, criámos condições sociais excepcionais.

Vem a Intervenção do Estado, é nomeada a Comissão Administrativa em que eu fico como representante dos trabalhadores, há um nomeado pelo Estado e outro pela Comissão Administrativa da Câmara de Loures. Era um embrião do que queríamos, uma empresa mista, sã, cheia de força e de capacidade de produção.

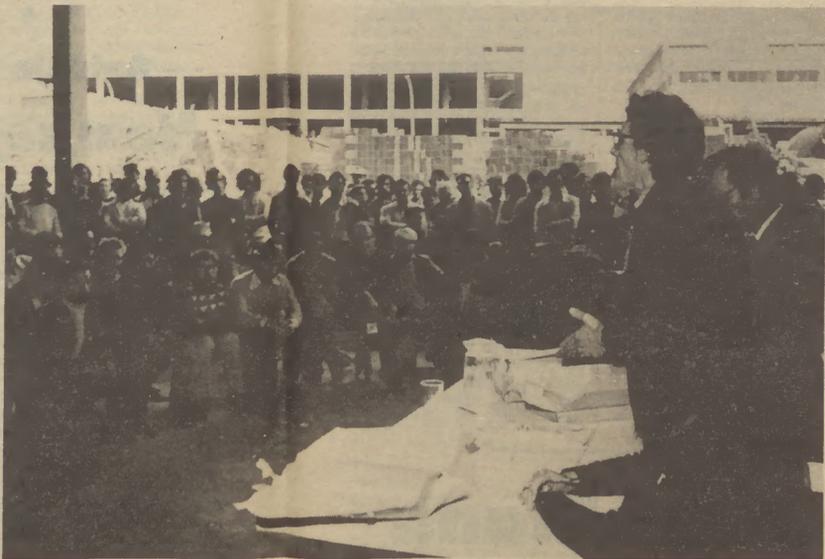
Entretanto, já se sabe, vem a política do Mário Soares, a devolução das empresas intervencionadas e em autogestão.

Deputado, Loures

Em 1976, Severiano Falcão é candidato do PCP às eleições para a Assembleia da República. Vai para S. Bento.

- Foi integrado na Comissão de Trabalho da Assembleia, acabei por ficar como vice-presidente. Esse trabalho, o trabalho com o Jerónimo de Sousa, com o Jorge Leite, o João Amaral sobre todas as leis do trabalho, enfim, familiarizaram-me também muito com a legislação, fosse a do trabalho, mas também tudo o resto, nomeadamente a legislação

... e disse-me o Severiano:



das autarquias. Aprendi muito com todos os camaradas e é isto foi de uma grande utilidade.

Em 1979, candidato da APU à Câmara de Loures contra uma anterior gestão socialista que agravara ainda mais o caos do concelho. A APU ganha. Loures irá ter uma vereação diferente, uma gestão diferente, um presidente de Câmara diferente.

Pergunta convencional de entrevista convencional:

- Se te pedissem para dizeres quais foram os dois principais problemas que encontrámos quando chegámos a Loures, que responderias?

Pausa ao ritmo entusiasta que vinha na descrição da Joaquim Francisco dos Santos do período revolucionário. Novo ritmo do discurso e das palavras.

- Diria que o mais grave foi o do ambiente que se vivia na Câmara, entre os trabalhadores, a preocupação, a reacção ao autoritarismo que o anterior presidente, o Riço Calado, havia imposto e que era positivamente uma coisa conflagradora.

Outra... Tu pedes duas, mas eu tenho de te indicar mais uma. Outra foi que todas as estruturas populares, nomeadamente as comissões de melhoramentos, de moradores, criadas pela Comissão Administrativa tinham sido positivamente eliminadas pelo Riço Calado.

Outra ainda, eram as carências verdadeiramente elementares da população, nomeadamente das camadas mais pobres, trabalhadores, idosos.

Responder a esta situação exigiu um grande esforço de todos nós, foi um grande trabalho, de todos os eleitos.

O que se fez foi, por um lado, dinamizar outra vez todas as comissões, todas as estruturas e, de acordo com elas, acorrer às necessidades

mais prementes, inicialmente com obras em administração directa, mais tarde com empreitadas em coisas de maior vulto. Isto deu simultaneamente um grande dinamismo à Câmara, aos serviços municipais e à participação das populações.

Depois, um trabalho completamente diferente com as Juntas de Freguesia, uma grande descentralização, acompanhada da necessária transferência de verbas. A maioria das Juntas do concelho de Loures transformou-se em autênticas câmaras, com uma grande capacidade de realização, de trabalho.

A entrevista, as perguntas, quase deixam de ser necessárias. Se continuássemos toda a noite aí ficaria a história recante de um município que é, na suas diversidades, nos seus problemas, quase um pequeno país. Um município que tem agricultura e agricultores, aglomerados urbanos de milhares de fogos, que é cidade e campo, dormitório e fábrica, herdade e bairro clandestino.

Onze anos

Bairro clandestino. Recordo-me de ter lido que uma missão de estudo de um qualquer país europeu veio a Loures ver como se conseguira resolver ali a questão.

- De facto, muitas das coisas que fizemos e fazemos são consideradas exemplares. Quando a APU chegou, em 79, o concelho era um caos, tínhamos o maior bairro clandestino da Europa e a gestão do PS pactuava descaradamente com a especulação, os loteamentos clandestinos.

Penso que o êxito da acção da veracção da APU se deveu à articulação de dois critérios diferentes para duas situações diferentes que o problema apresentava.

Por um lado, era necessário

Maiorias

Loures teve maioria absoluta da coligação APU. Perdeu-a nas últimas eleições. Porquê?

- É opinião de muitos camaradas, e também a minha, que, para se compreender porque é que perdemos a maioria absoluta, é indispensável vermos como é que a ganhámos.

A APU sempre teve maioria relativa até que em 1985 o PS e o PSD se aliaram para fazer cair a Câmara, forçaram novas eleições a que se apresentaram coligados.

Por um lado, penso que ao eleitorado de Loures se tornou claro que a operação de fazer cair a Câmara nada tinha a ver com os interesses do concelho, que era muito mais uma questão das alianças do PS com a direita. Mas o que me parece fundamental é que o eleitorado se viu perante uma alternativa de ou tudo ou nada: ou a APU tinha maioria absoluta, ou então tudo se modificava, tudo ficava entregue à direita. Ou seja, mesmo que um eleitor tivesse algumas reservas ou críticas à nossa gestão, sabia que ou nós tínhamos a maioria absoluta, ou ia tudo por água abaixo, o que fazíamos e lhe merecia críticas e o que fazíamos e ele estava de acordo.

Em 1989 a questão já não se pôs assim e não me parece difícil de aceitar que num concelho com as características sociais de Loures, não havendo aquela opção de ou tudo ou nada, a realidade do leque político dos eleitores correspondia mais a situações de maioria relativa.

É claro, isto não significa que não tenha havido problemas, que não haja aspectos do nosso trabalho que tenham de ser melhorados ou que estejamos confinados a um determinado resultado eleitoral.

E acho que se deve dizer com toda a frontalidade que a campanha desencadeada a propósito da realização da Festa do «Avante!» no concelho, dados os meios que a direita teve ao seu dispor para a conduzir, causou algumas dúvidas. Continuo a dizer que não há nada a apontar ao comportamento da Câmara quanto a isto, aliás, veja-se que passado o período eleitoral a campanha acabou... Mas, na altura, é muito possível e natural que tenham surgido confusões.

Decidi assim resignar. O que aconteceu. Mas é bom que inimigos e adversários não esqueçam, nem tenham ilusões: Loures é e continua a ser um município CDU, onde ganhámos as eleições, onde o Partido é a principal força política, onde tem a maioria, onde o trabalho, naturalmente, continua.

Foram onze anos à frente do terceiro município do País. Sonhos cumpridos, projectos concluídos?

1990

E ia indo longa a viagem. Falámos de política, dos seus jogos e atribuições, de eleições, votos, alianças; falámos dos tempos passados, da história da vida, da própria vida; falámos de urbanizações, planeamentos, PERTs, orçamentos...

Há uma semana, Severiano Falcão anunciou a sua resignação do cargo de Presidente do município de Loures. Antes, pedira suspensão do mandato, sabe-se de uma doença, de uma operação.

Especulação - muita! Sorriso:

- É natural... Mas tenho várias coisas a dizer sobre isso.

Em primeiro lugar, logo em 1988, quando fomos o XII Congresso e se discutiu no Partido todos os problemas e exigências que a própria vida, com toda a naturalidade, impõe de renovação, eu levantei a questão que era preciso ver a minha situação na Câmara. Naturalmente que o meu lugar na Câmara estava, como sempre esteve, à disposição do Partido, parecia-me importante que se pensasse com tempo numa futura substituição, que se encontrasse forma de assegurar a trans-

missão de uma experiência entretanto adquirida, enfim, tudo o que é inteiramente natural nesta situação. Afirmei mesmo que aceitaría sem qualquer dúvida a minha substituição no Comité Central do Partido no Congresso e que viesse outro camarada a ser o cabeça de lista para Loures nas eleições de 89.

O Partido entendeu de outra forma, que eu deveria permanecer numa e na outra tarefas e, com a mesma naturalidade, acetei. Entretanto, a lista para as autarquias foi também integrada pelo camarada Demétrio Alves, o que correspondia exactamente à idela de encerrar o futuro.

As eleições ganharam-se, embora com maioria relativa, como já falámos, e sucede que entretanto um problema de saúde que eu já tinha se complicou com a agitação da campanha eleitoral.

Resolvi assim pedir a suspensão do mandato. Os médicos decidiram entretanto que eu devia ser operado e tudo acabou por ser mais prolongado, com convalescenças, etc.

Hesitação. Minha. Pergunto, não pergunto? A barreira da privacidade, da saúde, como se aplica, onde estão os limites para aqueles que protagonizam a vida pública? Vêm-me à memória os quilómetros de artigos quando Álvaro Cunhal foi operado - decido-me:

- E a que é que foi a operação?

Envergonho-me das hesitações. A resposta traz a naturalidade de quem manifestamente vive a vida com naturalidade:

- Foi à próstata. E correu tudo bastante bem, mas enfim, sempre são 67 anos. É uma evidência que um cargo como o de presidente em Loures é muito exigente, muito cansativo.

Decidi assim resignar. O que aconteceu.

Mas é bom que inimigos e adversários não esqueçam, nem tenham ilusões: Loures é e continua a ser um município CDU, onde ganhámos as eleições, onde o Partido é a principal força política, onde tem a maioria, onde o trabalho, naturalmente, continua.

Ainda a fazer

Foram onze anos à frente do terceiro município do País. Sonhos cumpridos, projectos concluídos?

- Sinceramente, há duas coisas que gostava de ter visto concluídas. Mas olha lá...

Levanta a cabeça energicamente, como quem se lembra de qualquer coisa, regressa um sorriso que não apaga o categórico, conciso:

- Eu não estou a escrever nenhum epitáfio! Nem o meu e muito menos o do trabalho do Partido em Loures e da Câmara de Loures! Quando falo por mim, digo que tenho pena, é porque são dois sonhos, dois projectos a que dediquei muito esforço, não só eu, é claro, mas que me tocam muito. Eque estou certo que vão andar para a frente, e ainda cá estarei para os ver!

Bom. Um é o da despoluição do Trancão. As coisas estão em andamento, é possível a breve prazo e hoje é mais possível ainda porque a Câmara de Lisboa reúne melhores perspectivas para se estabelecerem acordos, que antes eram quase impossíveis, como seja nomeadamente o aproveitamento comum da estação de tratamento de Beiroas, que está subaproveitada, e que per-

mitirá a Loures transferir a estação de tratamento que estava prevista para S. João da Talha mais para Norte do concelho, assegurando assim não apenas a despoluição da zona da baía, de Sacavém a Unhos, mas uma zona mais larga.

O outro objectivo que tenho pena de não se ter conseguido, apesar do que lutámos, foi o da instalação, já não digo de um hospital, mas de um hospital-maternidade no concelho. E isso não foi possível pela política criminosa dos Governos que lá têm estado e deste, porque é óbvio que esta situação, com todos os problemas de transportes e de acessos, só faz vítimas, só multiplica os partos nas ambulâncias, com todos os perigos para os bebés e para as mães.

Olho para o gravador onde ficaram, em três pequenas cassetes de meia hora, cinquenta e tantos anos. Vou ter de seleccionar, inquieto-me, como sempre nestas aflições, recordo-me outra vez dos combates de Lucien Febvre, o difícil não é escrever sobre o que se escolhe, é escolher sobre o que é que se deve escrever... Tenho mais coisas para perguntar, não vai haver tempo, recordo esta paixão pela escrita que há quarenta e tantos anos brotou aqui, à beira-Tejo:

- Não vais escrever, Severiano?

- Vou, vou! É uma coisa que gosto de fazer, confesso, tenho sempre continuado... Mas além disso - e aponta pilhas de dossiers e resmas de embrulhos - quero pôr esta papelada em ordem, passar a escrito coisas.

Aliás, há uma coisa que me parece aqui importante. É que nesta altura, quando defrontamos o que se passa no Mundo, os problemas dos países socialistas, acho fundamental deixar bem claro as nossas diferenças, torná-las claras. É a própria realidade, não podemos deixar serem outros a escrever a nossa História. Lembro-me que, logo de manhã do 25 de Abril, mesmo quando fui para Loures, havia muita gente que me dizia que estava à espera que depois de passarmos o que passámos, das prisões, das clandestinidades, viessemos animados de um espírito de vitória, de ajuste de contas. E ficavam muito surpreendidos porque não, pelo contrário, tu sabes isso perfeitamente.

Mas não basta dizer isso. O que temos feito no Poder Local, nos sindicatos, seja lá onde for, tem, já se sabe, a nossa capacidade de trabalho, de organização, mas tem também esta componente humana, humanista que está em toda a nossa política, de comunistas, de comunistas portugueses. Acho que só contar o que efectivamente se tem feito é fundamental para o que fazemos agora e o que temos ainda de fazer.

Interrompe-se.

- Isto é o mais que houver para fazer. Tenho de ver com o Partido agora como é, o que é preciso.

O que é preciso. Descomos as escadas. Combina-se um jantar, para aí ficarmos, noite fora, à conversa, desfiar a vida nas palavras. Talvez falar de goivas e formões, que são coisas de que também gosto, embora não sejam a *minha arte*... Um abraço, «não, não quero ver nada, escreve o que entenderes, era o que faltava».

Meto-me no carro, um aceno amigo, outro que vem do homem que está à porta dessa pequena casa de Alhandra. A mesma em que de há muito mora o Severiano Falcão. O Severiano Espanhol, marceneiro, clandestino, duplado, presidente da Câmara. Camarada.

Política Regional e Integração Europeia

(conclusão)

Como anunciámos no último número, retomamos hoje a divulgação dos documentos apresentados a semana passada sobre Política Regional e Integração Europeia, numa iniciativa conjunta dos deputados do PCP no Parlamento Europeu e responsáveis autárquicos. Uma oportunidade, afinal, para falar da necessidade de democratizar a gestão e acompanhamento da execução global do Quadro Comunitário de Apoio a Portugal.

As críticas ao Governo estiveram, naturalmente, no centro das atenções já que, como foi lembrado, «o Governo PSD/Cavaco Silva impediu e não criou as condições indispensáveis para uma participação real e efectiva de todas as instituições e entidades interessadas (Autarquias, Assembleia da República, Agentes Económicos, Sindicais e Sociais) na elaboração e aprovação do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) conforme determina o próprio regulamento da CEE.» Com efeito, o Governo limitou-se a montar à pressa um sistema de pseudoparticipação e de pedidos de listagens de investimento, de intenções e de

«A concretização de tais finalidades implicaria a participação e responsabilização organizada e empenhada de todos os interessados e beneficiários na gestão e acompanhamento da execução do QCA, ou seja, na gestão e acompanhamento de todos os programas operacionais sectoriais e regionais do QCA» - afirmam, mas o que se passa é bem diferente.

«O Governo continua a actuar como se fosse o dono do País e dos apoios comunitários, continua com a sua política de marginalização, de desrespeito e de desconfiança relativamente às autar-



opiniões várias, o que foi denunciado e repudiado por muitas instituições «visto tratar-se de uma plano que já tem e irá ter importantes consequências nos próximos anos na vida do País e que será executado fundamentalmente por instituições e entidades autónomas do Governo.» Lembraram os nossos camaradas que, com base no PDR apresentado pelo Governo, a Comissão das Comunidades aprovou, em 31/10/89, o Quadro Comunitário de Apoio (QCA) que define e estabelece as regras e condições da sua execução.

«Estamos actualmente em plena execução do QCA e o que interessa neste momento é que todos os meios financeiros e outros apoios comunitários à disposição de Portugal até 1993 sejam bem geridos e aplicados racionalmente de forma a produzirem o máximo de efeitos positivos na promoção do desenvolvimento económico e social dos concelhos, regiões e do País», fazem notar os nossos camaradas. A questão que se levanta é a de saber como.

quias e parceiros sociais, que são responsáveis por mais de 50% do financiamento nacional do QCA, que se traduz na governamentalização e na partidarização da gestão e do acompanhamento da realização do QCA com os prejuízos evidentes que tal situação já está a provocar no País designadamente desvios de verbas, corrupção, atrasos na criação e instalação de Órgãos de Gestão dos Programas Operacionais, atrasos na montagem dos processos administrativos e técnicos de apoio à execução concreta dos programas operacionais regionais que impedem actualmente as Câmaras Municipais de receberem centenas de milhar de contos de trabalhos já executados, baixa taxa de execução de certas intervenções operacionais sectoriais e regionais nomeadamente as operações integradas e de desenvolvimento da Península de Setúbal e do Norte Alentejano e aplicação de verbas que nada tem a ver com o desenvolvimento e os reais interesses do nosso país».

Desenvolvimento regional exige participação das populações

A governamentalização

Exemplos da governamentalização não faltam:

● Na Comissão Nacional de Gestão da Execução Global do QCA todos os seus membros pertencem à Administração Central (Governo).

● Na Comissão Nacional de Acompanhamento composta por cerca de 50 membros nacionais, apenas 5 representam os municípios (1 por cada Concelho da Região) os restantes pertencem à Administração Central.

● Os órgãos de gestão dos vários programas operacionais sectoriais são constituídos apenas por membros pertencentes à Administração Central.

● As unidades de gestão dos programas operacionais regionais são constituídas por representantes da Administração Central (são a maioria) e por representantes das autarquias. Os Presidentes e

Vice-Presidentes das unidades de gestão são membros representantes da Administração Central.

● Nas unidades de acompanhamento dos programas operacionais regionais, salvo raras excepções, os seus membros representam a Administração Central e as autarquias.

● O Governo, apesar de constar na legislação comunitária e nacional aplicável e de já ter passado cerca de 40% do tempo do seu período de vigência (1/01/89 a 31/12/93), ainda não criou os órgãos consultivos para assegurar a «participação social» no processo de execução do QCA.

Como salientaram os responsáveis comunistas, «este tipo de gestão e acompanhamento do QCA imposto pelo Governo, não defende, não desenvolve e não prepara o País para o tão falado «desafio de 1992» pois «tal desafio exige democratizar e tornar a gestão e accompan-

hamento do QCA numa questão nacional e não do Governo, ou seja, exige informar, interessar, motivar, envolver, responsabilizar e integrar as autarquias, as associações de municípios, patronais, sindicais e culturais nos órgãos de gestão e de acompanhamento das intervenções operacionais do QCA visto que são os seus principais financiadores, executores e beneficiários, como tal vivamente empenhados e interessados na aplicação integral e eficaz de todos os meios comunitários e nacionais disponíveis na promoção do desenvolvimento do País e na elevação do nível e da qualidade de vida das populações».

Por isso se batem os comunistas, por todos os meios ao seu alcance, ao mesmo tempo que defendem «a criação e a instituição urgente das regiões administrativas como instrumentos fundamentais e indispensáveis para uma utilização rigorosa dos fundos comunitários em benefício das regiões em especial das mais atrasadas e do País». ■

Área Metropolitana de Lisboa

Na Conferência de Imprensa sobre Regionalização e Integração Europeia as críticas ao Governo não se limitaram a aspectos mais ou menos gerais. Um caso bem concreto foi apontado: o da Área Metropolitana de Lisboa. Uma realidade a mostrar que, contrariamente à propaganda do executivo (proclamando que o Quadro Comunitário de Apoio constitui um *éxito negocial* e uma *oportunidade ímpar* de desenvolvimento do país a curto prazo), os milhões de contos de possíveis financiamentos através dos fundos estruturais não têm servido o bem-estar material e cultural do povo português, nem contribuído sequer para atenuar as assimetrias regionais.

Como foi sublinhado, «a faixa litoral continua a sofrer os fluxos da população do interior rural, cada vez mais desertificado, bem como continua a concentrar, cada vez mais, a maior capacidade produtiva do País.

«Nesta perspectiva, mantém plena actualidade os índices que revelam que a zona litoral, passando por Braga ao distrito de Setúbal, com apenas 1/4 da superfície do País, concentra:

- mais de 70% da população
- cerca de 80% do PIB
- cerca de 90% do produto da indústria transformadora
- 80% das profissões científicas e liberais
- 90% dos quadros de direcção.

«Restringindo-nos apenas à Área Metropolitana de Lisboa, cujo território não ultrapassará sequer 3% da área do Continente, nela reside cerca de 2,5 milhões de pessoas, ou seja 25% da população do País quando, p.ex., em 1960, essa percentagem era apenas de 17,2%.

«Em termos produtivos a Área Metropolitana de Lisboa concentra 34% do PIB e do produto da indústria e mais de 50% do produto dos serviços».

Como foi referido, estes elementos «demonstram ainda que de forma sintética e muito incompleta que o País continua a constituir um corpo disforme a cujas entorses apesar da demagogia reinante, teimam em prevalecer, quando não mesmo a agravarem-se cada vez mais».

Os nossos camaradas fizeram ainda notar que, no interior da Área Metropolitana da Lisboa se geram acentuadas assimetrias, «constituindo-se Lisboa como centro polarizador que, em muitos aspectos, «suga» a riqueza produzida nos municípios limítrofes. Na verdade, a capital tem vindo a acentuar o processo de terciarização, com o abandono da produção industrial e a sua «exportação» para a periferia. O facto de Lisboa, no curto espaço de 4 anos, ter aumentado de 60% para 66% a percentagem de quadros superiores demonstra bem que nesta cidade se estão a concentrar cada vez mais as funções económicas de decisão e actividades mais exigentes, em termos de

«massa cinzenta», sendo expelidas as actividades «banalizadas» de produção industrial e/ou outras actividades do sector secundário e terciário».

Consequências graves

Como se compreende, este processo tem consequências práticas muito graves para os municípios da periferia, pois, como foi salientado, é agravado o seu «grau de dependência, não só porque as respectivas autarquias são obrigadas a satisfazer as infra-estruturas industriais (saneamento, ambiente, transportes, etc.) quer sobretudo pela transferência, para Lisboa, das receitas decorrentes da actividade industrial, mediante a respectiva liquidação e cobrança por este município, sede social da maior parte de unidades industriais que laboram nos municípios limítrofes».

A este propósito - lembrou-se - terá interesse considerar ainda que grande parte da população residente na periferia de Lisboa exerce nesta cidade a sua actividade profissional. Proveniente de todos os concelhos com particular importância da margem sul e do eixo Vila Franca/Loures deslocam-se diariamente para Lisboa mais de 20% da respectiva população activa, em movimentos de ida e volta que estrangulam completamente os acessos, com inevitáveis perdas de tempo, energias e meios. Uma realidade conhecida de outros países, o que levou a própria Comunidade a reconhecer a necessidade de instrumentos de política regional, ditada por «razões morais, ambientais e económicas». O reconhecimento das razões económicas na questão do desenvolvimento regional releva particularmente, pois traduz o reconhecimento explícito de que os instrumentos de política regional e, em especial o FEDER, «não deveriam ser vistos como método pelo qual as regiões desfavorecidas são forçadas a subsidiar as menos felizes (mas antes) porque elas estão a contribuir para uma qualidade de vida mais elevada em relação a si própria».

Para os nossos camaradas, «será evidente a justeza desta afirmação no contexto do nosso país, se na aplicação de fundos comunitários decorrentes do Quadro Comunitário de Apoio for reconhecida a urgência e a importância da criação das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto e da institucionalização das regiões administrativas, dotadas de competências específicas em matéria de planeamento e desenvolvimento económico-social», sendo que «a materialização destes princípios corresponde às exigências da própria CEE e determinará a democratização e transparência dos processos e métodos administrativos de aplicação dos fundos comunitários». ■

■ António Filipe

Serviço Militar Obrigatório

Um pólo de debate

Como questão prévia ao debate o Serviço Militar importa salientar o quadro constitucional em que nos movemos a esse nível e que foi confirmado por ocasião da revisão constitucional ainda recentemente operada.

A confirmação deste quadro constitucional implicou a não aprovação na CERC, por todos os partidos presentes — PSD; PS e PCP — de propostas conducentes à criação de um serviço nacional que teria o serviço militar como uma das suas componentes e à desconstitucionalização da obrigatoriedade do serviço militar. Assim, nos termos constitucionais, a organização das forças armadas portuguesas baseia-se no serviço militar obrigatório, nos termos e pelo período que a lei prescrever, ressalvadas as situações dos cidadãos considerados inaptos para o serviço militar armado, bem como dos objectores de consciência, que cumprirão o respectivo serviço cívico nos termos da lei aplicável.

É este o ponto de partida para o debate sobre a reestruturação evidentemente necessária das Forças Armadas, que deve ser precedida da definição dos conceitos estratégicos fundamentais em que se irá mover e da equação das missões que lhes irão ser confiadas. São estes aspectos que hão-de determinar as soluções a encontrar no quadro da própria reestruturação e a forma que consequentemente hão-de assumir as Forças Armadas e a prestação do serviço militar.

Um debate sobre o Serviço Militar, deve ser acima de tudo um debate responsável. Definidos os conceitos estratégicos e as funções concretas das Forças Armadas, há que, uma vez realizados e ponderados os estudos necessários, adequar às necessidades decorrentes dessas funções, ouvidos os principais intervenientes, a forma e duração do serviço militar.

Iniciar um processo desta complexidade com a proclamação prévia de um tempo de duração do serviço militar, cuja exequibilidade se desconhece, é seguramente a maneira mais fácil e popular de abordar a questão mas carece do sentido de responsabilidade que deve estar presente neste debate.

É importante que um aspecto fique bem claro: o Partido Comunista Português e a Juventude Comunista Portuguesa defendem a redução do tempo de prestação do serviço militar obrigatório. E consideram que dessa redução desejável não é forçoso que decorra a profissionalização das Forças Armadas. Essa, sim, indesejável.

Convirá mesmo recordar que, quando da elaboração da Lei do Serviço Militar em vigor, que fixa a duração do serviço efectivo normal, o PCP propôs a consagração de um período de duração mais reduzido do que viria a ser fixado, o que contou com a oposição do Governo (o primeiro governo do Prof. Cavaco Silva) com a invocação da impossibilidade técnica e dos altos custos financeiros da redução.

Porém, mudam-se os tempos e, no que se refere ao Governo, parecem mudar-se as vontades.

No dia 5 de Abril de 1990, o ministro da Defesa Nacional difundiu para os órgãos de comunicação social uma declaração onde afirmava textualmente:

«Na qualidade de ministro da Defesa Nacional dei a conhecer hoje ao Conselho de Ministros que, no âmbito do processo de reestruturação das Forças Armadas Portuguesas, solicitei às chefias militares os estudos técnicos necessários para consagrar um novo conceito de Serviço Militar».

Mas acrescentou que, «assim» o serviço militar obrigatório terá uma duração que não irá ultrapassar os quatro meses.

E finalizou: «Por esta via, garante-se a defesa dos interesses nacio-

noticiaram ter tido acesso às conclusões de tão sigilosos documentos e que, segundo as quais, a duração do serviço militar obrigatório em 1991 não seria de 4 meses mas mais precisamente o dobro.

Ao proceder desta forma, o Governo não esquece apenas os deve-



nais, o prestígio e a operacionalidade das Forças Armadas, e as justas aspirações da nossa juventude».

Eis como, três questões que pareciam tão complexas se resolveram assim, em três parágrafos, de uma forma simplicíssima.

Em resumo: o ministro da Defesa Nacional encomendou o telhado antes de tirar as medidas à casa, que em consequência, começou a meter água logo que caíram as primeiras chuvas.

Reparo semelhante poderá ser dirigido ao projecto que é apresentado pelo Partido Socialista. É um projecto que contém soluções que merecem ser discutidas. Num ponto estamos de acordo: importa reduzir o tempo de prestação do serviço militar obrigatório. Porém, pensamos que a solução a encontrar a esse nível deve ser precedida da consideração das funções gerais das Forças Armadas e dos estudos prévios que são inquestionavelmente necessários.

Após ter sido noticiado e confirmado por fontes oficiais terem sido concluídos e entregues ao Ministério da Defesa Nacional os estudos técnicos necessários para consagrar um novo conceito de Serviço Militar, em que a duração do serviço militar obrigatório não ultrapassasse, em princípio, 4 meses, o Grupo Parlamentar do PCP, ao abrigo de um direito constitucional e regimental, solicitou o conhecimento desses estudos em 25 de Julho último.

A resposta recebida, do chefe de Gabinete do Senhor Ministro, merece ser referida:

«Encarrega-me Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional de informar V. Exa. de que os estudos que têm vindo a ser efectuados sobre a questão apresentada têm carácter sigiloso, não sendo ainda viável a sua divulgação, a qual terá lugar quando for julgado oportuno».

Esta resposta, vinda de onde veio e dirigida ao órgão de soberania a que se dirigiu, perante o qual o Governo responde politicamente e ao qual compete constitucionalmente a fiscalização da actividade governativa, é insólita e inaceitável.

O que é porém sigiloso para a Assembleia da República parece ter deixado de o ser para alguns Órgãos de Comunicação Social que

res constitucionais que tem para com a Assembleia da República. Esquece também que o serviço militar obrigatório e a sua prestação são matérias que dizem respeito à juventude portuguesa. Esquece que as organizações de juventude portuguesas, independente de posições divergentes que tenham, têm desenvolvido uma intensa reflexão sobre estas matérias que muito tem contribuído para enriquecer o debate sobre uma questão com a importância do Serviço Militar. E esquece sobretudo que um processo conducente à tomada de decisões sobre o Serviço Militar Obrigatório não deve deixar de contar com a participação activa e informada das organizações juvenis e em qualquer decisão definitiva sobre esta matéria não deve deixar de ser precedida da audição tempestiva dessas organizações.

Foi neste sentido, reconhecendo o papel que os jovens desempenham na sociedade portuguesa e o seu protagonismo em relação às questões que respeitam ao serviço militar obrigatório que o Grupo Parlamentar do PCP decidiu apresentar na Assembleia da República um Projecto de Resolução que recomenda ao Governo a adopção de medidas urgentes no sentido de assegurar que os estudos em curso sobre o regime de prestação do SMO sejam acompanhadas pelas organizações de juventude, às quais deve ser facultada toda a informação que lhes permita uma intervenção esclarecida nesse processo, e pronunciar-se em tempo útil sobre as soluções a adoptar.

Se é inquestionavelmente necessário reestruturar o serviço militar, há um aspecto fundamental que tem de ser urgentemente equacionado e sobre o qual podem e devem ser tomadas medidas imediatas: trata-se do melhoramento das condições de prestação do serviço militar obrigatório.

Cada dia se torna mais claro que as condições de prestação do SMO são insustentáveis — a nível de remuneração, de alojamento, de alimentação, de ocupação de tempo, de relacionamento e disciplina, de respeito pelos direitos de cidadania e de participação.

E esta situação que urge alterar

sem demora, sem ser necessário esperar sequer pela conclusão de um processo global de reestruturação.

O Projecto de Lei apresentado pelo PCP, que reforça os direitos e garantias dos jovens em prestação do serviço militar obrigatório e que corresponde a posições assumidas nesta matéria pela JCP, visa fundamentalmente prestigiar o serviço militar obrigatório, o que só será possível respeitando os jovens que o cumprem.

O projecto do PCP propõe designadamente a consagração explícita de direitos materiais, de alojamento, de alimentação e fardamentos gratuitos. Propõe a gratuidade de transportes entre a residência e a unidade nos operadores públicos ferroviários, rodoviários e fluviais. Propõe o aumento do pré. Propõe a consagração do direito à prestação gratuita de todos os cuidados necessários à saúde e higiene, para além de outras garantias do direito à saúde e de protecção contra acidentes. Prevê o alargamento do direito dos jovens à informação sobre o SMO designadamente sobre os seus direitos e deveres. Propõe a criação da possibilidade de opção pelo ano da incorporação a manifestar no acto de recenseamento. Prevê a existência de mecanismos de recurso em relação à decisão que recuse o estatuto de amparo. Prevê a criação de mecanismos que facilitem o prosseguimento dos estudos por parte de jovens em cumprimento do SMO, bem como de um sistema de equivalências entre os cursos ministrados nas Forças Armadas e cursos similares ministrados em estabelecimentos de ensino oficial. Propõe a criação de sistemas que garantam a transparência e a segurança da instrução. Propõe-se assegurar condições para ocupação dos tempos livres e propõe a criação de um sistema de colaboração e participação.

Este sistema destina-se a colaborar com o comando para garantir as condições de bem-estar no âmbito da instrução, alimentação, higiene e ocupação de tempos livres, bem como para propiciar a valorização social, cultural, desportiva e profissional dos militares.

Este sistema não contradiz nem

põe em causa o comando nem a sua cadeia hierárquica. Visa, ao contrário, em conjugação com o comando, propiciar um maior aproveitamento da capacidade de iniciativa dos jovens na criação de uma maior eficácia e melhores condições do Serviço Militar.

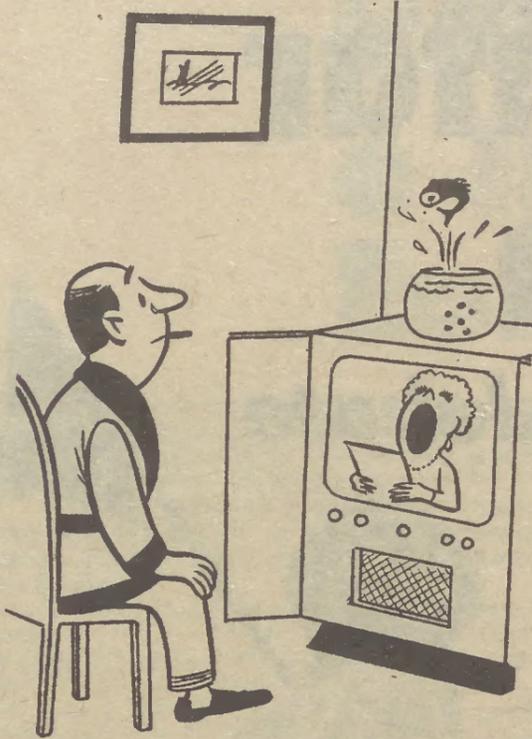
Com o sistema de colaboração e participação nos termos em que o PCP o propõe, ganham os jovens e ganham as Forças Armadas, como demonstram experiências positivas já verificadas em outros países. É melhor organizada a ocupação de tempos livres, é valorizado o sentido de responsabilidade dos jovens e é combatida a ociosidade, com todos os benefícios que daí decorrem.

Algumas palavras finais acerca de um outro Projecto de Lei apresentado pelo PCP que propõe a criação de um Conselho para o Serviço Militar Obrigatório.

Trata-se de um órgão independente da Administração Militar, com forte representação juvenil, destinado a proporcionar uma maior participação da juventude no aprofundamento do debate sobre todas as questões relacionadas com o SMO nas suas diversas vertentes e designadamente sobre os termos e condições da sua prestação e a sua interligação com os interesses e preocupações gerais dos jovens.

A problemática do SMO tem justamente constituído um pólo de debate entre os jovens. O grande número de entre eles que é chamado a cumpri-lo, a sua diversidade de interesses e de origens sociais e regionais e o papel que a permanência no Serviço Militar exerce na vida dos jovens, torna-o cada vez mais um assunto que não é exclusivamente de âmbito estritamente militar mas algo que diz respeito aos jovens em geral e que se insere no seu quadro natural de preocupações e aspirações.

É sabido o papel activo que os jovens reivindicam justamente no âmbito do processo em curso de reestruturação das Forças Armadas. Porém, o seu papel de parceiros activos não se esgota neste processo. A necessidade sentida pelos jovens, de debater o SMO e o sentido útil do seu cumprimento, vem de antes e irá para além do processo de reestruturação que se aproxima. ■



1.ª Página (1)

O programa «1.ª Página» tem vindo a entrevistar os líderes partidários, em directo, como uma primeira página de um audiovisual como a RTP deve ser oferecida ao público consumidor. Na passada terça-feira foi a vez de Cavaco Silva, na qualidade de presidente do PSD. Só que, como mais tarde o sófístico telejornal mostrou, quando Cavaco Silva entrou nas casas dos portugueses para se confrontar com as perguntas do jornalista estava, ao mesmo tempo, a jantar com a rainha Beatriz da Holanda. É evidente que se tratou de um «directo» gravado com a devida antecedência que as obrigações governamentais de Cavaco Silva impuseram. O homem não é ubíquo. Apenas obliquo.

Poluições

Vale a pena apreciar uns extractos de uma saborosa peça assinada por Bernard Maris no «Le Monde» e publicada em exclusivo pelo «Diário de Lisboa» sob o título «Ecologismo, o estádio mais desenvolvido do capitalismo». Ora vejam: (...) Aliás, já não há operários. A grande descoberta contemporânea é a formidável explosão da classe média. Acabaram os debates hegelianos, com a divisão entre os nobres, camponeses,

burgueses, proletários. Encontrou-se, finalmente, a síntese... E o homem novo, conforme a profecia, é o pequeno consumidor socialista: bebe em Moscovo o que se fabrica em Nova Iorque. O socialismo da Coca Cola vale por todos (...) Não é, pois, de surpreender que a Química, depois de ter destruído a Natureza, a venha proteger. A Química foi consagrada — melhor dizendo, autoconsagrada — santa padroeira dos peixinhos. É verdade que não sabe ao certo se deve fosfatar ou retirar o fosfato dos rios, mas em ambos os casos é visível a sua boa vontade. De qualquer modo polui e despolui, de modo que pode calcular a taxa de poluição que lhe permita maximalizar os lucros da despoluição (...)

Cavaco na RTP: a «cassete» habitual e a promessa de uma «luta» ... (2)

Cavaco Silva, o Primeiro-Ministro e o líder do PSD foram à «Primeira Página», terça-feira, à noite, na RTP-1. Expressões do tipo «eu fiz», «eu consegui», «eu realizei», «eu» isto, «eu» aquilo marcaram um discurso demagógico, repetitivo e eleitoralista até dizer chega.

Pontos Cardeais

Para o lado foram «caindo» questões concretas como a actuação do Secretário de Estado das Finanças ou o «caso Costa Freire». Ora dizendo nada, ora «branqueando» situações graves e complexas, o Primeiro-Ministro «despejou» perante o pequeno ecrã uma mensagem vazia, repleta de auto-elogios com algumas promessas pelo meio. Digno de nota, para já, um receio do PM quanto às eleições legislativas de 1991. Cavaco atrapalhou-se e confessou que não sabe se vai ganhar... O voto dos portugueses é que vai decidir — lembrou. Crespo questiona-o sobre essa incerteza. Então, sorridente, Cavaco garante que vai «lutar» para ganhar essas eleições. E aí, sim, o grande momento da morna entrevista televisiva. Ao ameaçar «lutar» para vencer as legislativas de 91, Cavaco «descaiu-se» ... O governante laranja prometeu (ameaçou) publicamente com algo que já conhecemos de outras ocasiões: usar o aparelho de Estado para uma campanha eleitoral a sério que vem aí

não tarda muito. Neste caso, a promessa cavaquista é para cumprir...

RTP: ameaças e fuga ao diálogo

Bem ao jeito de outros tempos, o Conselho de Gerência da RTP continua a política de ameaças a trabalhadores, com o argumento da exclusividade (que, como se sabe, não é para todos...). Agora, mais cinco trabalhadores (jornalistas, locutores de continuidade e um autor de programas infantis) foram abordados pelo Conselho de Gerência por escrito. A ameaça lá está preto no branco. Entretanto, uma solicitação do Sindicato dos Jornalistas para uma reunião sobre o assunto não mereceu da parte da administração da RTP uma resposta positiva. Não contente com a perseguição, os gestores da 5 de Outubro optam também pela recusa ao diálogo. Onde é que se terão inspirado?...



Gazetilha

por **Ignotus Sum**

Não acham?

Montada na recessão a Thatcher foi-se embora. Ó Cavaco!, então! O aluno deve seguir a professora...

Reflexão

As vezes não importa ser. Importa ter pois a verdade é que o ter dá os contornos ao ser. E aqui me quero deter é o bastante para conhecer...

Ai quantos, quantos para ter deixam de ser, ou voltam a ser o que eram antes de parecer...

É natural

As fraudes na Saúde são coisas naturais. E antes que o poder mude que virá mais?

Fraudes na massa comunitária são coisas naturais. E antes que o PSD saia da área que virá mais?

Fraudes fiscais. E então? São coisas naturais. E antes que Cavaco suba no balão que virá mais?

Sujas operações não-de vir muito mais. Para o corrupto, as corrupções são coisas naturais...

Quanto mais se abaixam...

O grupo era um grupo pobretão. Poucos sócios, indiferença tamanha. Vai daí, fizeram uma fundação vinham fundos sem fundo da Alemanha...

Tem uma fundação o CDS. Tem uma fundação o PS. Tem uma fundação o PSD. Tem uma fundação a UGT...

Fundos, fundinhos, fundação e fundações: acho uma graça a certas expressões...

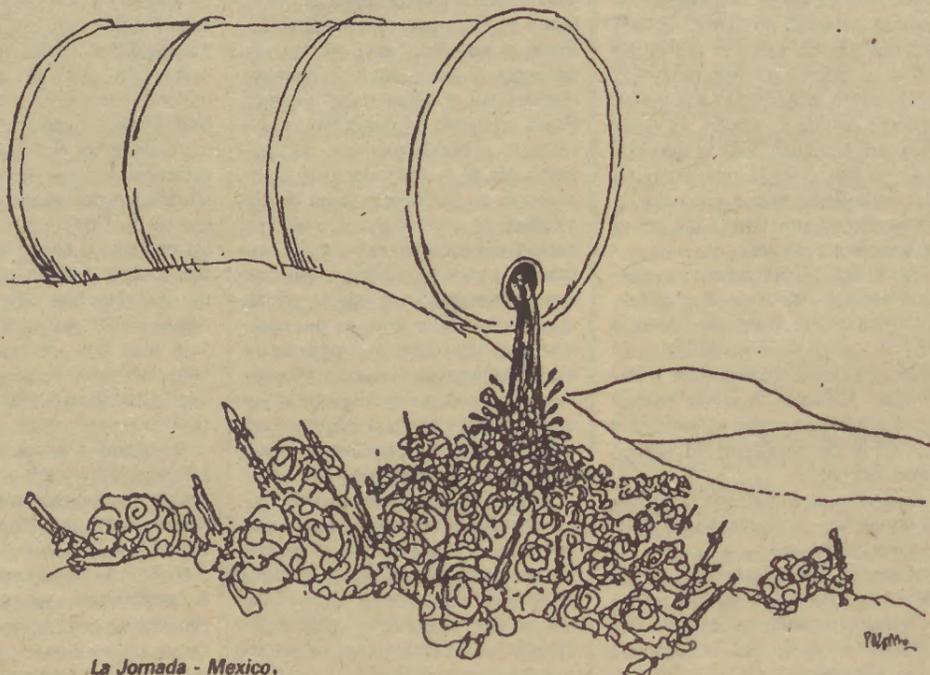
PS, CDS, PSD lépidos, encaixam e quanto mais se abaixam mais a Fundação se vê...

A economia deles

Enfim, há certas coisas que... Eu cá tenho da rima, bem, alguma pista mas há coisas que eu cá... Pra já não sou, aqui declaro, economista. Por isso eu, que tudo escuto e vejo, afloro, ignoro, aflijo-me -gaguejo...

Disse Cavaco (disse, ouvi-o eu!) que a economia do país cresceu, que está tudo bem mais desenvolvido, etc., a CEE, pois com certeza. Mas como perceber todo o sentido do aumento das bolsas de pobreza com esse grande desenvolvimento? Se o número de pobres teve aumento como é que foi tão boa a economia?

Um verso acusador encerra esta poesia.



La Jornada - Mexico.

Agenda

Avante!

Ano 60 - Série VII
N.º 884

29 de Novembro de 1990

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Distrito de Setúbal

Assembleia da ORS

Assembleias Plenárias para discussão do projecto de Resolução Política e eleição de delegados:

Dia 29

ALMADA
Célula dos trabalhadores da autarquia - 18.00, CT concelhio.
Célula da Lisnave - 18.00, CT concelhio.
Célula da AIPICA - 21.30, CT concelhio.

BARREIRO
Organização de freguesia de Palhais - 21.00.

PALMELA
Células de empresa de Pinhal Novo - 18.00, CT Pinhal Novo.

SANTIAGO DO CACÉM
Organização de freguesia de S. Domingos - 20.30, CT;
Organização de freguesia de Sto. André - 20.30, CT.

ALCOCHETE
Organização de freguesia de S. Francisco - 21.00.

SETÚBAL
Organização de Valfrio - 18.30, CT;
Células da Inapa e Oleos Vegetais - 21.00, CT;
Célula da RN/Setúbal - 21.00, CT.

Dia 30

SETÚBAL
Células da Movauto, Setubauto e Tecnimetal - 18.30, CT;
Células da Sécil e Iola - 18.00, CT;
Células da EDP e CTT - 18.30, CT;
Organização de freguesia de S. Sebastião - 21.00;
Organização de freguesia do Sado - 21.00, CT Praias do Sado;
Comissão Local de Pontes - 21.00;
Organ. Quadros Técnicos e Intelectuais - 21.00, CT DORS.

SESIMBRA
Organização de freguesia de Santiago - 21.00, CT concelhio.

ALCOCHETE
Organização de freguesia de Alcochete - 21.00, CT;
Organização de freguesia de Samouco - 21.00, CT.

SANTIAGO DO CACÉM
Diversas organizações (Sta. Cruz, S. Francisco, Ensino, RN, CTT, eleitos e trabalhadores da Câmara).

MONTIJO
Organização de freguesia e Diversos - 21.00, CT concelhio.

BARREIRO
Organização de freguesia de Colna - 21.00.

ALMADA
Organização de freguesia de Almada - 21.00, CT Alberto Araújo;
Organização de freguesia do Laranjeiro - 21.30, CT;
Organização local de Chegadoinho - 21.30, CT do Laranjeiro;
Organização de freguesia de Monte da Caparica - 21.30, CT;
Organização local de Pia/Raposo - 21.30, CT Monte da Caparica;
Organização de freguesia do Pragal - 21.30, CT.

Dia 1

ALMADA
Organização de freguesia de Cova da Piedade - 16.00, CT concelhio;
Organizações da freguesia de Charneca e Vale Fetal - 15.00, CT da Charneca da Caparica;
Conjunto de várias organizações - 14.30, CT concelhio.

BARREIRO
Organização de freguesia de Lavradio - 16.00;
Organização de freguesia de Sto. António - 15.30;
Organização de freguesia do Barreiro - 16.00;
Sector sindical da ORS - 10.00, CT Barreiro.

SANTIAGO DO CACÉM
Organização de freguesia de S. Bartolomeu - 15.00, no Salão de Convívio;
Organização de freguesia do Cercal - 21.00, CT.

MONTIJO
Organização de freguesia de Pegões - 16.00.

SESIMBRA
Organização de freguesia de Castelo - 21.00, Biblioteca do Zambujal.

SETÚBAL
Várias células (Bancários, Cootset, Sta. Casa, D. H. Mental, H. D. Setúbal, H. Outão, Trab. Sindicais, Empr. Comércio, Torralta, Hotel Bragança, CRSS, JAPS, F. Pública, Saúde/F. P., Comerc. Centro) - 15.00, CT;
Organização de freguesia de Anunciada - 15.00, CT;
Organização de freguesia de S. Lourenço e S. Simão - 15.00, na CCDBA-Brejos de Azeitão;
Célula da Sapec - 21.00, CT Praias do Sado.

Dia 2

SANTIAGO DO CACÉM
Organização de freguesia de Ermidas - 15.00, Junta de Freguesia.

PALMELA
Organização local de Brejos do Assa - 17.00.

Dia 3

SETÚBAL
Várias células (Ariston, Mague, Tcnitools, Custódio Sérgio, Clérigos) - 18.30, CT;
Com. Conc. de Setúbal - 21.00, CT.

GRÂNDOLA
Organização local de Canal Caveira - 20.30, CT.



Assembleias das Organizações Regionais do PCP

Esta semana:

ÉVORA 2.ª Assembleia da ORE

Sábado, no Palácio D. Manuel.
Sessão pública de encerramento às 18.00 com intervenções de Álvaro Cunhal e Carlos Carvalhas

SANTARÉM 3.ª Assembleia da ORSA

Sábado, no Teatro Sá da Bandeira.
Sessão de encerramento às 18.00

BEJA 2.ª Assembleia da ORBE

Domingo, na Casa da Cultura.
Sessão pública de encerramento às 17.00 com participação de Carlos Carvalhas

Portugal pode ser Melhor!



Carlos Carvalhas

Quinta-feira, 29

Portalegre

- Visita ao Centro de Saúde e à Câmara Municipal de Campo Maior; visita à empresa Delta
- Almoço com apoiantes em Elvas (restaurante «Elvense»)

- Encontros em Portalegre: com Rádios Locais da zona, no restaurante «O Abrigo» (às 17.00), e com apoiantes, num jantar durante o qual será apresentada a Comissão de Apoio à Candidatura no Distrito de Portalegre (a partir das 19.30, no restaurante «Churrasqueira Maurício»)

Sexta-feira, 30

Lisboa

- Comício no Cinema Império, em que também participa o camarada Álvaro Cunhal (às 21.30)

Sábado, 1

Évora

- Participação na Assembleia da Organização Regional de Évora. Intervenção na sessão pública de encerramento (às 18.00)
- Jantar com apoiantes na Escola Secundária de Estremoz

Domingo, 2

Portel

- Almoço com apoiantes, às 12.30

Beja

- Participação na Assembleia da Organização Regional de Beja, em cuja sessão pública de encerramento (às 17.30, na Casa da Cultura) fará uma intervenção

Muitos falam em liberdade, igualdade, fraternidade, solidariedade, justiça social, direitos do Homem. Mais importante é a coerência entre actos e palavras. É dar a coesão visível a um compromisso real na vida quotidiana e nas soluções políticas.

A candidatura promovida pelo PCP quer dar voz a uma vasta corrente de opinião que partilha da esperança e da vontade da construção de uma alternativa democrática. Pretende contribuir para o debate de ideias sobre os grandes problemas da sociedade portuguesa, sobre o estatuto e a função do Presidente da República.

Afirmamos uma sólida convicção e testemunhamos um imenso empenho: Nos anos 90 Portugal pode, deve e tem de ser melhor!

Carlos Carvalhas

Distrito de Aveiro

Assembleia da ORA

Assembleias Plenárias preparatórias, com eleição de delegados:

Dia 29

OVAR
Organização de Ovar - 21.30, CT.

VAGOS
Mililitantes da organização concelhia (reunião) - 21.30.

Dia 30

ÁGUEDA
Organizações concelhias de Águeda, Oliveira do Bairro e Sever do Vouga - 21.30, CT de Águeda.

AVEIRO
Várias células de empresa (Renault, Portucel, Casal, Paula Dias, EDP, CTT e SMA) - 21.00, CT.

ESTARREJA
Organizações concelhias de Estarreja e Murtosa - 21.30, CT de Estarreja.

FEIRA
Agrupamento A de organizações de freguesia de Sta. Maria da Feira (S. Paio de Oleiros, Nogueira da Regedoura, Mozelos)/2ª parte da Assembleia - 21.00, Escola Velha do Arraial de S. Paio de Oleiros.
Agrupamento C de organizações de freguesia de Sta. Maria da Feira (Feira, S. João de Ver, Fornos, Escapães, Espargo, Mosteiro, Travanca, Sanfins e Fornos) - 21.00, CT de Sta. Maria da Feira.

OLIVEIRA DE AZEMÉIS
Organização concelhia - 21.00, CT.

Dia 1

ALBERGARIA-A-VELHA
Organização concelhia - 15.30, Escola Primária do Tribunal.

ANADIA
Organização concelhia - 21.00, CT da Mealhada

ESMORIZ
Organizações de freguesia do norte do concelho de Ovar - 21.30, Esc. Primária nº 4 da Relva

FEIRA
Agrupamento D de organizações de freguesia de Sta. Maria da Feira (Fiães, Argoncilhe, Lourosa, Caldas de S. Jorge, Sanguedo, Lobão, Canedo, Gião, Guisande, Vale e Vila Maior) - 10, Junta de Freguesia de Fiães (continuação da Assembleia).

OVAR
Organizações de empresa de Ovar - 15.00, CT.

S. JOÃO DA MADEIRA
Organizações concelhias de S. João da Madeira, Arouca e Vale de Cambra - 15.00, CT de S. João da Madeira, seguindo-se jantar-convívio. Participa o camarada Sérgio Teixeira.

Dia 2

CASTELO DE PAIVA
Organização concelhia - 10.00.

(Continua na pág. 3)

TV O Programa

Quinta 29

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.55 - Culinária
- 12.10 - Top Model (26º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Bairros Populares de Lisboa - Alto de S. João
- 14.00 - Primeira Matinée - «Intriga em Família», real. Alfred Hitchcock (EUA/1976, 120 min.)
- 16.05 - Ponto Por Ponto
- 16.50 - Cidades com Metro (11º epis.)
- 17.15 - Brinca Brincando
- 18.15 - Rua Sésamo
- 18.40 - Roda da Sorte (concurso - 54ª sessão)
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Tieta (24º epis.)
- 21.25 - Euronico



- 22.15 - Twin Peaks (2º epis.)
- 23.10 - 24 Horas
- 23.40 - Boletim meteorológico
- 23.45 - Remate

RTP2

- 11.00 - Mira Rádio
- 12.00 - A Força Astral (1º epis.)
- 12.40 - Filhos e Filhas (609º epis.)
- 13.05 - Jerry Lewis (11º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 15.55 - Aventura (11º epis.)
- 16.20 - A Ilha das Borboletas (5º epis.)
- 16.45 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.35 - O Menino Doutor (22º epis.)
- 19.00 - Ti-ti-ti (73º epis.)
- 19.25 - Circo
- 19.45 - Via Rápida
- 20.00 - Magazine Reglões
- 20.45 - Dick Tracy (46º epis.)
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Dramazine especial
- 21.55 - Fora de Jogo



- 22.55 - Cineclube - «Uma Questão de Vida ou de Morte», real. Michael Powell e Emeric Pressburger (GBR/1946, 100 min.)
- 00.40 - Boletim meteorológico

Sexta 30

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.55 - Culinária
- 12.10 - Top Model
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Clubíssimo
- 14.30 - Primeira Matinée - «FM», real. John A. Alonzo (EUA/1978, 95 min.)
- 16.10 - Ponto Por Ponto
- 16.50 - Transantártica (4º epis.)
- 17.15 - Brinca Brincando
- 18.15 - Rua Sésamo
- 18.45 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Tieta
- 21.30 - Sessão da Noite - «Gremilins, o Pequeno Monstro», real. Joe Dante (EUA/1984, 102 min.)
- 23.30 - Chefe, Mas Pouco (42º epis.)
- 24.00 - 24 Horas
- 00.30 - Boletim meteorológico
- 00.35 - Remate
- 01.25 - Pela Noite Dentro - «Sexta-Feira, 13» (11º epis.)

RTP2

- 11.00 - Mira Rádio
- 12.00 - Universo Juvenil (2º epis.)
- 12.25 - Documnetário
- 12.40 - Filhos e Filhas
- 13.25 - Armação Ilimitada (18º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 15.55 - O Mundo do Coral (2º epis.)
- 16.20 - Novos Horizontes
- 16.45 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.35 - Charlot
- 19.00 - Ti-ti-ti
- 19.25 - Circo
- 19.45 - Via Rápida
- 20.00 - Nunca Mais é Sábado
- 20.45 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - A Tenda dos Milagres (11º epis.)
- 22.10 - Rotações
- 23.10 - Pop-Off



- 23.35 - As Teias da Lei (4º epis.)
- 00.25 - Boletim meteorológico

Sábado

RTP1

- 09.00 - À Mão de Semear
- 09.25 - Canal Jovem

RTP2

- 13.00 - Encontro à Uma
- 13.55 - Os Melhores Anos (11º epis.)
- 14.20 - The Wall (2ª parte)
- 15.15 - Grandes Viagens (2º epis.)
- 16.10 - Desenhos Animados
- 16.20 - Primeira Matinée - «Duelo ao Sol», real. King Vidor (EUA/1947, 129 min.)
- 18.30 - Fogo Grego (5º epis.)
- 19.00 - Hooperman (11º epis.)
- 19.25 - Tver
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.30 - Napoleão e a Europa (4º epis.)
- 22.30 - Casa Cheia (concurso - 10ª sessão)
- 23.20 - Tanamera (série, 1º epis.)
- 00.20 - Última Sessão - «Viagens Alucinantes», real. Ken Russell (EUA/1980, 98 min.)

RTP2

- 09.00 - Circo
- 10.15 - Fora de Horas
- 10.55 - National Geographic (17º epis.)
- 11.50 - Forum Musical
- 13.05 - Agarra o 2
- 14.05 - Cine-Sábado - «Piratas», real. Roman Polanski (Fr/1986, 119 min.)
- 16.00 - Estádio
- 18.30 - Jornal Fim-de-Semana
- 19.00 - Arca de Noé (concurso - 11ª sessão)
- 19.45 - Clube Paraíso (3º epis.)
- 20.35 - Tauromaquia
- 21.00 - Estádio
- 23.30 - Cole Porter - «Red Hot & Blue»
- 01.10 - O Decálogo (10º epis.)
- 02.05 - Boletim meteorológico

Domingo

RTP1

- 09.00 - Canal Jovem
- 11.30 - Missa
- 12.25 - 70x7
- 13.00 - Notícias
- 13.15 - Os Gophers (11º epis.)
- 13.40 - Fronteiras (3º epis.)
- 14.30 - Mapa Cor de Rock
- 15.20 - Primeira Matinée - «Fuga no Século XXI», real. Michael Anderson (EUA/1976, 113 min.)
- 17.20 - Que Família! (9º epis.)
- 17.45 - Regresso ao Passado (11º progr.)
- 18.55 - McGyver (23º epis.)
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.45 - Boletim Meteorológico

- 21.00 - Kananga do Japão (11º epis.)
- 22.30 - Domingo Desportivo
- 23.55 - Controvérsias

Segunda

RTP2

- 09.00 - Outras Músicas
- 11.00 - Caminhos
- 11.30 - Agarra o 2
- 12.30 - Competir
- 13.00 - Troféu
- 18.05 - Vida Nova (11º epis.)
- 19.00 - Nós 2
- 20.00 - A Embaixada em Londres (série, 1º epis.)
- 20.50 - Palavra Puxa Palavra (concurso - 10ª sessão)
- 21.35 - Artes e Letras - «A História de Cole Porter»
- 22.25 - Noite de Cinema - «Lili Marleen», real. Rainer Werner Fassbinder (RFA/1980, 111 min.)

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.45 - Culinária
- 12.05 - Top Model
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Pisca Pisca (série portuguesa em repetição - 1º epis.)
- 14.25 - Primeira Matinée - «Operação Golfinho», real. Mike Nichols, intérpr. George C. Scott, Paul Sorvino (EUA/1973, 104 min.)
- 16.05 - Ponto Por Ponto
- 17.00 - Maravilhas do Mundo Selvagem
- 17.20 - Brinca Brincando
- 18.15 - Rua Sésamo
- 18.50 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Tieta
- 21.10 - Desenhos Animados
- 21.20 - Alf
- 21.50 - O Preço Certo (concurso)
- 23.15 - O Céu Como Horizonte (8º epis.)
- 00.20 - 24 Horas
- 00.55 - Remate

RTP2

- 12.00 - Johnny Quest
- 12.25 - Curso de Línguas - Inglês
- 12.40 - Filhos e Filhas
- 13.05 - Arsénio Hall (11º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 15.55 - Maravilhas do Planeta
- 16.45 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - Fora de Horas
- 18.55 - Ti-ti-ti
- 19.20 - Circo
- 19.40 - Via Rápida



- 19.50 - Clássicos da TV - «O Polvo»



- 20.45 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Informação Especial
- 22.20 - Teatro Estrangeiro - «Cymbeline», adaptação da peça de Shakespeare, realização TV de Elijah Moshinsky
- 01.20 - Boletim meteorológico

Terça

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.45 - Culinária
- 12.05 - Top Model
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Pisca Pisca
- 14.40 - Primeira Matinée -



Filmes

- «Intriga em Família» - 5ª, 14.40, RTP-1
- «Uma Questão de Vida ou de Morte» - 5ª, 22.55, RTP-2
- «FM» - 6ª, 14.30, RTP-1
- «Gremilins, o Pequeno Monstro» - 6ª, 21.25, RTP-1
- «Os Piratas» - sáb., 14.05, RTP-2
- «Duelo ao Sol» - sáb., 16.20, RTP-1
- «Viagens Alucinantes» - sáb., 00.20, RTP-1
- «Fuga no Século XXI» - dom., 15.20, RTP-1
- «Lili Marlene» - dom., 22.25, RTP-2
- «Operação Golfinho» - 2ª, 14.25, RTP-1
- «Desejo de Mulher» - 3ª, 14.40, RTP-1
- «Assalto na Noite» - 3ª, 21.55, RTP-2
- «Ela com Eles, Eles contra Ela» - 4ª, 14.30, RTP-1
- «Os Dias da Rádio» - 4ª, 21.40, RTP-1

Teatro

- Segunda
- 22.20 - RTP-2: «Cymbeline»

Música

- Quinta
- 19.45 - RTP-2: Via Rápida

Sexta

- 19.45 - RTP-2: Via Rápida
- 23.10 - RTP-2: Pop-Off

Sábado

- 11.50 - RTP-2: Forum Musical
- 14.20 - RTP-1: The Wall-II
- 23.30 - RTP-2: Cole Porter - «Red, Hote & Blue»

Domingo

- 09.00 - RTP-2: Outras Músicas
- 14.30 - RTP-1: Mapa Cor de Rock

Segunda

- 19.40 - RTP-2: Via Rápida

Terça

- 13.05 - RTP-2: Variedades no teatro Apollo
- 19.40 - RTP-2: Via Rápida

Quarta

- 19.40 - RTP-2: Via Rápida

Desporto

- Remate - RTP-1, 5ª (23.45), 6ª (00.35), 2ª (00.55), 3ª (00.35), 4ª (00.10)
- Rotações - RTP-2, 6ª, 22.10
- Estádio - RTP-2, sáb., 16.00 e 21.00
- Domingo Desportivo - RTP-1, 22.30
- Troféu - RTP-2, dom., 13.00



«Desejo de Mulher», real. Douglas Sirk, intérpr. Barbara Stanwyck, Richard Carlson (EUA/1953, 70 min.)

- 16.05 - Ponto Por Ponto
- 16.50 - O Mundo (12º epis.)
- 17.20 - Brinca Brincando
- 18.15 - Rua Sésamo
- 18.50 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Tieta
- 21.10 - Desenhos Animados



- 21.20 - Modelo e Detective (11º epis.)
- 22.15 - Primeira Página
- 23.30 - Allô, Allô (12º epis.)
- 00.00 - 24 Horas
- 00.35 - Remate

RTP2

- 12.00 - Os Novos Caça-Fantasmas
- 12.25 - Curso de Línguas - Alemão
- 12.40 - Filhos e Filhas
- 13.05 - Variedades no Teatro Apollo de Harlem (série, 1º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 15.55 - Viajando pelo Mundo (12º epis.)
- 16.20 - Os Henderson (14º epis.)
- 16.40 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - Tribunal de Júri (3º epis.)
- 18.55 - Ti-Ti-Ti
- 19.20 - Circo
- 19.45 - Via Rápida
- 19.55 - Clássicos da TV - «O Polvo»
- 20.45 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Cinemazine
- 21.55 - Cinemadois - «Assalto na Noite («Dudes»), real. Penelope Spheeris (EUA/1987, 97 min.)
- 23.10 - Universidade Aberta
- 23.35 - Boletim meteorológico

Quarta

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.45 - Culinária
- 12.05 - Top Model
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Pisca Pisca
- 14.30 - Primeira Matinée - «Ela com Eles, Eles contra Ela», real. Lee Philips (EUA/1984, 96 min.)
- 16.05 - Ponto Por Ponto
- 16.50 - O Corpo Humano (12º epis.)
- 17.20 - Brinca Brincando
- 18.15 - Rua Sésamo
- 18.50 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Tieta
- 21.10 - Desenhos Animados
- 21.20 - Vamos Jogar no Totobola
- 21.40 - Lotação Esgotada - «Os Dias da Rádio», real. Woody Allen (EUA/1987, 84 min.)
- 23.35 - 24 Horas
- 00.10 - Remate

RTP2

- 12.00 - Os Centuriões
- 12.25 - Curso de Línguas - Inglês
- 12.40 - Filhos e Filhas
- 13.05 - Lutar para Vencer (6º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha
- 15.55 - Açores - Gente Nossa
- 16.55 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - Rainha de Beleza (2º epis.)
- 18.55 - Ti-Ti-Ti
- 19.20 - Circo
- 19.40 - Via Rápida
- 19.50 - Clássicos da TV - «O Polvo»
- 20.45 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Emoções
- 21.55 - Joaquim Letria
- 23.30 - Xingu (11º epis.)
- 00.15 - Boletim Meteorológico

Teatro

O Cartaz

LISBOA, Praça de Espanha. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **Sala Nova - O Estrangeiro em Casa**, de Richard Demarcy, encen. João Mota. **Sala 1 - Um Elétrico Chamado Desejo**, de Tennessee Williams, encen. João Mota. **1º Acto**, Algés. De 3ª a dom. às 21.30. **S'Ítores**, de John Godber, encen. Melinda Mourão, pelo grupo Locomotiva. **Teatro Aberto**, Praça de Espanha. 4ª e 6ª às 21.45, sáb. às 16. **Locos por Amor**, de Sam Shepard, encen. João Lourenço. 5ª e sáb. às 21.45, dom. às 16. **Desejo Sob os Ulmeiros**, de Eugene O'Neill, encen. João Lourenço.

Teatro do Bairro Alto, R. Ten. Raul Cascais. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **Muito Barulho Por Nada**, de Shakespeare, encen. Luis Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia. **Teatro Capitólio**, Parque Mayer. De 2ª a 6ª às 20.30 e 22.45, dom. às 16 e 21.30. **Al Cavaquinho**. **Teatro da Graça**, Trav. S. Vicente, 11. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **Quem Tem Medo de Virgínia Woolf?**, de Edward Albee, encen. Fernanda Lapa. **Teatro Maizum**, Rua Poais de S. Bento, 75. De 3ª a sáb. às 21, dom. às 16. **A Teia**, de Graça Gonçalves, encen. Silvína Pereira.

Teatro Maria Vitória, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e às 23, ao dom. também às 16. **Vitória! Vitória!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro. **Teatro Nacional D. Maria II**, Rossio. De 3ª a dom. às 19.30. **Vincent**, de Leonard Nimoy, encen. António Feio, intérpr. Virgílio Castelo. **Teatro Villaret**, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3ª a dom. às 20.30, sáb. e dom. também às 16. **Os Bancários Também Têm Alma**, comédia musical, adaptação de R. Solnado e A. Cortez. *Para crianças*

TIL, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16. **Feliz Aniversário**, de Fernando Gomes, pelo Teatro Infantil de Lisboa (até 25/11). **Teatro de Animação**, Rua Prof. Santos Lucas, 36. Sáb. às 16; dom. às 11. **Cada Macaco no seu Galho**, pelo Grupo Os Papa-Léguas. **ALMADA** **Teatro Municipal de Almada**. 6ª e sáb. às 21.14, dom. às 16.30. **Felicidade e Erva Doce**, de Peter Shaffer, encen. Joaquim Benite. **Sala Estúdio** - 3ª a sáb. às 19.00, dom. às 15. **Amor a Quanto Obrigas**, de Gil Vicente, encen. Joaquim Benite - Pelo Teatro de Almada.

Cinema A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Fantasia	—	—	★★★★	★★★★★
B	Non ou A Vã Glória de Mandar	★★★	★★★★	—	★★★
C	Henry e June	—	★★	★★	★★★
D	O Expresso dos Malditos	—	★★	—	★★
E	Tudo Bons Rapazes	—	★★	★★★★	—

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Walt Disney — Forum Picoas/2 (13.30, 15.30, 17.45, 19.45, 22.00), King Triplex/1 (13.30, 15.30, 17.45, 19.45, 22.00) — Lisboa.
- B — Real. Manoel de Oliveira — Forum Picoas/1 (13.30, 15.30, 17.30, 19.45, 22.00); Lisboa.
- C — Real. Philip Kaufman — Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); São Jorge/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Amoreiras/4 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Mundial/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45); Sétima Arte (14.45, 17.00, 19.00, 21.45, 23.45) — Lisboa.
- D — Real. Peter Hyams — Nimas (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- E — Real. Martin Scorsese — Alfa/2 (13.30, 16.15, 19.00, 21.45, 00.30), Amoreiras/6 (13.45, 16.30, 19.00, 21.45, 24.00), Fonte Nova/1 (14.00, 16.40, 19.15, 21.45), Quarteto/2 (14.15, 17.00, 20.00, 22.30) — Lisboa.

Exposições

LISBOA
Alfredo Luz - «Sons da Terra», pintura. Galeria S. Francisco, Rua Ivens, 40 (até 10/11)
Alice Vinhas - Desenho. Galeria Leo, Trav. da Queimada, 48. De 2ª a sáb. das 14.30 às 19.30 (até 8/11)
André Gomes - Fotografia. Galeria Diferença, Rua S. Filipe Nery, 42. De 3ª a 6ª das 15 às 20; sáb. das 16 às 20 (até 17/11)
Anibal Sequeira - «A Substância e a Forma», retrospectiva de fotografia. Mãe de Água das Amoreiras, Praça das Amoreiras, 10. De 3ª a 6ª das 14 às 19, sáb. e dom. das 10 às 13 e das 15 às 20 (até 31/10)
António Sena - «Obras sobre papel» (retrospectiva). Galerias de Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 11/11)
Carlos Moura - Agualelas. Livraria Barata, Av. Roma, 11. De 2ª a sáb. das 12 às 23 (até 10/11)
Clementina Duarte - «25 Anos de Jóia Brasileira». Centro de Arte Moderna, R. Dr. Nicolau Bettencourt. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 4/11)
Costa e Silva - Desenho e pintura. Voz do Operário, Rua Voz do Operário, 13. De 2ª a 6ª das 14 às 20, sáb. das 15 às 19 (até 3/11)
Desenhar a Revista - Cenários e figurinos para o Teatro de Revista (de 1900 a 1960). Museu do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17
D. João Veio Abastecimento de Água a Lisboa - biblió-icónográfica, com os planos e projectos do Aquecedo das Águas Livres e obras de arte que inspirou. Palácio Galveias, Campo Pequeno. Das 14 às 19 (até 31/12)
Espiga Pinto - Pintura. Galeria Holly, Lg. da Trindade, 17. De 3ª a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30; 2ª das 15 às 19.30 (até 17/11)
Francisco Laranjo - Pintura. Galeria Nasoni, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 9. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 15 às 19

Gabriela Albergaria - Pintura. Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3ª a dom. das 15 às 19.30 (até 25/11)
Guilherme Parente, Boavida Amaro e José de Azevedo - Pintura. Galeria L190, Av. da Liberdade, 190, c/v, Esq. De 2ª a 6ª das 15 às 20 (até 26/11)
Guilma - Pintura. Galeria DN, Rua António Maria Cardoso, 41 (até 5/11)
Jorge Freire - Pintura. Galeria Triângulo 48, Av. Vasco da Gama, 48 (até 10/11)
Kiki Lima - Pintura. Ditec-Espaço Arte, Av. da Igreja, 46-A (até 9/11)
Manuel Oliveira - Pintura. Galeria Arte Bruta, Rua do Século (até 17/11)
María Garnel - pintura. Galeria de Santa Justa, Rua de Santa Justa, 93, 2ª (até fim de Outubro)
Marília Viegas - Desenho e gravura. Cooperativa Gravura, Trav. do Sequeiro, 4. De 2ª a 6ª das 10.30 às 13.30 e das 15 às 19 (até 13/11)
Menez - Pintura. Galeria 111, Campo Grande, 113. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 10 às 13 (até 30/11)
Michelangelo Pistoletto - Escultura. Galeria Cómicos, R. Tenente Raul Cascais, 1-B. (até 24/11)
Nelson Dias - Pintura. Gal. Alfa Mixta, Escolas Gerais, 34. De 3ª a sáb. das 14 às 20 (até 10/11)
«90 Anos de Arte Moderna Portuguesa» (colectiva). Galeria de S. Bento, Rua do Machado, 1. De 2ª a sáb. das 11 às 13 e das 15 às 20

O Objecto - Aspectos do Artesanato e do Design Italiano. Sala do Refeitório do Mosteiro dos Jerónimos (até fim de Outubro)
Pedro Casqueiro - Pintura recente. Módulo, Calçada dos Mestres, 348. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 4/11)
Pedro Proença - Desenho. Galeria Graça Fonseca, R. da Emenda, 26, c/v. De 3ª a sáb. das 15 às 20
Portugal-Brasil: A Era das Descobertas Atlânticas - documental e bibliográfica, constituída por dezenas de peças recolhidas em 11 países. Fundação Gulbenkian, Av. de Berna. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 4/11)
Um Século de Electricidade. Central Tejo, Av. Brasília (Belém). De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 19 (ao sáb. até às 22, ao dom. até às 18). Até ao fim do ano
Tapeçaria do Séc. XVI - Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17
Van Gogh: no centenário da sua morte - bibliográfica. Biblioteca Geral da Fundação Gulbenkian, Av. de Berna
Vitor Fortes - Pintura. Galeria Ygrego, Av. António Augusto de Aguiar, 13. De 2ª a 6ª das 9.30 às 20 (até 10/11)

PORTO
Alberto Pessimio - pintura; Eva de Brito e Cunha - aguarelas e máscaras. Cooperativa Árvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1. De 2ª a 6ª das 9 às 23.30; sáb. das 15 às 19 e das 21.30 às 23.30; dom. das 14.30 às 20.30 (até 13/11)
Espiga Pinto - Pintura e escultura. Galeria Quadrado Azul, R. Costa Cabral, 777, l/8. De 2ª a sáb. das 10 às 12 e das 15 às 22 (até 7/11)
Manuel Amado - Pintura. Nasoni, R. Galeria de Paris, 80. De 2ª a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30; sáb. das 15 às 19.30
Manuel Casimiro - Pintura. Galeria Fluxus, R. do Rosário, 125. De 2ª a sáb. das 15 às 19.30 (até 30/11)

OUTRAS LOCALIDADES
25 de Abril: Memória e Projecto de Um Tempo Recente (exposição integrada nas comemorações dos 700 anos da Universidade de Coimbra). Até 30/11, Pátio da Inquisição, COIMBRA
Exposição Colectiva de Pintura Naturalista. Almadarte, Av. Gen. Humberto Delgado, 3-B, COSTA DA CAPARICA
Luís Azevedo - fotografia (Património Industrial - da pré-industrialização à industrialização do concelho do Seixal). Até 11/11, Molino da Maré, CORROIOS
11ª Salão de Outono. Galeria do Casino Estoril. Todos os dias, das 15 às 24 (até 11/11)
Pintura Portuguesa 1842-1979 (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17 QUELUS
Surrealismo e Não Só - colectiva (obras de Cesariny, Cruzeiro Seixas, Fernando Azevedo, Vespela, João Vieira, Rui Filipe). Galeria Neuperpama, Rua Miguel Bombarda, 15 (até 4/11) TORRESNOVAS



Sara Mendes
João Antas

...e ainda Música, debates, etc.

Solidariedade com a Palestina
 Com o apoio da Câmara Municipal de Setúbal e acolaboração da delegação do OLP, a CGTP-IL está a promover uma **Semana de Solidariedade com a Palestina**, ontem iniciada com uma sessão nos territórios ocupados.

Bancas de Natal
 Assinala-se hoje a abertura de mais algumas bancas de Natal em Centros de Trabalho do PCP.
 Em Algés, por exemplo: brinquedos, livros, artesanato, roupa, bebidas numa «loja» já aberta durante a semana até às 10 da noite. Como em Cascais, na Amadora e em Viseu, também nos Centros de Trabalho.

Em Coimbra a banca de Natal só será inaugurada a 5 de Dezembro mas prolonga-se até ao fim do ano, e promete novidades-peles e couros, designadamente, além do elenco habitual de pratos, brinquedos, bebidas, artesanatos de Portugal, URSS e China.

Agenda Avante!

Ano 60 - Série VII
 N.º 884
 29 de Novembro de 1990
 4.º Caderno
 Não pode ser vendido separadamente

Quinta, 29 Distrito de Lisboa

● MONTIJO
 Reunião sobre Emigração, preparatória do Encontro Nacional que se realiza no dia 15 de Dezembro - às 21.00, no Centro de Trabalho concelhio, com a participação do camarada João Armando, da Comissão para o Trabalho na Emigração.

Assembleias Plenárias para discussão do Projecto de Resolução Política e eleição de delegados:

Dia 29

Sexta, 30

● LISBOA
Comício do PCP no cinema Império, promovido pela DORL, com participação dos camaradas **Álvaro Cunhal** e **Carlos Carvalhas**. As 21.30.

● ÍLHAVO
 Jantar de confraternização com a participação do camarada **Luís Sá** - a partir das 20.00, no restaurante «Carabobo».

LISBOA
 Organização dos Professores - 21.00, CT Vitória;
 Organização dos Quadros Técnicos - 21.00, CT Vitória;
 Indústria Farmacêutica (sector Empresas Centro/Norte) - 19.00, CT Duque de Loulé;
 Gráficos, Empresas Centro/Norte - 19.30, CT Duque de Loulé;
 Célula dos TLP - 19.00, CT António Serpa (só para discussão do Projecto);
 Célula da Marconi - 19.00, CT Santos.

LOURES
 Militantes de Freixial/Bucelas - 21.00, CT do Freixial.

OEIRAS
 Organização local de Leceia - 21.30, CT Oeiras.

SINTRA
 Militantes da freguesia de Colares - 21.30, casa do cam. Gil.

AMADORA
 Célula da Cabos Ávila - 18.00, CT Amadora.

ALENQUER
 Organização de freguesia de Merceana - 21.00.

Sábado, 1

● ÉVORA
2ª Assembleia da Organização Regional de Évora - no Palácio D. Manuel, com início às 9.30.
 Na sessão pública de encerramento, a partir das 18.00, intervenções dos camaradas **Álvaro Cunhal** e **Carlos Carvalhas**.

● SANTARÉM
3ª Assembleia da Organização Regional de Santarém - a partir das 10.00, no Teatro Sá da Bandeira.

● CASCAIS
Plenário de militantes eleitos nas autarquias do concelho de Cascais, para balanço do trabalho no presente mandato, análise de programas eleitorais e prioridades para 1991 - a partir das 15.00, no Centro de Trabalho.

● LISBOA
5ª Assembleia do Sector da Função Pública da ORL - das 10.00 às 19.00, no CT Vitória, com a participação do camarada **José Casanova**.

● MOITA
4ª Assembleia da Organização Concelhia da Moita - a partir das 14.30, no cinema do Centro Comercial das Fontainhas/Vale da Amoreira, com a participação do camarada **Manuel Sobral**.

Domingo, 2

● BEJA
2ª Assembleia da Organização Regional de Beja - na Casa da Cultura, das 10 às 17.00.
 Sessão pública de encerramento da Assembleia, no mesmo local, com início às 17.00. Intervenções dos camaradas **António Murteira** e **Carlos Carvalhas**.

LISBOA
 Célula da Gulbenkian - 18.00, CT António Serpa;
 Célula CM de Lisboa - 19.00, CT Duque de Loulé;
 Sector Serviços/Lisboa (CDL, Caminho, Sismet, Hotéis Ritz, Penta e Sheraton, Regisconta, Siderurgia, Cimpor, Rodrigues & Rodrigues, Braz & Braz, Grandela, Conde Barão, entre outros) - 19.00, CT Duque de Loulé;
 Organizações de freguesia de Arroios, P. França, S. João, Alto Pina - 21.00, CT Arroios;
 Organização de freguesia de Lumiar - 21.30, CT Lumiar;
 Organização dos Hospitais - 17.00, CT Vitória.

Domingo, 2

AMADORA
 Células de empresa (Sotanco, Rank Xerox, Fiat, Supermercados, entre outras) - 18.00, CT Amadora.

LISBOA
 Célula da Gulbenkian - 18.00, CT António Serpa;
 Célula CM de Lisboa - 19.00, CT Duque de Loulé;
 Sector Serviços/Lisboa (CDL, Caminho, Sismet, Hotéis Ritz, Penta e Sheraton, Regisconta, Siderurgia, Cimpor, Rodrigues & Rodrigues, Braz & Braz, Grandela, Conde Barão, entre outros) - 19.00, CT Duque de Loulé;
 Organizações de freguesia de Arroios, P. França, S. João, Alto Pina - 21.00, CT Arroios;
 Organização de freguesia de Lumiar - 21.30, CT Lumiar;
 Organização dos Hospitais - 17.00, CT Vitória.

Domingo, 2

AMADORA
 Células de empresa (Sotanco, Rank Xerox, Fiat, Supermercados, entre outras) - 18.00, CT Amadora.

LISBOA
 Célula da Gulbenkian - 18.00, CT António Serpa;
 Célula CM de Lisboa - 19.00, CT Duque de Loulé;
 Sector Serviços/Lisboa (CDL, Caminho, Sismet, Hotéis Ritz, Penta e Sheraton, Regisconta, Siderurgia, Cimpor, Rodrigues & Rodrigues, Braz & Braz, Grandela, Conde Barão, entre outros) - 19.00, CT Duque de Loulé;
 Organizações de freguesia de Arroios, P. França, S. João, Alto Pina - 21.00, CT Arroios;
 Organização de freguesia de Lumiar - 21.30, CT Lumiar;
 Organização dos Hospitais - 17.00, CT Vitória.

Tempo Fim de Semana



Para sábado e domingo, o INMG prevê céu pouco nublado ou limpo, vento moderado de leste, acentuado arrefecimento nocturno com formação de geada, em especial no interior norte e centro.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

a TV

A estabilidade... da desestabilização

A entrevista de Carlos Carvalhas, na Primeira Página, foi rica de esclarecimentos e de pistas para reflexão.

Nos projectos de luta em conjunto de toda a esquerda. «Os comunistas - disse ele - nunca faltaram ao encontro.»

A propósito da «Casa Comum da Esquerda» a que se referira Jorge Sampaio, mostrou-se igualmente defensor de uma casa comum mas não de uma casa em que uns sejam inquilinos e outros proprietários...

Com uma só estocada, matou o preconceito contra o PCP, segundo o qual os comunistas estão todos de acordo. «Se estivéssemos todos de acordo - disse - não faríamos reuniões...»

Mostrou a necessidade, face à direita, de uma alternativa e não de uma alternância. «Os portugueses - afirmou - não querem mudar de orquestra para ouvir tocar a mesma música...»

Pôs em realce a mentira do desenvolvimentismo à maneira de Cavaco: segundo o Primeiro-Ministro, a riqueza aumentou mas... mas a verdade é que aumentou também a pobreza...

E quanto à estabilidade, em que consiste a estabilidade de Cavaco Silva? Consiste na ausência de diálogo, na repressão das liberdades, direitos e garantias, na precariedade do emprego causadora de instabilidade nas famílias e na sociedade.

De facto, estranho conceito de estabilidade...

Pergunta fora de horas

Uma vez mais veio à baila a ida ou não ida dos comunistas até à boca das urnas.

Pretende-se, com esta insistência paranóica, subestimar a importância da candidatura de Carlos Carvalhas. Porque ninguém de boa-fé acredita que uma decisão desta importância deva responsabilmente ser tomada ainda tão longe da meta.

Podem acontecer tantas coisas nos dias agitados que atravessamos...

A base do apoio perdido

(...) Não há incentivos à modernização das empresas. Muitas dessas verbas foram canalizadas para grandes projectos de investimento estrangeiro.

(...) A indústria portuguesa passa para segundo plano e foi subordinado à atracção do investimento estrangeiro a qualquer preço.

(Quanto às privatizações)... O que no fundo se está a passar é uma transferência progressiva e agora muito acelerada dos nossos centros de decisão, para o estrangeiro.

As palavras transcritas, pelo que revelam de uma situação tão grave para a independência do país, foram proferidas por...

- Por Carlos Carvalhas... - dirá o leitor.

Não foi. Pertencem a Pedro Ferraz da Costa, no **Tempo de Antena** da CIP.

Não foi, mas poderia ter sido. Ou por mim. Ou por qualquer cidadão atento. A transcrição serve para mostrar como se reduziu a base social de apoio do PSD siderado, perdão!, liderado por Cavaco.

Tudo mal na agricultura

Mais algumas transcrições:

Inundaram o nosso país com a importação de fruta, produtos hortícolas, carne de bovino e suíno, e até de vinhos!

(...) Com essas importações agrava-se o escoamento da produção nacional.

(...) O governo travou, dizendo que era para travar a inflação - e a inflação subiu.

Tão judiciosas considerações ouvimo-las nós no **Tempo de Antena** da CNA. Curiosamente, no **Tempo de Antena** da CAP de Casqueiro & Ca., ouvimos igualmente críticas quanto à política do governo nos domínios da agricultura. E a propósito, mais algumas palavras da Confederação Nacional da Agricultura:

- A CNA há muito que diz que a política de agricultura do governo é errada. Houve quem descobrisse isso agora, mas há um ano chamavam-nos irrealistas. Hoje dão-nos razão.

É verdade. Posso testemunhar. Ouvi eu, com estes ouvidos, os dirigentes da CAP todos felizes, todos contentinhos, porque a agricultura portuguesa ia ver o seu mercado alargado para 300 milhões de pessoas...

A realidade prova quem, lucidamente, defende o interesse dos agricultores. E, no entanto, a CNA continua a ser ignorada pelo ministro da Agricultura. Apesar da sua forte implantação nacional, o governo continua a não aceitar a CNA como parceiro social.

Por aqui se vê o conceito de democracia de certa gente.

Certamente

O enviado da RTP a Varsóvia diz que a cidade está muito diferente. Agora, as lojas e as ruas estão cheias de tudo. «Abundância de produtos - diz - certamente caros»...

Certamente. «As dificuldades - acrescenta - são só para quem não tem dinheiro»...

Grandes mudanças, pois. Certamente...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Pessoas e palavras

Oliveira e Costa

«Quem é o Oliveira e Costa? É desta forma que a generalidade dos aveirenses reage quando se lhes pede uma opinião sobre o escândalo que envolve empresários, políticos e o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, também líder da Distrital de Aveiro do PSD. Outros — poucos —, já ouviram falar, «mas eu hem sabia que ele é de Aveiro, soube agora pelos jornais». Mas mesmo quem anda por dentro dos meandros do poder e das intrigas locais considera «estranho» que o secretário de Estado presida ao PSD do distrito e se envolva em lutas políticas sem tréguas, em que a única regra por todos aceite é a do vale-tudo.

Mas os aveirenses já estão habituados a ver o nome da sua cidade nos jornais: «É a única maneira de aparecermos». Mas ninguém quer saber. «Isso é lá com eles, os políticos; nós só queremos saber do nosso trabalho e não nos metemos na vida dos outros». Oliveira e Costa bem pode dormir descansado. A sua imagem junto do povo de Aveiro em nada foi afectada, porque simplesmente imagem é coisa que não tem. A opinião pública não tem opinião.

Isto não quer dizer que não se viva um clima de guerra permanente, só que as batalhas vão-se travando em outros campos. São empresários contra empresários, militantes do PPD contra militantes do PSD — tudo o que signifique poder, dinheiro e prestígio merece luta e todas as armas são permitidas.»

(«O Independente», 23 de Novembro)

Walesa

«Walesa declara-se vencido de que ganhará as eleições na primeira volta e insiste em afirmar que não é o desejo de poder que o move, mas sim o de servir a sua pátria. Chegou mesmo a prometer que se for eleito oferecerá a cada polaco cem milhões de zlotys para que compre acções na empresa que vão ser privatizadas e conseguir assim um verdadeiro «capitalismo popular».

Os intelectuais anticomunistas, que desde o princípio apoiaram Walesa e a insurreição operária nos estaleiros de Gdansk, recusaram-se a apoiá-lo na sua demagógica campanha eleitoral e acusam-no de tentar criar um regime populista, semelhante ao do general Péron na Argentina. Adam Michnik, Andrzej Wajda, Bronislaw Geremek, praticamente toda a «intelligentsia» polaca se opõe a Walesa e apoia o moderado e humilde Mazowiecki. Michnik chegou mesmo a alertar os polacos

contra o perigo de Walesa chegar à Presidência, classificando-o de «imprevisível, incorrigível e incompetente».

«Sim, é verdade que sou demagogo», reconheceu por fim Walesa, justificando a sua atitude pela necessidade de melhor «orquestrar as reformas» fundamentais para a Polónia. Uma das suas principais críticas ao primeiro-ministro ligava-se precisamente à lentidão das reformas.

Walesa, que não consegue esconder a sua escassa formação intelectual e que tira partido dela perante os auditórios de operários e camponeses, reagiu com fúria contra os intelectuais e pediu aos eleitores para não lhes darem ouvidos. Numa conferência de imprensa realizada na cidade, Gdansk, o antigo líder sindical afirmou que esperava ganhar a primeira volta das eleições e que precisava do apoio em massa dos eleitores para levar a cabo a sua política de reformas. Além disso, ameaçou não se apresentar à segunda volta se não conseguisse na primeira o suficiente apoio popular.»

(«Público», 25 de Novembro)

Soarizado

«Bem sei que comentas com alguma amargura a balbúrdia mundana que é essa candidatura a que aderiste recentemente. Por certo que não te sentirás confortável a discutir editoriais com um ex-fascista, se te calhar contribuir para o oficioso «Belém». Numa comissão, lembrar-te-ás ainda dos gorilas de faculdade enviados por um ex-ministro de diversas primaveras, que agora aconselhará, como tu, numa grande frente unitária em prol da reeleição. Terás mais simpatia por esse estranho movimento contestatário da actuação do Bispo de Bragança do que pelo prelado — mas uma foto deste ao lado do homem que cognominou «Soares, o Povoador» convém para o catálogo de recandidatura. Tudo terá que compreender em nome de uma velha receita de eficácia política que consiste em ficar calado perante as escolhas que alguém vai fazendo por ti. Afinal, sempre aprendeste a fazer política a sério, com resultados palpáveis e efeitos institucionais — o começo é promissor.

Talvez te surpreenda encontrar agora mais gente nesse MASP do que há cinco anos — quando eras um espectador distante, e o teu coração pendia para os entusiasmos de outra candidatura. Os três do domingo da TSF fazem tréguas para aplaudir o presidente. As distritais do PSD batem à porta, os jovens laranjas batem com a porta. Monárquicos e republicanos, eclesíasticos e maçons, direita e esquerda, tudo se junta na

certeza dessa vitória — com a mudança do vento, de Belém sopram novas possibilidades de redefinição política, de colocação digna. Admito que não te agrade o convívio. Mas já estarás preparado para justificar muito mais do que isso — o «incidente de percurso» com o caso Melancia, os amigos de uma Fundação que ficaram com as gavetas e carros de um partido falido, as acusações, certamente precipitadas, de um Vítor Constâncio, toda uma história que passou por «partir a espinha à Intersindical», por fazer sobrevoar títulos obrigatórios pelos subsídios de Natal, por inventar as requisições civis, normalizar o Alentejo e a Lei de Segurança Interna, tudo exigências de um mesmo bom senso que agora te levou a dar este passo.»

(Francisco Louçã, «Carta a um amigo que se soarizou», «O Jornal», 23 de Novembro)

Bombistas

«Um dos absolvidos no julgamento da única rede bombista a enfrentar a barra dos tribunais, a organização de que Ramiro Moreira viria a consagrar-se como figura emblemática, deixa cair, por entre a recusa e o medo, que a chamada rede bombista «nem chegava a ser a ponta visível do «iceberg». A organização era muito profunda. Percorria o país de uma ponta à outra». O que há de verdade e de especulação nesta frase?

«Agora aparece de tudo. Os que não mexeram uma palha e dizem que fizeram isto e aquilo, só lá faltando o fotógrafo para certificar; os que garantem que as coisas se passaram desta ou daquela maneira; e os outros, os que não viram nada, não participaram em nada nem pertenceram a coisa nenhuma», ironiza, em Braga, Eduardo Melo Peixoto, o celebrado cônego Melo.

Contraditória e algo inespereiramente, um presumível companheiro de Ramiro Moreira na rede bombista, Manuel Marques da Costa, condenado a seis anos de prisão (comutados em quatro e meio em segunda instância) por confesso envolvimento operacional nos atentados, afirma hoje: «Se existiu rede bombista, desconheço. Eu nunca pertenci a qualquer rede bombista».

Este é o primeiro depoimento de Marques da Costa, (conhecido pelo «Águia», provavelmente pela ave de rapina esculpida em pedra no prédio onde vive) à imprensa depois da sua libertação da cadeia de Custóias, há 12 meses, cumprida meia pena após um interregno de anos em que não foi incomodado pelas autoridades — e durante o qual, com conhecimento destas, habitou na sua terra natal, Póvoa de Varzim, trabalhando no casino local. Segundo as suas palavras, terá apenas enfileirado «num grupo de amigos» que, dadas as circunstâncias, se juntaram «para dar uns tabefes aos comunistas. Mas nada de armas nem de bombas». Além de ter assinado uma confissão na altura em que foi preso — Agosto de 1976 —, Marques da Costa guardava em casa um revólver Smith & Wesson de 32 milímetros, uma granada ofensiva e quase quatro dezenas de munições de guerra, de acordo com o especificado no auto de busca.»

(«Expresso», 24 de Novembro)

Xadrez

CCLXXX — 29 de Novembro de 1990

PROPOSIÇÃO N.º 280/A

Por: ANDRÉ CHÉRON
Le Temps, 20 de Agosto/1933
Pr.: Rex Solus: ç6

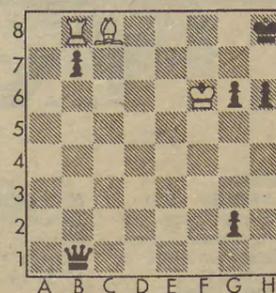
Br.: [6]: Ps. ç4, é5-Cd5-Bç8-Dh5-Ra6



Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO N.º 280/B

Por: FREDERIC LAZARD
2.ª Menção «La Stratégie», 1901
Pr.: [6]: Ps. b7, g2, g6, h6-Db1-Rh8
Br.: [3]: Bç8-Tb8-Rf6



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCLXXX

N.º 280/A (A. Ch.): 1. Bh3!, Rç5: 2. Dg4, Rç6; 3. Dç8 ++
Ensaio Temático: 1. Dh3?, Rç5; 2. Dg4, Rç6 r o Bç8 impede ++
N.º 280/B (F.L.): 1. Bè6+, Rh7; 2. Bg8+, Rh8; 3. Bb3+, Rh7; 4. T: b7+, Rh8; 5. Tb8+, Rh7; 6. Bg8+ e G.

A. de M.M.

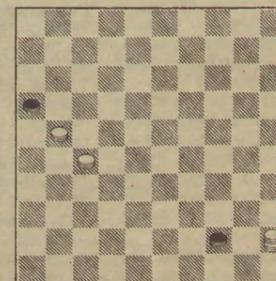
Damas

CCLXXX — 29 de Novembro de 1990

PROPOSIÇÃO N.º 280

Por: PAUL DEGUÉE
In À L'Ombre de mon clocher, 1980

Pr.: [2]: 16-(44)
Br.: [3]: 21-27-(45)

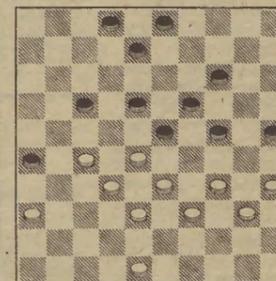


Branças jogam e ganham

GOLPE N.º 280

Por: ETIENNE BOISSINOT
1921

Pr.: [11]: 2-3-7-14-17-18-19-23-24-25-26
Br.: [11]: 27-28-32-33-34-35-36-38-39-40-48



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCLXXX

N.º 280 (P.D.): 1. 45-50!, (44-49=D); 2. 50-11, (16x7); 3. 21-16, (49x21); 4. 16x27+
N.º 280 (EB): 1. 27-22, (18x27); 2. 32-12, (23x43); 3. 12-7, (2x11); 4. 36-31, (26x37); 5. 48-42, (37x48); 6. 33-29, (24x44); 7. 40x38, (48x30); 8. 35x2+

A. de M. M.